
CAPÍTULO VI

Memória. Os Registos do Passado Industrial

Memórias da guerra civil espanhola em Barrancos:

SOLIDARIEDADES E RESISTÊNCIAS

1. Introdução

A guerra civil de Espanha foi um conflito nacional à escala global que trespassou a fronteira portuguesa, rompendo abruptamente a vida quotidiana das populações raianas. A violência e a tragédia vivida e testemunhada por milhares de pessoas, justificam que gerações inteiras conservem a memória do acontecimento, assinalando as suas posições éticas e as suas visões do mundo. No concelho de Barrancos ocorreram dois dos maiores fluxos de refugiados espanhóis para território português, formados por grupos ideologicamente opostos, cujo acolhimento legitima a construção de uma memória social local, alicerçada na solidariedade como valor identitário. Este artigo centra-se nas memórias de resistência na fronteira, e na sua capacidade estruturante, entretecendo as lutas quotidianas do meio rural com acontecimentos históricos. Designamos por memórias de resistência as recordações colectivas que circulam no espaço privado da família, dos amigos e dos vizinhos, como herança identitária de grupos socialmente subalternizados pelo poder hegemónico. Na antropologia encontramos diversos estudos focalizados nas memórias de resistência, como o de George Collier (1997) sobre os socialistas na Andaluzia rural durante a II República, o de Jerome Mintz

(1999) sobre as memórias colectivas dos anarquistas em Espanha, o de Paula Godinho (2001) sobre as lutas dos trabalhadores rurais do Couço durante o Estado Novo, ou o de Inês Fonseca (2006) sobre a recuperação da terra do povo de Aivados após o 25 de Abril de 1974, entre outros. Estas obras, demarcadas pelo tempo, abordam formas de luta e de resistência política que emergiram em conjunturas históricas favoráveis, contrariando o imobilismo e a passividade muitas vezes associado ao mundo rural (Freire *et al.* 2004).

As comunidades rurais preservaram ao longo do tempo a imagem da comunidade resistente no campo da memória colectiva, apesar de fragmentada pelos fluxos migratórios ou pelos exílios forçados, atribuindo aos acontecimentos conotações políticas óbvias e explícitas, a somar aos papéis politicamente mais implícitos de comemoração constitutiva da identidade do grupo (Fentress e Wickham 1992, 143). Um acontecimento representa sempre uma confluência de alteridades, adquirindo o seu devir e sentido na recepção e nas representações que dele se têm (Farge 2002). No caso da guerra de Espanha, as alteridades expressam conflitos e lutas sociais, no lugar da inscrição do acontecimento, acentuando a bipolarização entre ricos e pobres, trazendo à lembrança um tempo de privações, de repressão e medo, entretecido pela solidariedade, pela astúcia, pela dissimulação, e pelo silêncio, como “armas dos fracos” (Scott 1985). Quando as pessoas nos transmitiam as suas recordações a sua importância era sempre muito vasta, e nessas ocasiões as interpretações que atribuíamos às suas palavras geravam uma multiplicidade de problemas, obrigando-nos a interrogarmo-nos sobre o significado que lhes atribuíam. Em algumas ocasiões, as nossas conversas sobre os

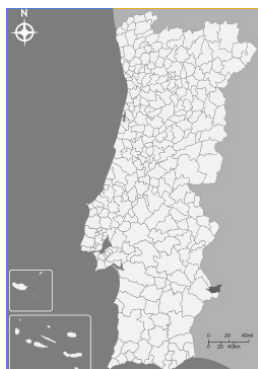
acontecimentos da guerra civil de Espanha activavam uma memória colectiva silenciada, por vezes traumática, mítica e fragmentada, enquanto noutras situações nos deparámos com memórias colectivas fortemente enraizadas, plenas de acção. As memórias da ditadura salazarista emergiam entrelaçadas no contexto histórico da guerra, quando as pessoas recordavam a repressão e as suas condições de vida, estruturando a coesão de um grupo subalternizado como uma unidade colectiva, edificada num espaço social de conflito e interdependências. Desta forma, a narrativa de um acontecimento é a sua pedra angular (Farge 2002), através da qual podemos compreender realidades extremamente diversificadas, que impõem uma infinita flexibilidade na sua análise histórica e social.

No processo de construção de uma etnografia histórica elegemos como terreno o concelho português de Barrancos, estabelecendo pontes com as populações espanholas vizinhas, de Encinasola (Andaluzia) e Oliva de la Frontera (Extremadura). Nas três localidades encontramos ecos do passado consolidando a pertença à Nação (portuguesa e espanhola), mas sobretudo laços de parentesco e vizinhança unindo-as no tempo longo da História. As memórias locais estão marcadas por sofrimentos e privações (entretecidas por aventuras do contrabando), à qual a guerra imprime sentimentos de amizade e de intolerância, mapeando no corpo o sofrimento humano vivido e expressado pelas gentes raianas. O enfoque analítico atribuído à memória (Halbwachs 1950), ao lugar da fronteira (Wilson e Donnan 1998), e às relações de poder (cf. Scott 1990, Bourdieu 2001) evidenciam o conflito e as estratégias de resistência dos actores sociais (Scott 1985, 1990) como *praxis* culturais modeladas pelos processos

históricos (Sahlins 1985). As vidas destruídas pela guerra, em qualquer parte do mundo, desafiaram os atingidos mas também os etnógrafos, a redefinirem a ordem e a desordem, as perdas e os ganhos, a cooperação e a resistência, a opressão e a solidariedade, a violência e a afirmação humana, a estrutura e a acção, a hegemonia e a resistência (Greenhouse cit. em Godinho 2011, 449–450). Ao longo do nosso estudo, as representações sociais da guerra de Espanha permitiram compreender como um acontecimento à escala global alterou a dinâmica social das populações fronteiriças, e de que forma as memórias do passado servem no presente para construir identidades de classe e edificar uma memória contra-hegemónica das ditaduras ibéricas.

2. Barrancos, uma sociedade rural na raia do Baixo Alentejo

O concelho de Barrancos com uma área total de 168 km² é limitado a norte pela província de Badajoz (Extremadura), a leste pela província de Huelva (Andaluzia), a sul, oeste e a noroeste pela região do Baixo Alentejo. A população de Barrancos e os seus vizinhos da Extremadura e da Andaluzia partilharam um processo histórico similar, marcado por condições políticas, socioeconómicas e ideológicas concretas, para as quais contribuíram o repovoamento por intervenção das ordens militares e religiosas, o sistema de vida pastoril e a agricultura como principais actividades económicas. Segundo os arquivos paroquiais do século XVIII a maioria dos habitantes de Barrancos era de origem espanhola, oriundos de povoações vizinhas. Posteriormente, a política de desamortizações do séc. XIX atraiu a burguesia andaluza, centralizando a posse da terra num grupo familiar,



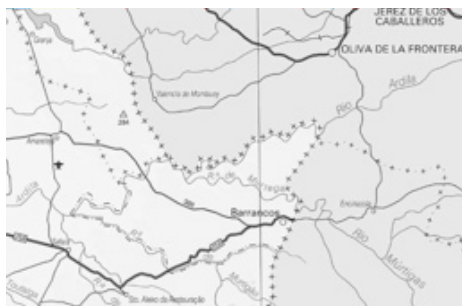
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrancos>

cujos descendentes evocam a Guerra Peninsular em Espanha como motivo de fixação dos seus antepassados na vila.

Ao longo do século XX, o latifúndio contribuiu para o subaproveitamento agrícola, gerando assimetrias sociais, conflitos e estratégias de sobrevivência económica, como as migrações, o contrabando e a emigração. As minas de Aguablanca em Monesterio (Badajoz) e de Riotinto (Huelva) representaram a subsistência de muitas famílias barranquenhãs durante

as décadas de 1920 e 1930, abruptamente interrompida pelo deflagrar do golpe militar de 1936 em Espanha. A elite rural reforçava-se por meio de alianças matrimoniais, por redes sociais em ambos os lados da fronteira, e por cargos políticos à escala local, regional e nacional. O seu poder legitimava-se na posse da terra, “a pedra angular da estratificação social” (Cutileiro 2004, 23), e reflectia-se na capacidade de retirarem dividendos dos benefícios que o sistema latifundiário oferecia, assim

como na habilidade em estabelecerem dependências e alianças com seareiros, rendeiros e trabalhadores rurais contratados. Os responsáveis municipais (na maioria proprietários rurais) tentavam minorizar



Fonte: Instituto Geográfico Português

as crises de desemprego recorrendo à comparticipação do Estado em obras públicas, “as estradas da crise” (como hoje são designadas), e em unísono manipulavam os salários e o emprego, para que não impedissem o fluxo de mão-de-obra o mais abundante e barata possível na época das ceifas (Pereira 1983, 145). O Estado Novo instituiu a caridade como obrigação moral e social dos “ricos” (como instrumento de pacificação social), enquanto o corporativismo pretendia “harmonizar e atenuar” as relações de classe, ao mesmo tempo que se mantinham as divisões sociais e o hiato entre ricos e pobres (Fernandes 2005, 65). A resistência impregnava o quotidiano dos subordinados por meio das redes informais da família, dos vizinhos e dos amigos, sob formas ocultas (Scott 1985). A acção manifestava-se ao nível da *infrapolítica* (Scott 1990), como o cimento de uma acção política mais complexa e institucional que se virá a manifestar após o 25 de Abril de 1974.

Em *Crónicas de ver Alentejo* (1992), João Honrado dedica uma página à resistência antifascista em Barrancos, louvando o apoio aos refugiados republicanos pelos barranquinhos, “que não eram políticos”, e a “resistência contra a aliança das forças salazaristas e franquistas” protagonizada por alguns, poucos, que “perfilavam atitudes políticas” (Honrado 1992, 9). Os nomes de Pepe Gomes, Francisco Marina, Manuel Pica Garcia e Manuel Alcario são frequentemente citados em Barrancos, quando falamos de resistência política. Manuel Alcario era proprietário de uma barbearia na Travessa de Cuba, e “aí falava aos democratas de Barrancos. E era ouvido” (Honrado 1992, 9). Quem o conheceu preserva a memória de um auto-didacta, inconformado com as desigualdades e as injustiças sociais, com outra “visão do mundo”, num tempo em que

“professar ideias dissolventes” transformava cidadãos em “inimigos” do regime. Como “inimigo suspeito” ou “inimigo objectivo”, e independentemente de demonstrarem, ou não, o desejo de derrubar o regime, estes homens representavam ser “portadores de tendências” como se fossem portadores de uma doença (Arendt 1978, 528). Como recordaram alguns barranquenhos:

Havia pessoas, que diziam nessa altura que eram do Partido Comunista, e eu conheci muitas, mas aqui não conseguiam vingar (...) Muitos convivi com eles, inclusivamente lia livros que eles tinham... Não eram filiados em Partido Comunista nenhum, eram abertos, eram aquelas pessoas que viam o mundo de uma forma diferente. (...) Acreditavam que não devia haver ricos tão ricos, e pobres tão pobres. (Clemente Marques)¹

Eram pessoas que já faleceram, o tio Pepe Gomes, o tio Mateus Mendes Pica, havia um tio Francisco Marina que era muito coiso, eu me lembro dele, era ganadeiro nas Russianas e tinha folhetos, daqueles que vinham clandestinos (...) Houve pessoas aqui com olho sempre em cima, presos não, mas sempre na mira, naquela altura não havia

1 Clemente Pires Marques (Barrancos, 1927–2010) nasceu numa família de seareiros e artesãos. Realizou o exame da 4ª classe em Barrancos. Começou a trabalhar com o pai num pequeno comércio de correio, e após a morte do pai estabeleceu-se por conta própria no comércio a retalho expandindo o negócio para Moura. Aquando do 25 de Abril integrou a Comissão Administrativa de Barrancos, gestora do município até às primeiras eleições autárquicas. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

esse recurso de falar. (...) O barbeiro Alcario chegou a ter grandes problemas, foi preso pela PVDE, mas foi aqui. (Domingos Caiadas)²

Em Agosto de 1936 o tenente Joaquim Duarte Gonçalves da Silveira, da Polícia de Segurança Publica (PSP) de Beja, deslocou-se a Barrancos na sequência do telegrama enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil, alertando sobre o avanço dos “comunistas” para Encinasola. Mas para além dos motivos da sua deslocação o tenente da PSP realizou uma busca domiciliária ao estabelecimento de Manuel Alcario, barbeiro de 36 anos. Na rusga vasculharam a casa de habitação e nem o berço da criança escapou ao “sórdido ofício da repressão salazarista” (Honrado 2008, 43). Após virarem armários e remexerem gavetas os agentes da PSP encontraram dois jornais *Extremadura Roja* de Badajoz, o jornal *Campo Libre* de Badajoz, um panfleto comunista espanhol “Arriba Campesino” de Crescenciano Bilbao, três jornais *Heraldo de Madrid*, dois exemplares antigos da *República Social* e alguns impressos, assim como propostas e circulares do antigo Partido Socialista. Sujeito a interrogatório Manuel Alcario declarou que os exemplares espanhóis eram deixados no seu estabelecimento por um tal José Carneiro Marro, de nacionalidade espanhola, e que “não professava ideias dissolventes”,

2 Domingos Burgos Caiadas (Barrancos, 1929) concluiu o ensino primário em Barrancos, e começou a trabalhar no campo e no contrabando, dentro do grupo familiar. Em 1961 emigrou para França onde fez apenas duas campanhas de três meses. Trabalhou no campo como seareiro e no contrabando até 1976. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008.

sendo até tesoureiro da Casa do Povo³. No ofício enviado ao Director da PVDE, o tenente Silveira informou: “as pessoas mais categorizadas do meio procuraram-me, abonando-lhe o comportamento e prometendo informarem-me de qualquer mau procedimento que o mesmo possa vir a ter”⁴. Mas a presença da PVDE em Barrancos adquire novos contornos após o primeiro fluxo de refugiados provenientes de Encinasola, quando o Administrador do Concelho atemorizado pelos desenrolar dos acontecimentos em Espanha solicita ao Governador Civil de Beja reforços militares para a fronteira.⁵

3. A guerra na fronteira: vizinhos, amigos e indesejáveis

Na madrugada de 12 de Agosto de 1936, o Administrador do Concelho de Barrancos enviou um telegrama ao Governador Civil de Beja, alertando para um ataque a Encinasola por uma “coluna de marxistas das minas de Riotinto”, da qual faziam parte alguns barranquenhos trabalhadores das minas. Perante a “ameaça comunista” foi destacada uma Companhia do Regimento de Infantaria 17 de Beja, efectivos de cavalaria da Guarda Nacional Republicana (GNR), e uma Brigada Móvel da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE),

3 A apresentação de listas às eleições da Casa do Povo representou uma das estratégias políticas do Partido Comunista Português (PCP) durante a ditadura, na defesa de melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais, ou de melhores serviços de assistência, apesar das dificuldades de mobilização de uma população analfabeta, dispersa e socialmente controlada (Pereira 1983,133).

4 IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.480 (pt.6/4), ofício 55-C do Comandante da PSP de Beja ao Director da PVDE.

5 IANTT, Ministério do Interior, Correspondência do Gabinete do Ministro, Mç. 481, Cx. 34.

para reforçarem a vigilância da fronteira juntamente com a Guarda Fiscal (GF). O comando das operações no terreno ficou a cargo do tenente António Augusto de Seixas, comandante da GF desta zona desde 1933, e entre 12 de Agosto e 27 de Outubro de 1936 a população de Barrancos partilhou a vida quotidiana com a presença de forças militares, aquarteladas no edifício da Escola Primária e no Monte da Coitadinha. A Brigada Móvel da PVDE era composta pelo agente Júlio Lourenço Crespo (Chefe da Brigada) e por um motorista de nome Saturnino. Durante a permanência em Barrancos os agentes da PVDE ficaram alojados no posto da GF, improvisaram uma prisão numa casa particular da vila e utilizavam a cadeia municipal como local de detenção temporária. Numa das suas cartas o Chefe da Brigada solicita a autorização do Administrador do Concelho para “o súbdito espanhol Juan Fernández Romero, detido pela brigada que dirijo, dê entrada na cadeia dessa Administração, onde ficará às ordens desta polícia até que o Exmo. Director determine qual o destino a dar-lhe”⁶. O destino dos republicanos era a extradição, a entrega na fronteira aos falangistas, como recordam alguns barranquenhos que viviam na vila:

E logo àquele sítio onde estavam vinha um camião fechado, verde, todo fechado, só com uma janelinha em cima, encostavam à porta da casa e metiam os presos dentro e os entregavam para

6 AHMB, Correspondência ao Administrador do Concelho, Pasta nº 6, Cota 01, carta de 25/8/1936.

serem fuzilados, já sabiam que estavam condenados à morte.
(Maria dos Remédios Ramos)⁷

Juntavam quarenta ou cinquenta homens num camião e a gente não sabia para onde eles iam. Passavam aí por certas fronteiras e os entregavam para Espanha, aos que entregavam os matabam. (António Caeiro)⁸

A Brigada Móvel da PVDE, em estreita colaboração com a GF e com a GNR” procedeu a capturas, detenções, entregas e expulsões de cidadãos espanhóis.⁹ Contudo, no relatório da PVDE (1932–1938) não foi assinalado nenhum movimento de passageiros em Barrancos durante o ano de 1936, apesar dos fluxos de refugiados durante os

7 Maria dos Remédios Cumprido Ramos (Camarate, 1925, Barrancos, 2008) era a mais nova de quatro irmãos, e os seus pais eram trabalhadores rurais. Ao longo da vida foi trabalhadora rural, contrabandista e proprietária de um café na Praça da Liberdade. Excerto da entrevista realizada no Lar de Idosos de N. Sr.^a da Conceição, em Barrancos, a 29/1/2008.

8 António Segão Caeiro (Barrancos, 1916) era o mais velho de quatro irmãos. O pai era seareiro e comerciante de mercearia, e a mãe costureira e tecelã. Por morte do pai teve de abandonar a escola e começou a trabalhar no campo. Em períodos de falta de trabalho dedicava-se ao contrabando. Foi seareiro e trabalhou na restauração, actualmente é o proprietário do café Currito. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 14/6/2006.

9 IANTT, Ordens de Serviço da PVDE, Ordem de Serviço n.º 222, Lisboa 9 de Agosto de 1936. Entregas: Que em 13 do corrente, foi entregue no Posto de Moura, pela G.F. de Barrancos, o súbdito espanhol Emílio Garciaz Prado. Ordem de serviço n.º 229, Lisboa 16 de Agosto de 1936, Captura: Que por interessar a esta Policia, se proceda à captura, onde for encontrado, do súbdito espanhol Alfonso Navalón Peral. Este individuo é agente da Policia espanhola, conserva em seu poder o crachá e a pistola, é filiado no partido marxista. Segundo consta encontra-se em Portugal. Ordem de Serviço n.º 248, Lisboa 4 de Setembro de 1936, Expulsões: Que em 5 do corrente foram expulsos sumariamente do País pela fronteira de Barrancos, os súbditos espanhóis Demétrio González Rodríguez, Francisco Ollera Rodríguez e Juan Antonio Rodríguez Capilla, ficando-lhes interdita a entrada no País.

meses de Agosto, Setembro e Outubro, deixando bem claro a situação de precariedade e arbitrariedade a que estavam confinados os destinos dos republicanos em território português. Os vizinhos de Encinasola foram identificados em número de quatrocentos, sendo a primeira vaga constituída sobretudo por mulheres e crianças.¹⁰ O Administrador do Concelho assumiu o compromisso, junto do Governador Civil de Beja, de abrigar e proteger este grupo de vizinhos, que ficaram alojados nas casas de famílias com as quais mantinham relações de amizade ou laços de parentesco.

Recordo-me dos fugidos de Encinasola, era muito pequena e sempre me fez muita confusão ver chegar aquela gente toda aos tram-bolhões, e logo em todas as casas havia gente, ora, uma terra metida noutra pode ver-se. Deixaram tudo para lá e vinham para cá. Ficaram na minha casa, na casa das minhas tias, em muitas casas aqui do povo, toda a gente lhes abriu as portas. (Maria das Dores Ortega)¹¹

Nos acogieron allí, y se portaron muy bien, porque venían camiones. Nosotros no teníamos necesidad, pero los que no tenían nada les daban en Portugal bacalao y arroz a las familias que

10 Júlio Lourenço Crespo, Chefe da Brigada Móvel A da PVDE, Secção Internacional, declarou “que relacionou os espanhóis em número de 400, que fugiram para Barrancos com medo de serem atacados pelos marxistas”. AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p.139.

11 Maria das Dores Ortega Raio (Barrancos, 1927) era a mais nova de oito irmãos. O pai era comerciante, e o tio Sebastião Macias Barroso foi Administrador do Concelho de Barrancos (1934/1937). Excerto da entrevista, realizada em sua casa, em Barrancos, a 27/9/2007.

estaban huidas ahí. Nosotros estábamos en una casa que tenía dinero, no necesitábamos. (Francisco Sabido)¹²

Francisco Sabido Vázquez recordou a sua permanência em Barrancos, salientando o bom acolhimento em casa de Manuel Pereira Janeiro, “onde nada lhe faltou”, evocando a detenção dos seus vizinhos de Encinasola, Saturnino Torres Garcia e Andrés Reyes Acosta Delgado, capturados pela PVDE e transportados para Badajoz, onde foram fuzilados a 16 de Agosto de 1936.¹³ A elite local optou pela colaboração e pela delação de presumíveis opositores políticos, abrindo as portas de suas casas a familiares e amigos. O presidente da Câmara de Barrancos aceitara alojar as mulheres e crianças independentemente da filiação político-partidária dos chefes de família, mas proibira determinantemente a presença dos homens conotados com o governo republicano, como recordaram alguns informantes:

Una de la familia que yo conocía que estaba cerca donde vivíamos nosotros era la mujer y las hijas del Alcalde de Encinasola, que era Candelario, él nunca entró en Barrancos pues sabía que habían llevado los otros a Badajoz. (Francisco Sabido)

12 Francisco Sabido Vázquez (Encinasola, 1922) tinha três irmãs mais velhas. Seu pai começou por vender queijos com um burro, e posteriormente dedicou-se ao negócio de talhante. A família beneficiava de uma situação económica estável e Francisco deu continuidade à actividade. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.

13 Saturnino tinha 64 anos de idade, era vendedor e pertencia à Sociedad Obreros la Fraternidad. Andrés tinha 38 anos de idade, era casado, não sabemos a sua filiação partidária mas foi fuzilado “en aplicación del bando de Guerra con motivo del Alzamiento Nacional” (Tapada Pérez 1999, 51).

Isto encheu-se de gente espanhola, quase tudo era pessoal da direita (...) Depois virou-se a guerra ao contrário e aqui já não deixavam entrar ninguém. (António Caeiro)

Durante a guerra civil espanhola intensificou-se a perseguição política, e o controle e identificação de “estrangeiros” constituiu uma prioridade do regime, mas as solidariedades locais colocaram resistências à actuação da PVDE, exigindo a intervenção do Ministério do Interior junto das autoridades municipais:

«Em toda a parte, de norte a sul do país se recebem estrangeiros, se lhes dá agasalho e com eles se transacciona, sem que se indague quem são, de onde vêm e para onde vão. A isto se junta uma certa inércia de algumas autoridades administrativas, tanto regedores de freguesia como Administradores de Concelho, verificada após inúmeros esforços da PVDE.»¹⁴

Mas nem todos os administradores dos concelhos primavam pela inércia, como testemunha uma confidencial enviada pelo Administrador do Concelho de Moura, ao Director da PVDE, alertando para a existência de espanhóis refugiados nos campos de Santo Aleixo, os quais acusa de cometerem assaltos às herdades situadas junto à fronteira e de receberem protecção dos habitantes locais.¹⁵ No Registo Geral de Presos encontrámos referência a quatro processos de 1937, instaurados a naturais de Santo Aleixo da Restauração, capturados

14 Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Enviada ao Administrador do Concelho, 2ª Secção, Circular Nº 23, 22/4/1937.

15 Arquivo Histórico Municipal de Moura, confidencial de 24 de Agosto de 1937.

em Barrancos. O motivo da detenção é comum aos quatro arguidos, acusados de “auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal”.¹⁶ Num período em que nos campos de Barrancos viviam e sobreviviam dezenas de republicanos, esta prática foi comum a muitos trabalhadores rurais:

Porque em Barrancos havia muitos barranquinhos que se tinham casado com espanholas, e espanhóis casados com portuguesas, e então havia essas famílias que os recolhiam, mas estavam escondidos. Eu conheci aqui uma rapariga que mataram o pai e mais vinte e oito pessoas na mesma noite, em Aroche. (Maria dos Remédios Ramos)

16 João Baptista Tomás (João Traga Cobras) (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 22/1/1905, filho de José Francisco Tomás e Rosalina Baptista. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos. Transferido para a cadeia civil de Moura, restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Fernandes Rodrigues (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 5/5/1910, Afonso Augusto Rodrigues e Manuela Fernandes Rodrigues. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por vender diversos artigos aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal com conhecimento do seu destino. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura a 30/10/1937. Restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Cipriano (Proc. 1435/1937), Natural de St.º Aleixo, 11/9/1893, filho de António Cipriano e Andreia Maria. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura em 30/10/1937. Restituído à liberdade a 19/11/1937. Registo Geral de Presos, livro 45, Joaquim Palma Machado (Proc. 1526/937) Trabalhador. Natural de St.º Aleixo, 15/2/1918, Filho de Manuel Machado e de Catarina da Palma. Preso pelo posto de Barrancos em 18/11/1937 por prestar auxilio aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolheu à cadeia civil de Moura. Restituído à liberdade em 30/11/1937. IANTT, PIDE-DGS, Registo Geral de Presos, Livro 44.

Eu tinha um tio, irmão da minha mãe, que era casado com uma espanhola e quando foi a guerra de Espanha coitado, tiveram que fugir também (...) e esteve ali escondido muito tempo, não saía para fora de casa com medo que o vissem a Guarda Republicana e o apanhassem e mandassem para a Espanha. E logo quando aquilo estava quase a acabar é que ele começou a sair, que já não tinha medo. (Antónia)¹⁷

4. Os campos de refugiados: nas margens do mundo

Após o golpe militar de 18 de Julho em Espanha, o Ministério da Guerra divulgou as medidas para o policiamento e controlo das fronteiras, destinadas à colaboração entre todas as forças militares, chefiadas localmente pelo oficial mais graduado, ou há mais tempo no terreno. Assim como os procedimentos em relação aos refugiados espanhóis que trespassavam a fronteira portuguesa, impondo uma clara distinção entre militares e civis. Os militares eram desarmados e detidos à guarda do Exército até ser decidido a sua repatriação. Os civis eram identificados pela Secção Internacional da PVDE em função de listas fornecidas pela Falange, sendo na sua maioria entregues na fronteira às forças nacionalistas (cf. Delgado 1980, Burgos Madroñero 1985, Oliveira 1987, Ribeiro 1995, Espinosa 2003). O primeiro fluxo massivo de refugiados republicanos ocorreu na última semana de

¹⁷ Antónia (pseudónimo escolhido pela própria) nasceu em Barrancos em 1925, e era filha de trabalhadores rurais. Frequentou a 3º ano do ensino primário, foi criada de casa, trabalhadora rural e doméstica. Casou em 1952 com um trabalhador rural, mineiro e contrabandista, que emigrou para França em 1962. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 10/6/2008.

Julho de 1936 na fronteira galaico-portuguesa, quando carabineiros e milicianos que haviam resistido às forças nacionalistas, a sul da província de Pontevedra e de Orense, entraram em Portugal juntamente com civis provenientes de Tuy e Vigo (cf. Rubio 1979, Godinho 2004 e 2011, Rodríguez Gallardo 2008). O segundo fluxo ocorreu a 12 de Agosto, quando os vizinhos de Encinasola procuram refúgio em Barrancos (cf. Rubio 1979, Pires 1997, Barriga 1999, Tapada Pérez 1999). O terceiro fluxo inicia-se a partir de 10 de Agosto, quando centenas de pessoas provenientes de Badajoz concentraram-se na fronteira do Caia (Elvas) e em Campo Maior, fugindo aos bombardeamentos da cidade (cf. Oliveira 1987, Espinosa 2003, Cunha 2006).

O último fluxo data de 21 de Setembro de 1936, após a ocupação de Oliva de la Frontera, última povoação estremenha a ser ocupada pelos nacionalistas. A 22 de Setembro, o tenente António Augusto de Seixas comunica oficialmente a entrada de “773 foragidos de nacionalidade espanhola”, perseguidos “por tropas que sobre eles faziam fogo”, e sobre a improvisação de um “campo de concentração” na Herdade da Coitadinha. A 23 de Setembro, o campo de refugiados da herdade da Coitadinha é reconhecido por Salazar, devido a pressões políticas nacionais e internacionais, enquanto o tenente Seixas permitia a concentração temporária de mais refugiados na herdade das Russianas. A liminaridade unificadora de todas as situações de êxodo fundamenta a existência dos campos em lugares periféricos, de ocupação provisória, fora dos lugares e fora da temporalidade do mundo comum e previsível, aplicando-se-lhes um regime de excepção, à beira do mundo e da humanidade (Agier 2002,76). Nestes campos não existiram espaços demarcados ou um policiamento rigoroso, permitindo

aos refugiados transitarem entre a Coitadinha e as Russianas, partilhando alimentos e informações. Por vezes chegavam notícias contraditórias trazidas por familiares, de que podiam regressar a suas casas em segurança, criando a incerteza naqueles que deixaram para trás as famílias, mas todos os que regressaram foram fuzilados. A presença dos refugiados republicanos nas herdades gerou solidariedades e distanciamentos, fizeram-se peditórios na vila, distribuição de cobertores às mulheres e crianças, assistência aos feridos por um jovem médico local, e as elites accionaram as suas redes sociais em Lisboa para verem restaurada a ordem social. Paralelamente, o terror trespassava a fronteira, através de relatos de fuzilamentos de parentes e amigos, contribuindo para portugueses e espanhóis partilhem da emoção colectiva do conflito. O enfoque no conflito exige a reflexão sobre as práticas dos representantes do Estado destacados para a vigilância e controlo da fronteira de Barrancos, assim como a possibilidade do acontecimento gerar actos singulares, que ocorrem uma única vez num dado espaço temporal, concebendo novos significados à acção dos sujeitos (Sahlins 1985). Nas narrativas de barranquenhos e de refugiados estremenhos é evocada a acção do tenente Soares da GNR, por impedir o avanço militar dos nacionalistas na herdade da Coitadinha, enquanto o tenente Seixas é recordado por proteger centenas pessoas na herdade das Russianas. A sua acção originou um inquérito militar, pelo número de refugiados oficialmente conhecido por Salazar ser inferior ao número de repatriados para Tarragona. Na sequência do inquérito o tenente Seixas foi penalizado com dois meses de inactividade e passagem coerciva à reforma, mas recorreu da sentença e foi reintegrado em 1938 (Simões 2007).

Em Barrancos, assim como em outras localidades fronteiriças, o apoio da população aos refugiados sobrepôs-se à construção da “diferença” imposta pelo Estado-nação. Como refere Paula Godinho sobre a raia galaico-portuguesa, os poderes políticos centrais “são quotidianamente ultrapassados por solidariedades locais, assentes em lealdades distintas” (Godinho 2004, 174). As “lealdades distintas” justificam, no caso de Barrancos, o acolhimento aos refugiados de Encinasola, alojados na vila e nas casas de familiares e amigos, e a marginalização dos refugiados republicanos, confinados à periferia, às margens da fronteira. O caso de Barrancos permite-nos compreender que a “fronteira quotidiana” dos afectos e da solidariedade permaneceu aberta, embora marcada pela ambivalência e pelo posicionamento político dos grupos em confronto. Mas o procedimento das autoridades portuguesas criou uma memória mítica, de tal forma marcante, que algumas narrativas recolhidas em Barrancos sobre o destino dos refugiados dos campos da Coitadinha e das Russianas indicam Tarragona como o local onde foram fuzilados. O repatriamento para Tarragona representou uma excepção, para a qual contribuiu a adesão formal de Portugal ao Comité de Londres, as pressões da Cruz Vermelha Internacional, da Comissão de Refugiados da Sociedade das Nações e da imprensa internacional, num tempo em que a regra foi a “caça ao homem” entre autoridades militares portuguesas e espanholas na “limpeza” da fronteira.

5. Usos políticos e lutas pela memória

Narotzky e Smith (2002) dizem-nos que as memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão

que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro (2002, 221). O caso de Barrancos, silenciado e omitido da História de ambos os países durante as ditaduras ibéricas, representando uma memória colectiva circunscrita à vida dos seus protagonistas e testemunhas gerou conexões entre indivíduos e grupos, emergindo como “objecto histórico” pela sua mediatização. Para a mediatização contribuiu o documentário “Los Refugiados de Barrancos” de Ángel Hernández, produzido pelas Producciones Morrimer em 2008, amplamente divulgado pela imprensa regional estremenha, animando cidadãos espanhóis comprometidos com o movimento social pela recuperação da memória a criar uma página no Facebook a favor da Medalla de Extremadura para o Povo de Barrancos. Em 2009 o governo regional da Extremadura reconheceu esta luta pela memória, integrando-a politicamente no estreitar das relações Portugal/Extremadura, inscrevendo a memória na História estremenha, numa versão legitimadora do presente.

A 23 de Abril de 2010 o município de Oliva de la Frontera erigiu um memorial ao povo de Barrancos e ao tenente Seixas, descerrado pelo presidente do governo regional da Extremadura, que no discurso inaugural atribuiu à reconciliação e à Constituição espanhola de 1978 a oportunidade pelo conhecimento da História recente, evocando as relações de irmandade entre Portugal e a Extremadura. Para o alcalde de Oliva, a homenagem simbolizava a ratificação pelo acolhimento aos oliveros fugidos do extermínio, atribuindo sentido e significado às relações de vizinhança e à vida dos “vencidos” da guerra. Para o presidente da Câmara de Barrancos legitimava-se a solidariedade de uma comunidade unida pela memória e pela História aos vizinhos

espanhóis. Entre os presentes estavam membros da Asociación por la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX), familiares do tenente Seixas e de alguns refugiados, partilhando o momento do reconhecimento público. Neste processo, a cerimónia foi apropriada de diferentes formas pelos participantes, em função das suas experiências de vida, das suas lutas presentes e das suas expectativas futuras. Em Barrancos, as memórias da guerra e da solidariedade para com os vizinhos espanhóis legitimam a ideia de uma comunidade solidária, por representarem um acontecimento partilhado por todas as classes sociais, servindo como elemento de coesão na ordem social presente. Simultaneamente, o uso político da memória contra-hegemónica de grupos socialmente subalternizados consolida a ideia de comunidade fronteiriça, num tempo em que a recuperação da memória histórica representa uma luta política contra o esquecimento dos vencidos da guerra no outro lado da fronteira.



Percurso Profissional de um Operário Metalúrgico

Segundo Martuccelli (2002, 24–25), um dos maiores problemas da sociologia actualmente, é não conseguir resolver a distância entre o modelo teórico e as práticas observadas. O que se passa, segundo o autor, é que a sociologia tanto quis juntar os traços individuais naquilo que tinham em comum, que acabou por deixar de lado as dimensões do indivíduo no seu aspecto mais “carnal”. É exactamente este “voltar” ao indivíduo, procurando encontrar as várias dimensões que compõem o agir humano em interacção com os valores da sociedade e o contexto social, que vamos procurar aprofundar neste texto onde se analisa o percurso profissional de um operário especializado. Para tal seguimos a abordagem das histórias de vida¹, adoptando a proposta de Daniel Bertaux (2001), de uma “narrativa das práticas” (*récit de vie*), que implica centrar a pesquisa num aspecto específico do percurso do entrevistado, neste caso, na sua vida profissional.

Realizámos duas entrevistas aprofundadas (a primeira em 2006 e a segunda em 2011) a um operário metalúrgico. O objectivo

1 Não vamos discutir aqui questões de carácter epistemológico e teórico relacionados com a abordagem da história de vida. Esta questão foi por nós analisada no trabalho *O Lugar do Trabalho*. Aspectos sociais e individuais da precariedade, (tese de doutoramento em Sociologia), ISCTE-IUL, 2009.

da entrevista era conhecer o seu percurso profissional procurando compreender a importância que o trabalho teve ao longo da sua vida, assim como a maneira como viveu os vários períodos de insegurança laboral que terminaram numa situação de despedimento com 55 anos.

1. Garcia, serralheiro mecânico e artesão

Garcia termina a 4^a classe com 11 anos (em 1961) e começa a trabalhar para aprender a profissão de canalizador. Com 13 anos entra como aprendiz na Metalúrgica Duarte Ferreira² (MDF).

Aí faz todo o seu percurso profissional seguindo a carreira de serralheiro mecânico: *«Portanto fiz a sequência de formação, que era três anos oficial de terceira, depois três anos oficial de segunda, e passava a oficial de primeira. Depois fui oficial qualificado, isto tudo na empresa, e chefe de equipa.»*

Com 17 anos a empresa “obriga” os trabalhadores a irem estudar *É, portanto fomos obrigados a estudar. É, não naquele termo de tens de ir estudar, mas o que é facto é que no ano a seguir os que não tinham ido estudar foram despedidos. Portanto fomos obrigados*

² A MDF Tramagal – Indústrias de Fundição, Lda. tem as suas raízes na oficina de Duarte Ferreira que iniciou a actividade de fundição em 1882 na freguesia de Tramagal, Concelho de Abrantes. Em 1923 a empresa transforma-se numa sociedade por quotas e passa a designar-se *Duarte Ferreira & Filhos*. A empresa vai-se modernizando: em 1927 integra na unidade industrial um laboratório químico e metalúrgico para investigação e ensaio de materiais. Neste mesmo ano cria um sistema de segurança social para protecção dos seus funcionários. Em 1947 transforma-se numa sociedade anónima com o nome de *Metalúrgica Duarte Ferreira, SARL (MDF)*, e emprega então oitocentos trabalhadores. A MDF foi considerada uma das melhores fundições da península ibérica. http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Eduardo_Duarte_Ferreira&oldid=16634219 e Jornal *O Mirante* de 13/9/2007.

a estudar. Eu agarrei essa oportunidade porque sempre gostei. Ah, sempre tive a ambição de ir mais além. Saber o porquê, é pá mas isto?, e eu na situação de não saber, não tenho condições para ir mais além.

Refere que foi exactamente a relação entre o trabalho prático e os conhecimentos teóricos adquiridos na escola, que lhe permitiram tornar-se um bom profissional:

E depois agregado a isso fiz punhos e cortantes, portanto uma área que é mais sofisticada porque é necessário já muitos conhecimentos e isto tudo em paralelo com a escola. Portanto em que de certa maneira eu ia aplicando aquilo que aprendia na escola naquilo que estava a fazer. Portanto isso deu-me um traquejo muito grande em termos profissionais.

Ao longo da entrevista, Garcia refere várias vezes que é a ele, e a mais alguns colegas como ele, que chamam quando há problemas no trabalho:

[...] Portanto, e depois aconteceu uma válvula que `tava a dar raia, deu raia, três ou quatro vezes seguidas, em que o chefe chegou ao pé de mim e disse-me assim: oh Garcia, pá, já lá mandei fulano, já lá mandei fulano, já lá mandei fulano, a válvula continua sempre na mesma. Cada vez que lá vão metem empanques novos mas aquilo fica sempre na mesma. Vai lá ver o que é que se passa. E o Garcia foi lá. E o Garcia, não é só o Garcia, não é gabar-me eu, não é só o Garcia mas um daqueles velhos que mais ou menos estávamos todos equiparados chegamos lá: olhe sim senhor isto tem fuga. Então que empanques é que metemos? Ah foi este assim, assim. Pois é, tem aqui, o veio tem esta medida assim, assim, portanto tem x de medida, o empanque tem folga aqui de meio milímetro. Portanto não pode ser este empanque,

tem de ser o outro anterior e mete-se com ajuste para ficar bem. Eh pá e os gajos não viram isso! Mete-se aquele empanque e a válvula está meses, esteve meses a funcionar sem ter problema nenhum. Portanto isto, isto é a experiência profissional.

A formação destes trabalhadores foi muito longa. Era feita no local de trabalho e complementada com o ensino. Era a empresa empregadora – a MDF – que ditava as regras. Trata-se de uma inserção profissional estável e segura. Quando pergunto ao Garcia o que foi para ele a MDF, ele responde: “*Uma grande escola*”. Actualmente as empresas deixam de ser o local onde os trabalhadores fazem a sua aprendizagem. Claude Dubar refere-se à noção de “*empregabilidade*”, cuja ideia é responsabilizar o assalariado pela aquisição das suas próprias competências: «Assim, a empregabilidade é isto: manter-se num estado de competência, de competitividade no mercado (como nos mantemos em «boa forma» física) para se poder, talvez um dia, ser empregado, ter uma «missão» precisa e limitada, uma «prestação» determinada. São palavras novas para uma relação, de facto, antiga: a do «profissional» e dos seus clientes, a relação de serviço» (2003, 112).

Quando se refere ao trabalho que fazia, Garcia diz que o seu trabalho requeria paciência, rigor e tempo.

Os meus últimos trabalhos que fiz, que fazia, estava mais inserido nessa área que era o alinhamento de motores. Esse acerto é feito na Central, exigido pela Central, é feito a 5 centésimas. Portanto, sabe quanto é que tem um cabelo? tem um décimo. Agora um décimo ainda tem 10 centésimas. Não é? Portanto [é de um rigor muito grande] muito grande, muito grande. Portanto aquilo não tem explicação, mas tem mesmo que ficar assim. Porquê? Porque se não

ficar rigorosamente certo, o que é que acontece?. Se ficar assim (mostra com as mãos), quando passa faz um tc, tc, tc, tc, porque vai para cima e vai para baixo, agora imagine um motor a dar duas mil rotações por minuto em que tá trrrrrrr, não é um tc, tc, tc, mas um trrrrrrr, portanto trrrrrrrrrrr até arrancar a estrutura toda, portanto tem que ficar rigorosamente certo precisamente por isso.

Por outro lado, para ele, o trabalho transforma-se num jogo, numa brincadeira

Houve um dia [...], em que foi o meu ajudante comigo, e eu disse-lhe para ele, no sítio do Pego: Oh Justo, tu ao pé de mim, não é para andares a trabalhar assim, porque ele eh, eh, uma barafunda enorme, portanto aquilo era uma azáfama, agarrar num parafuso e noutro, Oh Justo, comigo não é assim, não funciona assim. Vai com calma. Ao pé de mim ‘tás com calma, trabalhas, vais meter o parafuso quando eu te disser, não ‘tejas com pressas de meter o parafuso. Eu tinha um sistema para pôr aquilo em suspensão, metia a parte do separador e tal, e a ‘tar lá nas minhas calminhas, quando era passado uma hora dizia assim para ele, e ele a conversar comigo, Oh Justo vai aprendendo como é que eu faço, era só o que eu lhe dizia, vai aprendendo como é que eu faço. Quando era passado uma hora, eu dizia assim: Oh, Justo tu já viste que nós temos o separador montado? Eh pá e é verdade, aqui, parece que andámos a gente a brincar e temos o separador montado, eu com fulano farto-me de trabalhar e ele farta-se de suar aí de volta disso, a gente aqui andamos a brincar e o separador ‘tá montado.

Garcia teve um processo de aprendizagem muito longo. As várias áreas do trabalho foram “assimiladas” através da conversão

do trabalho prático em conhecimento tácito. Ao longo da sua vida profissional procurou sempre usar o conhecimento científico (os estudos que vai fazendo e os cursos de formação que nunca recusa) para a resolução dos problemas concretos. Nunca separou “a cabeça da mão” – pensar, associado a fazer.

Richard Sennett inicia o seu livro *Craftsman (El artesano)* mostrando três situações que correspondem à ideia de artesanato: Uma oficina de carpintaria, um laboratório de investigação, um ensaio de orquestra. Conseguimos rapidamente imaginar estes espaços, e o trabalho que aí se desenrola. Exemplifiquemos o pensamento de Sennett a partir da ideia da orquestra: «Ali uma orquestra está a ensaiar com um maestro convidado; este trabalha obsessivamente com a secção de cordas da orquestra, repetindo uma e outra vez uma passagem para conseguir que os músicos deslizem os seus respectivos arcos sobre as cordas exactamente à mesma velocidade. Os instrumentistas estão cansados, mas também alegres, porque o seu som vai ganhando coesão. O gerente da orquestra está preocupado; se o maestro convidado insiste, o ensaio terá horas extraordinárias, com os respectivos custos suplementares para a administração. O maestro está alheio a isso.» (2009, 31–32). Para Sennett, o carpinteiro, a técnica de laboratório e o maestro são artesãos «porque se dedicam a fazer bem o seu trabalho pelo simples facto de fazê-lo bem.» (2009, 32)

Nas duas entrevistas realizadas o que ressalta é a maneira como o Garcia falava do seu trabalho, como contava, como se fosse uma história, o trabalho que fazia, e os conhecimentos que foi adquirindo, ao longo da sua vida profissional. Ele e o trabalho formavam um só. A procura de saber o porquê das coisas, o rigor com que manejava as

ferramentas, a vontade de resolver os problemas novos que surgiam, tudo isto, tem a ver com o *gosto* pelo trabalho que se faz, e com a *pre-ocupação* de o fazer bem feito. Seguindo o pensamento de Richard Sennett, podemos considerá-lo um artesão.

2. O trabalho como um “bem escasso”: o sentimento de insegurança face ao despedimento

Depois de se ter despedido, com justa causa, da MDF com 43 anos³ trabalhou durante doze anos em diversas empresas subcontratadas que faziam a manutenção da Central do Pego⁴.

Portanto trabalhei por conta da FONSECA E FABIÃO, como estava a dizer, o primeiro ano, depois três anos seguidos quem ganhou o contrato foi a empresa espanhola NERVION. Portanto era um grupo, um grupo espanhol, e que quem ficou à frente aqui em Portugal foi A MONESA, que ainda lá está. A Monesa como era espanhola não tinha possibilidade de ter trabalhadores portugueses,

3 Foi o fim da Guerra Colonial que começou a ditar a sentença de morte da empresa, quando esta deixou de fabricar os camiões Berliet que transportavam os soldados nas ex-colónias portuguesas em África. Em Dezembro de 1974 o Estado decide intervir na empresa injectando capital e retomou-se a produção de material agrícola. Esta gestão administrativa acaba por conduzir a empresa a uma situação muito difícil e o espectro da falência e do desemprego começa a tornar-se uma ameaça para os seus 2300 funcionários, que, então, já empregava. Em 1994, os bens da Metalúrgica Duarte Ferreira, entretanto penhorados, são vendidos e, no ano seguinte, ano de 1995, a empresa é, formalmente, extinta. http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Eduardo_Duarte_Ferreira&oldid=16634219 e Jornal *O Mirante* de 13 /9/2007.

4 Trata-se de uma Central Termoeléctrica situada a 8 Km da cidade de Abrantes.

(...) Então [os da] Monesa compraram em Portugal uma empresa chamada JOCA, e constituíram uma empresa chamada NERPOSA.

Nesta breve exposição podemos ver as mudanças sucessivas de empresas que vão ora perdendo ora ganhando os contratos com a empresa-mãe, ora aparecendo ora desaparecendo, e que podem voltar, ou não, a contratar os mesmos trabalhadores.

Garcia quando em 1993 começou a trabalhar com contratos a termo certo em empresas de subcontratação, passa por várias situações de “risco de despedimento”. Sempre que havia concursos, e era uma nova empresa que os ganhava, ele nunca sabia se iria ser novamente readmitido ou não: «A empresa entretanto perde o contrato, e andámos ó tio e ó tio, o que é que vai acontecer, o que é que vai acontecer? Porque independentemente deles dizerem que nós éramos os... éramos os efectivos no posto de trabalho, a empresa que vem se não nos quiser, nós vamo-nos embora.»

Conseguiu, no entanto, escapar à primeira tentativa de despedimento: «Veio outra empresa [...], Ganharam os três anos seguintes, e que eu para ficar lá, tive de agarrar-me um pouco, porque eu não estava na equipa para ficar. É, portanto tinha um engenheiro director bastante amigo, a minha esposa trabalhava em casa dele, portanto e conjugou-se e portanto eu fiquei lá. Fiquei lá». A forma como conseguiu evitar este primeiro despedimento passou por uma trama de relações, ou seja, pelo seu “capital social”, que lhe permitiu ter o apoio de um engenheiro: «Já foi difícil. Foi difícil por vinganças de um engenheiro que [lá] estava da primeira equipa do Fonseca e Fabião.» Conseguiu não ser despedido nessa altura, mas por ocasião do contrato seguinte já não foi possível evitar o despedimento.

Despedimento que está directamente relacionado com os contratos a termo certo e com as empresas subcontratadas.

No estudo “Trabalho, Relações Laborais” (Freire 2009), é analisada a causa de desemprego em onze países⁵. A principal causa do desemprego é o “fim do contrato de trabalho” (35,3%)⁶. O surgimento do contrato a termo certo tornou-se um instrumento de gestão a que as empresas têm recorrido cada vez mais nos últimos vinte anos. Esta opção está associada a um conjunto de transformações ao nível da organização do trabalho: a gestão do percurso profissional pelo próprio trabalhador acabando com o acesso à formação profissional feito pela empresa, a individualização do salário, a mobilidade entre empresas (Oliveira 2009, 139).

Desde 1993 até 2005, quando foi despedido, Garcia viveu sempre com contratos a termo certo que ia assinando com as várias empresas subcontratadas pela Central do Pego. No entanto, ele não sentiu ao longo da sua vida profissional uma situação de “precariedade laboral”, de “instabilidade no emprego”.

É interessante analisar as duas respostas que Garcia dá face a esta questão: na primeira entrevista realizada em 2006, refere que apenas nos últimos dois contratos de trabalho sentiu que corria sérios riscos de ficar desempregado. Na segunda entrevista, realizada 5 anos

5 Portugal, Espanha, Alemanha, Suécia, Hungria, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca e Eslovénia.

6 Em relação a Portugal, as três razões mais importantes do desemprego são: o fim do contrato de trabalho (primeira), despedimento (segunda) e encerramento do local de trabalho (terceira) (Oliveira, 2009: 139).

mais tarde em 2011, ainda parece mais afastada a ideia de “instabilidade no emprego”: «Só me senti inseguro, foi quando saí mesmo.»

Como compreender que um trabalhador não sinta “instabilidade no emprego” quando a qualquer momento pode ser legalmente despedido?

A ideia que a sociedade existe como algo exterior ao indivíduo (Durkheim), que exerce sobre este um forte constrangimento e que em determinados períodos pode transformar profundamente o seu quotidiano, não está interiorizada em cada um de nós. Tanto Robert Castel como Marc Ferro partem dessa ideia para compreender o comportamento dos indivíduos na sociedade. Robert Castel, ao analisar o sentimento de insegurança face ao risco de desemprego, defende que este está relacionado com o processo de socialização, e com os direitos que cada indivíduo tem enquanto cidadão: «'o sentimento de insegurança' não é um dado imediato da consciência. Assume, pelo contrário, configurações históricas diferentes, porque a segurança e a insegurança são *relações* com os tipos de protecção que uma sociedade assegura ou não assegura de uma maneira adequada.» (2003, 6–7). Garcia nasce num meio pobre em que os seus pais não têm possibilidades económicas para o fazerem continuar os estudos e por isso começa a trabalhar aos 11 anos. Nasce numa sociedade na qual os pobres não têm qualquer protecção social (viveu até aos 24 anos antes do 25 de Abril). A precariedade e a insegurança laboral faziam parte do quotidiano dos trabalhadores pobres. Por outro lado, tendo-se tornado um profissional especializado e competente, não entende que não queiram “aproveitar” o seu trabalho.

Marc Ferro, refere-se à dificuldade que cada um de nós tem em ver a realidade quando ela não se conjuga com aquilo que é para

nós considerado “normal” ou “justo”: «a maior parte das pessoas não vivem na actualidade, na História. Vivem a sua vida. Seguram-se contra o roubo ou o incêndio, seguram-se contra a doença. Mas nós não estamos seguros contra a história.» (2005, 543). É assim que a vida de cada indivíduo é atravessada por um contexto social-económico-político que corresponde à sociedade do seu tempo, mas é vivida como se essa realidade não fosse profundamente limitativa da sua liberdade. Marc Ferro, no seu livro *Les individus face aux crises du XX siècle*, relata uma série de casos singulares, que correspondem a comportamentos que se reproduzem num grande número de casos, face a situações de ruptura na sociedade: a guerra, o início do regime soviético (2005, 25–32). Todos os exemplos apresentados se referem à dificuldade que cada indivíduo tem em aceitar que a sua vida privada possa ser destruída, quando se vivem momentos de grande crise social. Continua-se a pensar a partir do modelo anterior de funcionamento da sociedade quando o que está em vigor já é outro, e corresponde a uma fase nova. Embora haja uma diferença clara entre os exemplos apresentados por Marc Ferro: transformações provocadas pelo surgimento de uma guerra ou pela mudança de regime político num país, e o que estamos a analisar neste texto: situações perante o risco de desemprego, o que se passa é que em ambos os casos os indivíduos sentem por um lado uma incapacidade de acção face ao que está a acontecer e que lhes é *exterior*, e por outro, que o que está a acontecer não os vai atingir. Em relação ao “sentimento de insegurança” associado ao risco de desemprego, o que se passou com o Garcia é semelhante a muitas outras histórias onde o trabalhador recusa ver o risco que corre em relação ao seu despedimento. Tem a sensação

de que ele não será atingido porque está seguro no seu local de trabalho, sabe que cumpre bem com as suas tarefas, que é um bom profissional. Serão os outros, que não são tão bons trabalhadores, ou que já não têm tarefas distribuídas, que serão as vítimas do processo. Ele é um profissional, um bom profissional. Vão precisar do seu trabalho.

3. O despedimento como acto consumado:

«os velhos, os trapos já não interessam»

A empresa subcontratada perde o contrato, e a nova empresa decide fazer redução do pessoal. Garcia está de acordo com essa redução de pessoal, porque havia trabalho que estava a ser feito e não era necessário, mas interroga-se, na primeira entrevista, sobre as consequências de escolherem os mais velhos para despedir:

Portanto, não houve a preocupação de verificar, a mim parece-me portanto, possivelmente eu tenho essa ideia porque estou deste lado, ah, a mim parece-me que atiraram com profissionais fora que conheciam todo o equipamento, aliás foi dito por vários colegas que estão do outro lado mesmo da Central e dizem: é pá então mas tu vais-te embora? Então quem é que vai mexer nas bombas lá de baixo? Então quem é que vai mexer a...

Embora não concorde com este procedimento, Garcia explica porque é que a empresa despediu os trabalhadores mais velhos:

Ah, porque cada vez mais, cada vez mais se tenta colocar só gente nova. Portanto digamos que os velhos, os trapos, já não interessam, quando, quando, de certa maneira é justificável, porque quando um indivíduo começa a estar com uma certa idade, começa a ter vários problemas de saúde em que não consegue baixar-se,

não consegue ir a pequenas alturas, portanto de certa maneira, um moço novo é, não olha às consequências, às vezes não olha às consequências trepa por uma viga acima e vai lá para cima (...)” “(Mas sentiu isso? Na sua experiência, na sua profissão?) Sente-se, sente-se isso um pouco. Sente-se, e em função disso, está depois de no final dizerem assim: eh pá os velhos, os gajos já não interessam porque já têm dificuldade em fazer isto, fazem muitas exigências, para irem fazer o trabalho temos de montar lá um andaime, portanto quando o outro vai lá, pendura-se numa perna e vai lá fazer o trabalho, portanto verifica-se um pouco isso.

Também Sennett chama a atenção para este aspecto, ao afirmar que os empregados mais velhos são geralmente mais autónomos e mais críticos em relação aos patrões do que os mais novos (2006, 82). Por outro lado, o tempo de duração de uma competência profissional é cada vez mais curto, «Isto significa dizer que adquirir uma competência não é possuir um bem durável [...]. O patrão que tem de optar entre reciclar um homem de 50 anos ou recrutar um jovem, sai-lhe mais barato o jovem» (*ibid.*, 82). Ilona Kovács, referindo-se à contratação de trabalhadores mais jovens, apresenta os resultados de um projecto sobre os “Novos modelos de produção na indústria portuguesa” e refere que a redução do emprego proveniente de reformas antecipadas acompanhado pela contratação de jovens com um nível mais elevado de escolaridade e de qualificação «pode melhorar a estrutura de qualificações, mas pode levar à perda de conhecimentos tácitos acumulados ao longo de muitos anos de experiência profissional.» (2002, 109).

Em relação à opção da empresa pelo despedimento dos trabalhadores mais velhos encontramos também aqui uma mudança de

opinião por parte do entrevistado. Enquanto que na primeira entrevista não aceita essa decisão; na entrevista feita cinco anos depois ele considera que assim foi melhor já que os mais novos teriam muita dificuldade em encontrar trabalho. Para procurar perceber a razão desta mudança, lembremo-nos da noção de “suporte” de Robert Castel (1995, 2001). Trata-se de um conjunto de direitos sociais conquistadas através do Estado Providência, que permitiram aos indivíduos a possibilidade de se tornarem sujeitos, ou seja, a capacidade de dispor de reservas que podem ser de tipo relacional, cultural, económico, etc., e que são as bases sobre as quais se pode apoiar a «possibilidade de desenvolver as estratégias individuais» (Castel 2001, 30). Garcia tinha um conjunto de “suportes” que lhe permitiram viver a sua nova situação de “trabalhador sem trabalho”, sendo que o principal foi o “suporte económico” associado às regalias sociais do Estado Providência.

4. De trabalhador a desempregado

O desempregado dos anos sessenta, no período do pleno emprego, pertencia a uma «população marginal» ou, então, a uma população de «espera entre dois empregos» (Ledrut 1966). Acontece que, actualmente, o desemprego não diz respeito a uma população «marginal», mas a uma população que teve uma carreira profissional estável: «desde 1974, não se trata apenas de um desemprego estrutural, o dos «activos secundários» (jovens, mulheres, trabalhadores mais velhos), mas também de um novo desemprego, que podemos qualificar de conjuntural, afectando uma população «normal». O desemprego actual ultrapassa o que podemos chamar as «categorias periféricas», continuando naturalmente a englobá-las.» (Schnapper

1994, 63). Trata-se, como diz Castel, da “desestabilização dos estáveis” (1995, 661). Foi de certo modo essa desestabilização que interveio no caso do Garcia. A sua história de vida remete para uma ligação fortíssima entre o indivíduo e a sua profissão. Toda a sua vida se centra no profissional que foi, que é... *«se tivesse feito isso (ter estudado mais) não seria o profissional que sou hoje, ou que fui, que sou, ainda me considero um profissional»*.

Como refere Bauman, à pergunta “quem é você?”, respondia-se com o nome da empresa em que se trabalhava e o cargo que se ocupava: «O tipo de trabalho definia igualmente os standards de vida a que se devia aspirar e a que se devia obedecer, o tipo de vizinhos em relação aos quais não se podia ‘ser menos’ e aqueles de que convinha manter-se afastado. [...] O trabalho ocupava um lugar central, tanto na construção da identidade, desenvolvida ao longo de toda a vida, como na sua defesa. O projecto de vida podia surgir de diversas ambições, mas todas giravam em redor do trabalho que se elegera ou se lograra. [...] Em síntese: o trabalho era o principal ponto de referência, à volta do qual se planificavam e ordenavam todas as outras actividades da vida.» (Bauman 2003, 34–35).

A identidade de cada um era marcada pela sua profissão, pelo seu trabalho. Não trabalhar, significava de certo modo ser excluído da sociedade. É assim, que para Garcia, embora estivesse a receber subsídio de desemprego e passasse posteriormente à situação de pré-reforma, o processo de despedimento foi acompanhado por um sentimento de “humilhação”:

é evidente que... é, não estava preparado para vir para a rua e há uma transformação total da nossa vida, porque eh, começamo-nos

a sentir inúteis, é essencialmente isso, porque nós quer queiramos quer não, primeiro porque temos mais tempo para pensar, e como temos mais tempo para pensar chegamos à conclusão de que fazendo uma análise profunda: afinal já sou velho, afinal já sou velho, já começo a estar inútil, será que a minha vida está a acabar (...)

A sensação de que se “é já velho”, “um inútil”, a ideia de que a “vida está a acabar” – uma e outra provocadas pelo desemprego – surgem, na história do Garcia, com uma certa ambivalência, pois ele tem perfeita consciência de que possui um conhecimento e uma experiência de trabalho que poderiam ser úteis e aproveitáveis pela empresa.

[...] Aliás [isto é] mesmo comprovado por outros colegas que estão na empresa-mãe, digamos, que aqui neste caso da Central, e não só, colegas de outras empresas que fazem parte do grupo de manutenção em que diziam assim: Eh pá, então, mas eles mandam-te embora, deixam-te ir embora, mas e fulano também porque depois há mais, não sou só eu, portanto digamos do ramo que se pode considerar os bons, eh, pá, deixou-te ir embora, então quem é que vai fazer o trabalho assim, assim, assim, [...] Isso ainda se torna mais penoso, nós sentirmos que somos úteis e ao mesmo tempo inúteis porque nos mandam embora.

De um modo geral, considera-se a existência deste grupo de “supranumerários” como um problema, principalmente económico, mas na verdade, «o assalariado desempregado fica privado, não só do seu emprego, mas também de uma parte da sua história» (Clot, 86). Para além do problema económico, que é já suficientemente grave, há o aspecto humano, que tem a ver com a sensação de exclusão experimentada pelo indivíduo, como se fosse deitado fora, posto de lado. O

«desperdício humano», como lhe chama Bauman (2006), corresponde aos membros desta população em excesso que, numa sociedade em que as pessoas “normais” trabalham, não podem ser trabalhadores, e numa sociedade de consumo, não podem ser consumidores⁷.

Breve conclusão

Qualquer história de vida pressupõe sempre a relação entre o comportamento individual e a estrutura social. No caso concreto do Garcia, um “profissional”, um operário especializado, a sua história de vida é o resultado de um determinado sistema social (onde a empresa Metalúrgica Duarte Ferreira é um elemento central), e da singularidade das suas práticas individuais.

Nas duas entrevistas realizadas ao Garcia, concretamente nos temas sobre o sentimento de insegurança no trabalho, e o despedimento dos trabalhadores mais velhos, encontrámos duas explicações diferentes para o mesmo fenómeno. Com o tempo, Garcia passou a olhar o seu percurso profissional como o de um trabalhador que sempre teve um lugar na sociedade: sempre foi um profissional com trabalho, e por outro lado, aquilo que lhe pareceu profundamente injusto quando foi despedido – despedirem os trabalhadores mais velhos – pareceu-lhe mais tarde uma medida justa, visto que os trabalhadores

7 Bauman denominou “comunidade de produtores” a primeira fase da sociedade moderna visto que a maioria dos seus membros se dedicavam principalmente à produção – tudo funcionava a partir da capacidade e vontade de produzir; na presente etapa da modernidade tardia, a sociedade humana impõe aos seus membros, principalmente a obrigação de serem consumidores – a norma imposta é que eles tenham vontade e capacidade para consumir (2003: 44).

mais novos iriam ter muita dificuldade em encontrar trabalho. Construímos sempre o passado em função do presente. O que significa que, à medida que vamos vivendo “novas” situações, alteramos a interpretação que fizemos dos acontecimentos passados: o que foi profundamente negativo num dado momento pode passar a ser entendido mais tarde como uma coisa positiva - pois, como diz o provérbio, “há males que vêm por bem” - ou visto com um olhar menos emocional e mais racional.

Garcia conseguiu resolver a sua situação económica numa situação de tangencia face à realidade: foi despedido com 55 anos e antes da alteração da idade da reforma para os 65 anos. Isto significa que passou directamente de uma situação de assalariado, para outra em que recebia o subsídio de desemprego e posteriormente para a situação de reformado. Os “suportes” assegurados pelo Estado Social garantiram-lhe sempre uma certa independência económica. Ora, actualmente o Estado Social parece estar a desmoronar-se, e os suportes tendem a desaparecer. Ao questionar-se sobre as diferentes maneiras encontradas pelos indivíduos de enfrentarem a instabilidade social, Sennett sustenta que « [...] o problema é saber como estruturar a narrativa da nossa vida hoje, num capitalismo que nos leva à *deriva*. Examinar como as pessoas enfrentam o futuro no capitalismo actual ajuda, em parte, a resolver este dilema. » (2000, 166).

Imaginemos como seria o futuro do Garcia depois de ser despedido com 55 anos e sem qualquer apoio social, ou quem seria o jovem Garcia se tivesse nascido em 1990? Um excelente aluno, bolseiro, do curso de engenharia, ou um jovem à deriva, ou...

Rosa Maria

1. O Lousal Mineiro

A biografia da *Rosa Maria* que aqui damos a conhecer ganhou densidade e textura num espaço-tempo determinado, a Mina do Lousal durante os anos 1940–60, mas foi, também ela, construída e reinterpretada pela sua protagonista num momento histórico muito particular – em 1996, 8 anos após o encerramento da mina.

A Mina do Lousal, no interior do concelho de Grândola, começa a ser explorada no princípio do século XX, teve o seu apogeu nas décadas de 40, 50 e 60 sob a égide da Société Anonyme Mines et Industries, controlada pela SAPEC (sede social em Bruxelas), e encerrou em 1988, culminando uma dinâmica de crise que se vinha estendendo desde o início dos anos 70 e que se deveu particularmente ao contexto económico externo e à conjuntura política e social criada com o 25 de Abril de 1974.

Do Lousal extraía-se pirite (enxofre), principalmente para exportação para os mercados europeus, mas também para o mercado interno. Em Portugal, o enxofre era utilizado na produção de ácido sulfúrico e na consequente fabricação de adubos comercializados, em larga escala, no Alentejo – assegurando-se, assim, uma cadeia de produção que se estendia do Lousal às Praias do Sado, em Setúbal, onde se localizavam as instalações industriais e o porto privativo da SAPEC.

Regra geral, por condicionalismos naturais, as minas situam-se em lugares ermos que é preciso transformar e gerir. Torna-se, então, necessário atrair e fixar um enorme contingente de trabalhadores, pelo que quase todas as companhias mineiras desenvolveram um tipo de gestão paternalista e de patrocínio.

Microcosmos social “isolado” na paisagem alentejana, a história da comunidade está, assim, indissociavelmente ligada à atividade extractiva (de subsolo), que lhe deu origem, com todos os traços de controlo social que caracterizam um lugar patronal, desde a subordinação do uso social do espaço, à rigidez da estrutura social e à homogeneidade socioespacial, passando por medidas de contenção salarial (se o risco económico foi tradicionalmente diminuído à custa da intensificação dos sistemas de exploração de mão-de-obra, o resultado, para as famílias mineiras foi a incapacidade de geração de poupança, a médio prazo) até políticas sociais de construção do “apego ao lugar” (cedência de habitação, de horta, criação de infraestruturas de saúde, de ensino, de atividades livres e de culto; dotação de estabelecimentos comerciais, etc.).

Correndo o risco de uma certa simplicidade esquemática, a imagem de uma pirâmide ilustra bem a importância populacional dos grupos socioprofissionais identificados na Mina do Lousal: do vértice para a base, um número ínfimo de chefias superiores e intermédias, um número reduzido de empregados de escritório, um número considerável de operários do exterior e um número muito significativo de trabalhadores do fundo, ideologicamente considerados como “operariado selvagem”.¹ A mesma pirâmide invertida ilustra ainda a importância social (relações sociais de poder) dos respectivos grupos socioprofissionais.

Indissociável da “esfera do trabalho” desdobrada em dois planos espaciais (fundo/superfície), esta “morfologia social”, caracteriza-se pela extrema hierarquização. No topo encontram-se as figuras tradicionais do padre, da professora primária, do médico, do diretor da mina, do chefe geral da superfície e do chefe geral do fundo.

No Lousal os modos de vida inscreviam-se na quotidianidade da luta pela sobrevivência, fazendo sobressair o valor do trabalho definido numa óptica instrumental, inscrito na acentuada distribuição desigual de poder e marcado pela natureza paternalista e de patrocínio das relações sociais.

Esta marca indelével do “trabalho” está intimamente aliada a uma concepção hegemónica da masculinidade que se entretece na “vida quotidiana” e que requer e se revela através de uma específica articulação com as dinâmicas familiares, as conjugalidades e a divisão do trabalho.

Em bom rigor, e numa perspectiva sociológica, não é da vida da *Rosa Maria* que falaremos, mas da vida das famílias mineiras, focalizando-nos na temática das “estratégias matrimoniais e modelos de conjugalidade”.

Veremos como os modelos conjugais e familiares em articulação com a esfera do trabalho se organizam em torno dessa ordem dicotómica masculino/feminino, investida de sentidos culturalmente construídos. A simbólica e a *praxis* associadas às categorias locais de representação do género não podem ser dissociadas nem das relações de conjugalidade, nem das relações de classe enquanto relações sociais de poder e, portanto, enquanto refletem processos de (in)conformação e desigualdade social.

Centremo-nos, então, no papel que cabe à *Rosa Maria* na gestão do quotidiano, para avançar na compreensão do modo de organização da vida familiar que veicula a domesticidade no feminino.

2. Uma Vida (quase) Feita na Mina:

A História da Rosa Maria² enquanto “Totalidade”

Rosa Maria nasce em Sta. Clara-a-Velha, concelho de Odemira, em 1926 (Anexo 1). O agregado familiar de origem era composto por oito pessoas: pais, quatro irmãos, uma irmã e a própria. Como era a irmã mais velha, coube-lhe cuidar da família. *“Foi por isso que não fui à escola.”* Mas desde muito cedo serve nas casas mais abastadas: *“Antes de casar é que andei a servir... a partir dos 14 anos”*.

José Fouto, aquele que será o seu marido, nasce no ano de 1920, no concelho de Silves, mais especificamente em S. Bartolomeu de Messines. O seu agregado familiar de origem era composto por seis pessoas: a mãe, o padrasto, três irmãs e o próprio. Não frequenta a escola primária e começa a trabalhar muito cedo no campo (aos 6 anos guarda gado, aos 12 vigia medronhos). Vai para Sta. Clara-a-Velha para trabalhar na construção de uma estrada. Antes, trabalhou na construção das linhas de caminho-de-ferro, no Alentejo Litoral. De facto, *“andava trabalhando onde encontrava”*, diz ela.

Em qualquer dos casos, não parece haver antecedentes familiares significativos de ligação à atividade mineira.

“Juntam-se” por volta de 1944/45 e ficam a viver em Sta. Clara-a-Velha. O primeiro filho nasce em Maio de 1946. Diz ela: *“Já fez 50 anos. O dia é que [não me lembro]... a gente juntou-se... aquelas misturas. (...) Tenho um filho que faz 50 anos em Maio.”*³

A decisão do casal de ir para o Lousal tem a ver com a instabilidade e a falta de trabalho, bem como com os baixos salários. Na altura, ele trabalhava com o pai dela, como servente.⁴

Ele chegou ao Lousal a 1 de Dezembro de 1946 e começou a trabalhar a 4. Tem, então, 26 anos de idade. Foi viver para o Bairro dos Quartelinhos (ou dos Solteiros), num quarto com três camas e 12 pessoas (dormiam por turnos).⁵

Rosa Maria veio cerca de 5 meses depois, mas foi residir em Canal Caveira, num fogo com duas divisões. Ele ia visitá-la aos fins de semana (cerca de 3 horas a pé). Em Canal Caveira nasce o segundo filho.

É em 1953 (cerca de 6 anos depois), já no final da gravidez do terceiro filho, que ela se muda para o Lousal e passam definitivamente a viver juntos no Bairro da Graxa. O fogo também tem apenas duas divisões. Aí nasce o terceiro, o quarto e o quinto filho. Contudo, são seis pessoas a viver em apenas um quarto porque quando a filha mais nova nasce, o mais velho já está no Algarve a viver com a avó. Ela tem, então, 37 anos e o ano é 1963.

Quando nasce o terceiro filho, a mulher considera que não é possível adiar por mais tempo a decisão de casar (há seis anos que o marido descia à mina) e expõe, insistindo, o seu ponto de vista ao marido: *“Mas olha lá, já temos três filhos, acontece alguma coisa...”*, que nessa altura morria aí muita gente... chegavam a morrer aos três de uma vez, *“não somos casados, de hoje para amanhã acontece uma coisa qualquer e ficamos sem nada.”* Ele acaba por concordar. *“Fui logo a caminho do padre. Ele tratou de tudo e mandou a gente ir ali além à igreja um dia e casou a gente. Mas força dali [aponta para o marido] não foi nenhuma.”* Ela refere que não festejou o acontecimento: *“Tínhamos algum dinheiro*

para festas, filha? Com os ordenados tão pequeninos naquela altura...”

A opção de ter casado por Igreja não lhe merece comentários⁶.

Têm, então, que mudar provisoriamente para o Bairro do Barraquinho, porque o Bairro da Graxa é, primeiro, afectado pelos disparos na corta (barulho, tremores) e, depois, abrangido por ela. Naquele bairro continuam a usufruir de apenas duas divisões. Depois de sucessivos pedidos de mudança de casa, ao fim de cerca de um ano passam, então, a viver no Bairro dos Quartéis, de onde não mais saem.⁷ Pela primeira vez, habitam uma casa com dois quartos, sala de jantar e cozinha. A casa de banho só é construída pela empresa depois do 25 de Abril de 1974.⁸

A primeira ocupação profissional dele é encher vagonetas na corta, ou seja, começa como safreiro na superfície. Cerca de 2 meses depois, é transferido para o fundo da mina como ajudante de marleteiro. Cerca de 5 anos depois (1952) passa a marleteiro e cerca de 8 anos depois (em 1960) é transferido para a superfície. Deixa o fundo com 13 anos de trabalho como mineiro e com 40 anos de idade, ao que parece por que apresenta uma desvalorização permanente de 10% devido à silicose. À superfície desempenha várias atividades. Começa por trabalhar nas estradas, é guarda do Polvarinho, trabalha na Central Eléctrica. Reforma-se em 1981, com 61 anos.

Ela concilia as tarefas domésticas com o trabalho no campo, como assalariada rural.

Diz ela: *“Deus Nosso Senhor me desse anos de vida quantas lágrimas eu chorei de cada vez que sabia que estava grávida. Eu pensava em tudo isso, mas o homem dizia sempre que filhos nunca eram demais e que só parava na menina. E foi assim.”*⁹

Os partos ocorreram todos no domicílio. As histórias dos partos contadas por ela são tristes. Mesmo assim, fez alguns abortos.¹⁰ Diz que ele não queria ter cuidado, que era “tudo à vontade”.

O dia-a-dia era muito difícil¹¹.

Recorda que para comprar a máquina de costura teve que trabalhar muito e, mesmo assim, ainda teve que pedir dinheiro em prestado ao irmão.

Recorda, também, a dificuldade de gestão do trabalho e da vida familiar: *“Eu ia prò arroz e levava os meus filhos e ficavam outros com o pai. E tinha que ir porque ele ganhava muito poucquinho. Ganhava muito poucquinho. E eu não podia ver os meus filhos com fome. Então ia trabalhar. Um ano levei dois.”*

E assim, os filhos, os dela e os dos outros, foram crescendo nos campos ¹². *Rosa Maria* traça-nos o retrato desse tempo: *“Quando eu vim pra aqui morar, o luxo aqui da mina era a “alpercatinha” de borracha e as meias de “cordanito”... (...) Lenço na cabeça e toda a gente ia à monda, ia à ceifa e era prò arroz e tudo. Moços com doze, treze anos, toda a minha gente. Todos esses moços, andava tudo com as mães.”*

Os filhos só tinham dois conjuntos de roupa, duas *mudas*, segundo a sua expressão. À noite dava-lhes banho e na água do banho lavava a roupa deles. Punha-as a secar ao lume durante a noite e no outro dia já estavam secas. Vestiam uma *muda* e lavava outra, e assim sucessivamente.

E *“os homens fazem alguma coisa prà [ajudar em casa]?!... Os moços ajudarem em casa?! Deixavam uma peúga aqui, outra além, um sapato aqui, outro acolá... e mudar de roupa duas ou três vezes. Esse mais novo era assim.”*¹³

Saía de madrugada para ir buscar água potável ao Monte de Vale Junco ou ao Monte do Lousal e demorava cerca de 1 hora no percurso. Depois caminhava mais 2 horas até ao trabalho no campo. Começava a atividade agrícola ao nascer do Sol e só terminava ao pôr-do-sol ou mesmo depois. Chegava a casa muito tarde. Também ia à lenha, cozia o pão, cosia a roupa do marido, lavava roupa na Ribeira de Corona (na Tapada não era permitido) e/ou nos tanques da empresa.¹⁴

O que é que a gente fazia? Com uma casa cheia de moços. O que é que eu fazia filha? De Inverno, chegava a ser de noite ainda tava ali nuns tanques, (...) tava ali lavando. Com as geadas... até caía geada no corpo, pois. De manhã cedo... a gente ia à lenha, pra cozer o pão...// Ia buscar feixes de lenha à cabeça... bastante longe. (...) Buscar farinha. Peneirar. Levantava cedo pra cozer. Lavar a roupa toda à mão (...).

No pouco tempo que lhe restava, havia ainda que ajudar o marido a cuidar da horta¹⁵.

Na prática, não havia tempos de lazer para nenhum dos cônjuges.¹⁶

A história de mobilidade residencial compulsiva da família associada a más condições de habitabilidade ia-se construindo como um “grande enleio”, como *Rosa Maria* lhe chama.

Podemos ver e sentir o ambiente de quando se mudou da Caveira para o Bairro da Graxa, no Lousal do início da década de 50.

Foram-me buscar as coisas. E as coisas vieram. Chegaram ali já de noite. Calcule... com os mocinhos [dois filhos], de barriga grande, com as coisas tudo de montão ali pra casa. O que é que eu faço... ponho o colchão no chão pra gente dormir. Mas já tinha a impressão que havia percevejos. Ai meu Deus! À luz dos candeeiros

de petróleo... eu pus o colchão no chão. Não se esperou nada, uma ferroada. Pronto, o sono foi-se. Passado um bocado lá vinha ele além a descer pela parede abaixo. Ai minha mãe! O que é que eu faço à minha vida? Depois no outro dia lá comecei a arrumar as coisas, com um trapo com petróleo, nos pés das camas... camas de ferro... umas latinhas de conserva com petróleo, cada pezinho da cama assim dentro. As camas desviadas da parede. E todos os dias, todos os dias, todos os dias a “empetrolar” além aquilo. Conforme, além rente às “bagues” das portas... lá ia com uma faca, tirava aquilo [percevejos] e vá de petróleo, e dei conta deles. Mas sofri bastante.

Não deixa de ser verdade, contudo, que o saldo positivo entre o tempo actual, em que se constata uma visível melhoria das condições de habitabilidade, e o passado, tende a favorecer uma rememoração social que enfatiza a dureza desses tempos.

Só em 1966, com 40 anos de idade, Rosa Maria inicia a sua atividade na mina, como escolhedora na trituração¹⁷: “Até aí fui. (...) Era à monda do trigo, era a apanhar moitas, era estevas, e urzes e cepas, e tudo...monda do trigo e ceifa, e depois ia pró arroz.”

Na trituração trabalha durante 12 anos. “A gente vinha dalém [da trituração] só luziam os olhos e os dentes. Pretas, pretas. Quando era enxofre... Como é que as senhoras dos empregados de escritório queriam que a gente se arrimasse [aproximasse] a elas? Não queriam. Por isso...”¹⁸

O seu trabalho de escolhedora não exigia qualquer tipo de qualificação (técnica ou literária), nem supunha uma carreira.

Trabalhava na escolha ... tava o motor a trabalhar e depois aquela tela tava a correr, a tela vai correndo, não é? A gente távamos

aqui e a tela ia correndo, e as pedras vinham vindo. Era o minério, era o “relhano” e era o seixo, era a “talisca”. E a gente tirava o seixo, a “talisca” e o “safrão”, aquilo que a gente podia tirar // (...) e quando aquilo parava a gente varria. A gente enchia as vagonas, empurravamos-las pra despejar. Era o trabalho que a gente fazia lá, além na trituração.//[Categorias no interior do grupo profissional das escolhedoras] Éramos todas trituradoras X. Foi sempre assim. Sempre.

Mas Rosa Maria quer contar-nos um episódio engraçado, insiste mesmo para que ouçamos uma experiência que viveu na trituração.

Trabalhava além na escolha. Veio pra aí esse encarregado, que era o F.V., mandava só cá de fora.// Foi lá, escolheu-me a mim pra ir trabalhar lá onde trabalhava o V.R.// Tirar as amostras do minério, o mais fino, o melhor, o mais ruim, aquela coisa assim. Então o homem foi-me lá buscar pra eu ir para lá. Digo eu assim: “Sr. F.V., eu não sei ler. Uma pessoa que vá pra ali pra aquele lugar, tem que saber ler.” “A senhora vai porque eu tou a dizer prà Sra. ir e a Sra. vai.” “Vou Sr. F.V., vou sim senhor. Mas não vou lá fazer nada que preste.” Fui para lá e aquilo era assim, vinha aqueles canudos grandes, com uma sonda (...). E criaram ali uma máquina, naquela casa, aquilo era moído e posto em saquinhos. Este, era duma polegada, aquele canudo era doutra, aquele canudo era doutra. Cada canudo depois de moído ia para um saquinho, não é? Olhe, depois tinha que ir o nome, não acha? Um número e um nome. Como é que eu podia pôr aquilo se eu não sabia?// “Sr. F.V., eu não posso fazer isto. Eu não posso ocupar o lugar, porque eu não sei ler.” “Ponha uma tabuleta e ponha aí o nome das amostras.” “Sr. F.V. eu não posso.” Tivemos uma turra! Como é que eu podia fazer uma coisa que eu não sabia?

Como ele sabia ler pensava que toda a gente sabe.// Então ele dizia pra eu pôr e eu dizia que não podia. Que não sabia. (...)// Resolveu-se, eu fui-me embora pra onde estava. Depois convenceu-se. Depois o V.R., que foi o V.R. que lhe disse: “A mulher não sabe ler, Sr. F.V. A mulher não sabe ler, como é que ela pode tar ali?” “Isso é porque ela não quer tar trabalhando naquela casa.” Pensava que era de eu não querer, então embirrava que eu não queria tar ali e que era por isso que eu não escrevia.// Mas eu não haveria de querer porquê? Pois ali não apanhava tanto pó. Não apanhava tanto pó!// [Porque o F.V. a escolheu para aquela função] Não sei. Achava-me mais jeitosa pra eu tar ali. Mas eu é que não podia tar ali. Não sabia.// Oh! Senhora! Mas como é que uma pessoa pode ocupar ... ainda se fosse uma coisa que... “Bom, você faz isto e faz aquilo. Tá bem, a gente faz aquilo, mas escrever não. Não se faz assim dum momento prò outro.”¹⁹

Pelo nosso lado, também reconhecemos a exemplaridade desta situação, já que apresenta semelhança com o funcionamento da lógica de poder no fundo da mina, pondo a descoberto a arbitrariedade dos critérios que estão na base da mudança de um trabalhador de um espaço profissional para outro e/ou da sua eventual promoção.

Na trituração começava cedo, mas também chegava mais cedo a casa. Tinha que deixar o almoço feito e a roupa das crianças preparada para elas irem para a escola. Mas era um tempo melhor.²⁰

Ainda assim, em algum momento terão Rosa Maria e José Fouto colocado a hipótese de sair do Lousal?

José Fouto tinha 40 anos de idade, uma doença profissional contraída no fundo da mina (silicose) e o seu futuro para alguns anos já assegurado em trabalhos à superfície. Foi quando recebeu

uma proposta de trabalho para os caminhos-de-ferro, onde já tinha trabalhado em novo. O facto de não ter conseguido obter indemnização pelo tempo que tinha trabalhado na mina impediu, segundo ele, que aceitasse a proposta.

Tentei sair ainda pró caminho-de-ferro outra vez, mas eles não me davam nada. Deram aí quatro contos a uma pessoa. Se eles [empresa mineira] dão quatro contos [de indemnização] naquela altura, eu tinha saído. (...) Eu já tinha falado [com um responsável da CP] e até me deram a escolher... conheciam-me bem, a mim e à minha mãe, que a minha mãe tinha sido guarda da CP. E então, “Ó homem, tu tens possibilidade. Se quiseres ir...” Mas o J.A.S. [chefe de serviço do fundo] disse-me “És muito novo, ninguém te pode dar nada.” És muito novo e és muito novo e eu nunca fui. Fiquei aqui. Pronto, acabou-se.”

A sua mulher, contudo, chama a atenção para outro factor que considera decisivo: *“E agora vamos pra lá, não temos dinheiro para comprar uma casa, não temos casas nenhuma... temos que nos deixar tar aqui.// Olha, deixemo-nos tar aqui...”* E assim foi.²¹

A verdade é que, com exceção daquele “incidente”, o “presente” que Rosa Maria e José Fouto viveram amarrou o seu “projeto de vida” ao quotidiano.

E se hoje, libertos dos constrangimentos e de uma “vida irrepetível”, até podem pensar, desejar ou imaginar outro percurso e nos dizer, como José Fouto, que *“não, pra isto já não. Prà mina já não. Sabia trabalhar, sabia coiso, mas não.// Parece-me que não vinha para cá. Se conhecesse o que eu conheço... nunca tinha parado aqui... me metido ali. (...).//Já não queria ir prà mina”*, a verdade é que a

estratégia delineada, em primeira mão, foi a da “sobrevivência material”²² e, por isso, a ideia de projeto de vida enquanto inscrição no futuro não foi sequer conceptualizada, quanto mais operacionalizada.

“Ai, eu não sei. Tive tantos anos mal.// Eu tive tantos anos... se fosse aqui explicar, tava aqui até ao sol-posto!” – exclama Rosa Maria.

Era um tempo tradicional, o do Lousal dos anos 1940–60. E é nesta medida que se compreende a lógica gregária da família mineira e a sua focalização nos filhos – eles, que “corporizam” o legado, por excelência, de uma herança familiar caracterizada por limitados recursos sociais capitalizáveis e transmissíveis.²³

Os projetos de *Rosa Maria* e de José Fouto, enquanto casal, são projetos delegados nos filhos.²⁴

Dos seus cinco filhos, apenas dois não foram além dos quatro anos de instrução primária.²⁵

Quanto ao trabalho no fundo da mina, era uma alternativa a não considerar para o futuro dos seus filhos – rapazes, como esclarece Rosa Maria, *“porque eles não queriam e a gente também não. O pai também não.// “Não senhor. Vão trabalhar aí pra outro lado qualquer. Seja como for. Mas prà mina não vão, filhos. Enterrados em vida.”// Porque a gente tínhamos medo que eles morressem lá... desgraçados.”*

Dois dos quatro filhos, quando terminaram a escolaridade básica, foram residir e trabalhar para casa dos avós paternos, acabando por nunca se ligar ao trabalho da mina do Lousal, quer no fundo quer na superfície.²⁶ É ela que continua a nos elucidar: *“O mais velho foi pra lá [para S. Bartolomeu de Messines] porque tinha lá a avó da parte do pai. Quando ele fez os 12 anos, fez a 4.ª classe... Ela tinha já pedido a um senhor... admitiu-o pra lá, prà mercearia. E ele*

foi pra lá empregado.// (...) Depois quando o meu [outro filho] fez a 4.ª classe, a avó puxou por ele pra lá também. Estavam os dois na mercearia.” A idade do trabalho continuava a começar cedo, no início da adolescência, revelando que a construção da identidade social e sexual, o “fazer-se homem”, ainda passava significativamente pela entrada na “esfera do trabalho”.

Não obstante, apenas um dos seus filhos trabalhou na exploração mineira do Lousal durante 10 anos, dando conta da interiorização de uma prática de acomodação que, aparentemente, não merecia o consentimento dos pais: primeiro como pedreiro, depois como ajudante de marteleiro no fundo na mina e, devido a um acidente que acabou por motivar a sua transferência para a superfície da mina, por fim, como apontador. Mas deixou de trabalhar para a empresa mineira em 1980, encontrando-se emigrado desde então. Actualmente é motorista de transporte público colectivo.

Também se regista que apenas a sua única filha ficou a residir no Lousal.

A trajetória biográfica dos descendentes da família de *Rosa Maria* e José Fouto não se delineou segundo a reprodução “fatalista” da mesma situação social de pais para filhos.²⁷

Mas o momento propicia o balanço – possível – da história de cada vida pessoal e familiar bem como da própria comunidade que com elas se entrecruza. A mina já não existe como fonte de trabalho. A vida ativa terminou há muito. O lugar, a terra onde viveram, permanece lá. O tempo é outro e o espaço também.

A verdade é que, dada a sua qualidade perdida de “espaço de centração”, ou seja, dado o desaparecimento da experiência

praxeológica da mina, os sentimentos emergentes são contraditórios e complexos.

José Fouto já nos disse, ainda que por outras palavras, que se pudesse ter feito um diagnóstico antecipado do que iria viver, não teria ido para o Lousal.

Também *Rosa Maria*, sobretudo atendendo ao sofrimento passado pelo marido, não gostaria de voltar a ver a mina em funcionamento. E diz-nos que *“Ainda hoje, tem noites que [o marido] ainda sonha com aquilo. Dá com cada pulo.// Eu não tenho pena nenhuma [da mina já não estar em funcionamento]”*.

Das muitas pequenas histórias que pontuam o seu discurso, há, aliás, uma descrição de um episódio que sintetiza dois aspectos fundamentais para a construção da identidade pessoal e social: a discricionariedade do comportamento das chefias (já ilustrado anteriormente numa situação por ela vivida na trituração) e o “risco da descida ao fundo” expresso no seu traço mais marcante – o acidente de trabalho.

Morreu aí um homenzinho, que deixou 6 filhos. (...) E chegaram lá os capatazes, os engenheiros, ou não sei quem... // E disseram-lhe, “Ah, você com a barrena, se tocasse além naquelas pedras, aquelas pedras caíam.” E ele assim, “Mas é que elas caem-me em cima e eu morro.” “Mas você há-de fazer, você há-de fazer.” O homem irritou-se, sabia que ia mexer além e aquilo caía...[o marido afirma “Foi a morte dele, coitado.”]// Pegou na barrena... pumba! Conforme bate assim, as pedras desandam... a barrena é assim uma coisa comprida... atravessou aqui, a barrena... as pedras desandaram, fizeram de força, atravessaram a barriga do homem daqui até abaixo. Ficou tudo, tudo pendurado, os rins do homem ficaram rente aos

calcanhares, pendurados por umas linhas. // (...) // Deixou 6 filhos. (...) Os mocinhos andavam todos à escola. (...) e depois veio para a ambulância, ainda teve além um bocado... (...) os mocinhos entraram... e não houve ninguém que não chorasse, tanta gente, tanta gente que lá estava dentro... entraram para dentro da ambulância... beijaram o pai. Todos os 6 de batinha, que eram muito asseadinhos...//(...)// Seis de batinha branca...(...) A despedirem-se do pai (...).

Mas quando se trata de buscar razões para o fecho da mina, é também ela que radicaliza o discurso contra a Administração da empresa mineira.

“[Patrão] Levou um par de empurrões ali no Salão [coletividade].// Andaram aos empurrões com o homem ali.// Os trabalhadores.// [Ele] Nunca mais quis saber.// (...) Eles mesmo [os proprietários da mina] deixaram estragar as máquinas, martelos, deixaram estragar isso tudo.// Olhe, havia mais minério descoberto pra mais de 30 anos de mina quando ela parou.// (...) Porque os patrões tavam cheios de dinheiro e não se importaram com estes desgraçados que tavam todos queimados...// (...) Depois... tanto mineiro que ficou lá em baixo, ainda há mineiros que estão lá em baixo.// Eles ficaram com a fortuna... Eles ficaram com a fortuna, e a gente ficámos todos na miséria.// Pois, todos queimados.”

E se não se tratasse da vida dele e da sua família, mas da de outros, até José Fouto pode ver alguns benefícios decorrentes da reelaboração da mina e é capaz de nos dizer: “Eu tenho pena num sentido. Houve aí muita gente que julgava quando ela parasse era melhor pra eles, mal por mal. E visto eu não trabalhar já lá, lá trabalhavam outros, sempre tinham o ordenadinho deles certo. Havia

aí muita gente que não são capazes de fazer mais nada senão isto.// (...) Tenho, sim senhor [pena]. Não era pròs meus virem cá pra dentro. Mas era pra outros. (Risos)."

Se nos situarmos do ponto de vista da avaliação entre passado e presente, então ela faz-se balizada pelo binómio vida-morte. O Lou-sal morreu, porque a mina, identificada com o fundo/o interior, era o "coração" da vida da comunidade.

E aí é preciso lembrar a vida que emergia da "mina em funcionamento"²⁸, por momentos subtraída ao fundo de "sofrimento" que foi dando conteúdo e sentido ao discurso biográfico.

3. Uma Vida que Faça Sentido:

A Abordagem Biográfica na Construção da Memória Familiar e Social

Privilegiou-se, como principal ferramenta do processo social de observação, a "narração biográfica", no sentido em que esta designa a história de uma vida contada pelo próprio, implicando, portanto, um narrador – o portador da informação – e um narratário – investigador que propõe a narrativa.

O contexto interlocutório da entrevista fez "construir" um discurso que permitiu a reconstituição da trajetória social (passado, presente e futuro) a partir do quadro de significância da *Rosa Maria* e numa dupla vertente: a da singularidade da sua biografia e da genealogia familiar, e a das regularidades sociais que se inscrevem como pano de fundo da sua ação.

O "desfecho", em 1988, exogenamente determinado de quebra do autocentramento na mina enquanto espaço de prática, símbolo e

poder provocou uma descontinuidade irreversível no modelo social patronal vigente e fechou um ciclo na vida da comunidade local.

Considerou, então, a investigadora, que oito anos volvidos sobre a quebra/diluição do autocentramento espacial (mina) e do controlo social – 1996 foi o ano em que decorreu a fase mais intensa do trabalho de campo – se estava ainda perante um contexto de “crise”, particularmente favorável à reelaboração, renegociação e avaliação das biografias individuais e da memória colectiva face à “nova” situação social. O “presente” que condensava esses anos pós-encerramento da mina constituía, assim, uma oportunidade para a desmontagem dos processos de dominação/subversão das redes de poder e das estratégias e táticas que os atores sociais desenvolvem nos momentos de “risco na transição de papéis” e/ou na passagem a outros ciclos de vida.

Perante uma mulher idosa (tinha 70 anos de idade quando foi entrevistada), marcada por uma memória social ancorada em relações sociais de subordinação, aquele contexto de crise identitária (ausência do espaço de contração – a Mina – que conferiu sentido à sua vida), revelava-se propício, ao mesmo tempo, à desmontagem daqueles processos de dominação/subversão das redes sociais de poder e a um balanço da história pessoal.

A ativação da memória social é, assim, comandada pelo presente, na medida em é neste espaço-tempo que se opera a “filtragem”/seletividade das percepções do passado e se constrói um balanço da história pessoal que tende a preservar a necessária segurança “ontológica” da identidade pessoal e social.

A entrevista realizada abarcou um vasto conjunto de temas – origem social, trabalho, família, sociabilidades, habitat, projetos e

investimentos (pessoais e familiares), e referentes significativos do espaço social do Lousal –, os quais recobrem as inserções sociais que estão presentes na (re)construção dos modos de vida por referência às dimensões da mina-poder, mina-prática e mina-signo.

O contexto interlocutório da entrevista e o texto oral produzido acabaram por evidenciar nesta, como nas outras entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa, a especificidade do universo sociolinguístico mineiro do Lousal associada a um processo mnemónico assente na palavra falada, que determinaram a construção de um “Glossário de Palavras” relacionadas com a atividade mineira (Anexo 3) e de um “Glossário de Expressões” (Anexo 4) recorrentemente utilizadas pelos entrevistados.

Contudo, se é certo que a “narração biográfica” constituiu o principal instrumento de análise, o modelo de análise e a estratégia metodológica preconizados relevaram a importância da diversidade das modalidades de produção da informação, havendo que realçar a “observação” e a análise de fontes documentais e estatísticas enquanto instrumentos que permitiram contextualizar as narrações biográficas, clarificando o seu sentido.

Assim, embora a matriz seja sociológica, dois traços distinguem indelevelmente este processo de investigação: a pesquisa de terreno, marcada pela persistência da investigadora no Lousal ao longo de cerca de três anos (1994–1997) conjugada com uma abordagem teórico-metodológica situada numa posição de “rótula” relativamente ao trinómio antropologia/sociologia/história, ou seja, que enfatiza, fora do quadro e do espartilho formal de cada disciplina, o campo criativo criado pela conjugação de diferentes métodos e técnicas de investigação em ciências sociais.

No presente texto demos enfoque ao discurso construído no feminino no seio de uma família mineira, a da *Rosa Maria*, resgatando-o aos discursos de homens e mulheres, operários e empregados de escritório, que, de uma outra forma, são os protagonistas da contrastação social do Lousal.

Rosa Maria é um pseudónimo, mas o rosto e a história de vida são dela.

NOTAS:

1 A distinção entre “assalariado” (operários) e “empregado” (empregados de escritório, chefias superiores e intermédias) congrega, ao nível da “esfera do trabalho”, todas as diferenças que encontramos entre “empregados de escritório” e “mineiros” enquanto grupos sociais que protagonizavam a contrastação social do Lousal. A identidade dos escriturários era produto de um modo de socialização no trabalho que se inscrevia num espaço profissional específico e de pequena dimensão - os escritórios da mina - conferindo um elevado prestígio social a quem neles trabalhava, quase independentemente da tarefa desempenhada. Não obstante, mais do que os aspectos técnico-organizacionais (existência de “carreira”), mais do que a especificidade das tarefas desempenhadas (trabalho limpo e “intelectual”, ausência de turnos e de avisos sonoros, etc.), mais do que as eventuais diferenças salariais relativamente aos outros grupos profissionais, o que os distinguia era o seu estatuto de “empregado” por oposição ao de “assalariado”. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (Boletim do INE, 1968), Empregado é “*Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrem, recebendo a sua remuneração ao mês ou à comissão*”, enquanto Assalariado é “*Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrem, recebendo a sua remuneração à quinzena, à semana ou ao dia*”. Estas definições utilizadas na organização interna de classificação do pessoal da mina pressupõem relações laborais e salariais distintas, mas é no contexto extra-laboral e extra-económico que elas ganham todo o seu sentido e plenitude, produzindo uma marcação fundamental da vida social que se reflete em várias das suas dimensões (escolar, residencial, etc.).

2 Situação de entrevista: Entrevista realizada no Bairro dos Quartéis, no domicílio dos entrevistados (cozinha), em 19 de Fevereiro de 1996. A entrevista foi marcada com *Rosa Maria*, com o objectivo de recolher a história de vida de uma mulher que tivesse trabalhado na mina, mas ligada

à produção (sector da trituração). Não obstante, a entrevista acabou por ser realizada aos dois elementos do casal, dada a permanência do cônjuge no local. Em 19 de Julho de 1996 foi estabelecido um novo contacto com *Rosa Maria*, à noite, junto à porta de sua casa. A filha e a vizinha também participaram na conversa. Não se recorreu, neste segundo encontro, ao registo por meio de gravação, mas resgataram-se as proposições mais significativas.

3 Existem condicionantes sociais que, ao determinar modalidades próprias de inserção social, influenciam a escolha do cônjuge: desde a condicionante mais objectiva, como a proximidade geográfica da residência e do local de trabalho, passando pela homogamia social (origem social, estatuto socioprofissional), até à proximidade de valores e concepções de vida, que se pressente na biografia enquanto totalidade. O “mercado matrimonial” é ele próprio atravessado pela situação social dos seus protagonistas. Para um e para outro, *Rosa Maria* e José Fouto, a constituição de uma nova unidade familiar não pressupôs, decerto, uma aliança entre duas parentelas nem expectativas de mobilidade social, por via da escolha do parceiro. Estamos perante uma trajectória familiar que se inscreve na repetição, acentuando mesmo a condição de proletarização da identidade herdada. O “viver juntos” como modelo de união conjugal indica, em primeiro lugar, que não existem relações de propriedade a preservar por via das relações matrimoniais e da genealogia familiar. A união formal, porque inscrita num ritual festivo para o qual é necessário despender recursos económicos num meio em que eles são escassos, é objectivamente preterida, de modo que a passagem para uma situação de conjugalidade assumida tende a adquirir um carácter menos excepional, aliás, amortecido muitas vezes, pela permanência, embora transitória, do jovem casal na casa dos pais, normalmente os da mulher. Em última análise, “(...) a instituição do ‘juntar’ permite o começo da vida sexual conjugal sem que estejam reunidas as condições materiais para a constituição de um novo grupo doméstico”, sendo que “casar é, para as mulheres, a obtenção do estatuto adulto e de algum poder, investido na casa e projectado nos filhos” (Almeida, 1995: 222).

4 O desenvolvimento da Mina do Lousal está fortemente associado à constante, embora irregular, crise social e económica dos campos do Alentejo e do Algarve, instalada a partir dos princípios do séc. XX e vivida por uma população agrícola excedentária, analfabeta, com um elevado número de filhos por casal, auferindo baixas remunerações e sem condições de regularidade da relação salarial (precariedade e incerteza do trabalho). No início dos anos 50, a Mina do Lousal estava no auge da sua posição como importante centro empregador da sub-região. A forte atração exercida pela mina e a eficaz socialização no contexto do trabalho mineiro compreendem-se através de duas ideias-chave: a primeira, assenta na representação da mina como um recurso inesgotável, garante de um trabalho estável e, portanto, com pagamento certo; a segunda, remete para a reprodução de uma mesma “condição de proletarização”, acentuada pela continuada relação com o meio rural e agrícola envolvente. De facto, a ocupação “mineira” do Lousal, de lavra relativamente recente, tem uma história geracional

curta, pelo que das genealogias familiares está praticamente ausente uma identidade herdada relativa à condição operária mineira. Se aqueles que chegaram ao lugar já em plena idade ativa, no final dos anos 40, inauguraram por si mesmos uma relação com a Mina do Lousal que não se estendeu ao seu grupo doméstico de origem, no caso dos outros, indivíduos criados e maioritariamente nascidos no Lousal, os antecedentes de ligação à mina recobrem apenas a geração precedente, normalmente por via dos pais. Não obstante, o que interessará ressaltar é que quer num caso, quer noutro, a população assalariada agrícola constituiu a principal reserva de mão-de-obra que acabou por formar o operariado mineiro do Lousal. Assim, mais do que meios sociais de recrutamento distinguem-se diferentes modalidades de encaminhamento do pessoal para a Mina do Lousal, marcadas por trajetórias profissionais que incluem experiências laborais diversas. A construção da rede viária no Alentejo Litoral, em particular da linha férrea do Vale do Sado, constituiu um “trampolim” para a Mina do Lousal, ao propiciar a tomada de conhecimento com aquela realidade social. Naturalmente que outras modalidades de recrutamento existiram. Uma inscreve-se numa linha de continuidade com a atividade agrícola, outra na continuidade com a atividade extractiva, em virtude da passagem por outras minas, de que se destacam as minas de Aljustrel com quem as do Lousal estabeleceram relações privilegiadas.

5 Durante a fase mais marcada de crescimento económico da exploração mineira (final da década de 40 e princípio da de 50), em que ocorreu ao Lousal uma numerosa população, a carência habitacional constituía um grande problema. Para muitos, a solução passou pela construção de alojamentos precários – barracas – os quais inundavam a paisagem mineira. Contudo, uma das principais estratégias de fixação preconizadas pela empresa mineira consistiu, precisamente, na criação do seu próprio parque habitacional, por via da construção de “quartéis operários”. Alguns destes quartéis operários destinavam-se a operários solteiros e/ou cônjuges deslocados da família, configurando bandas habitacionais compostas por cozinhas comuns e fogos com apenas uma divisão repartida por vários homens. Foi o caso do Bairro dos Quartelinhos, onde José Fouto residiu durante mais de 5 anos. Na generalidade, a obtenção de uma casa no interior da concessão mineira, portanto, gratuita, revestia-se de grande dificuldade. Esta dificuldade era acrescida no caso das famílias já constituídas. E se *Rosa Maria* teve de ir viver para a antiga mina da Caveira, outros casais houve cuja solução para a família se manter junta, num cenário de muita procura e pouca oferta foi arrendar um alojamento fora da propriedade mineira. Outra estratégia era, também, desenvolvida pelas famílias, esta no intuito de dilatar a permanência no Lousal, normalmente até aí conseguir um alojamento em regime de cedência: trata-se da retaguarda habitacional sustentada por via da solidariedade parental (de pais para filhos) no início da vida conjugal.

6 Instrumento de moralização das classes populares e da regulação das relações sociais, o casamento religioso foi, durante a década de 1940, alvo da atenção da empresa mineira, que desenvolveu estratégias (em consonância com os valores do Estado Novo) para a sua institucionalização.

Para aqueles que, à partida, já estavam plenamente inseridos nas redes locais de poder, o namoro e, de seguida, o casamento por igreja para formalizar a união conjugal inseria-se plenamente nos requisitos de consolidação do seu estatuto social, por conformação ao modelo conjugal da família burguesa. Para as famílias que aspiravam a um percurso de mobilidade ascendente, o casamento religioso tomava um carácter premente e é, em consonância, que o tempo que medeia entre a assunção do compromisso (viver juntos) e a concretização do ritual é relativamente curto. Não obstante, é nos anos 50 que as famílias operárias, em particular as que estão ligadas diretamente à condição mineira, acabam por aderir ao casamento, depois de muitos anos de vida em comum. Sob o pano de fundo da religiosidade, a celebração do contrato matrimonial constituía uma estratégia familiar que visava, através do esquema de previdência social, acrescer a capacidade de sobrevivência futura da família numa época em que se tornava visível o agravamento das condições de trabalho e de segurança no fundo da mina (a mecanização apenas ocorrerá no final desta década), pondo em risco a vida do homem enquanto chefe de família investido do papel tradicional de ganha-pão.

7 Os alojamentos do Bairro dos Quartéis (Anexo 2), tal como dos Bairros do Serrinho e da Direção, apresentam a mesma estrutura ortogonal, configurando uma quadricula que se foi ajustando, ao longo do tempo, às necessidades da procura. Esta estrutura assenta numa construção em banda segundo uma lógica modular, em que se acrescenta ou diminui uma divisão ao alojamento, acabando por se tornar a cozinha o único espaço funcionalmente demarcado (anteriormente, possuía apenas uma chaminé). Predominam uma porta e uma janela, à vez, nas frontarias das bandas habitacionais, mas em algumas situações é, ainda, observável a sequência de duas ou mais portas, fazendo imaginar uma cadência contínua e ritmada de “quartos” que uniformizavam a dinâmica da arquitectura exterior do “quartel” mineiro. É possível perceber no ascetismo interior e exterior destes espaços uma aproximação à arquitectura tradicional alentejana, mas a especificidade dos bairros mineiros é outra. Estes alojamentos transportam consigo a marca minimalista que serve a ideia de lugar de “consumo” para a reprodução da força de trabalho: ausência de espaço exterior privado ou semi-privado na transição da rua para a casa, um único acesso ao interior e directamente para a cozinha, um reduzido número de divisões, uma dimensão, em área e pé direito, exígua por divisão (dando conta da também exígua e utilitária mobília que se transportava de casa para casa), uma apertada fenestração, uma simplicidade marcante da forma arquitectónica e uma utilização de materiais não prestigiados (nomeadamente, piso de cimento e chapa de lusalite na cobertura). As características do espaço interior, polivalente e flexível, implicam uma apropriação gregária do mesmo, que resulta numa compulsiva contração do espaço doméstico como espaço de sociabilidade. Actualmente, depois de os filhos terem saído de casa para formar outro grupo doméstico, depois do rendimento disponível se ter tornado mais favorável e a capacidade de transformar o espaço ter aumentado (todas as modificações eram sujeitas a prévia autorização da empresa), as marcas de

funcionalização (por exemplo, todos os alojamentos dispõem de sala de estar) e de pessoalização (por exemplo, presença de vários objectos decorativos) do espaço habitado são bastante mais visíveis.

8 O casal *Rosa Maria* e José Fouto sempre se moveu em áreas residenciais tipicamente mineiras, com permanência de más condições de habitabilidade e aparente ausência/ambiguidade de critérios no processo de selecção dos alojamentos. Apesar de, genericamente, se tender, nas mudanças de habitação das famílias mineiras, para uma melhoria das condições de fruição do “espaço habitacional”, a verdade é que tal mobilidade residencial traduz uma lenta progressão da qualidade deste espaço, constituindo, sobretudo, uma forte inibição à sedimentação de relações de convivialidade e ao enraizamento nas unidades de vizinhança, embora esta restrição não surja a um nível consciente. Sendo observável uma elevada mobilidade residencial das famílias mineiras, a atribuição de nova habitação não tem, assim, subjacente um critério de adequação entre as condições de habitabilidade (número e dimensão das divisões) e a dimensão da família. Ao invés, a mobilidade residencial também acompanha a mobilidade social ascendente. A “casa”, enquanto factor de distinção social e de promoção socioprofissional, surge, aos nossos olhos, como uma evidência e, nesse sentido, tende a premiar mobilidades sociais ascendentes e/ou a consolidar posições sociais intermédias, pelo que só nesse quadro a transferência de habitação é justificável para as categorias ou sujeitos sociais – alvo. Quer no caso das famílias mineiras, quer no caso das restantes, assiste-se, assim, a uma reprodução da ocupação de determinadas áreas por uma população relativamente homogénea do ponto de vista socioprofissional. A prevalência desta lógica tem como consequência o facto da mobilidade residencial não se inscrever como “projeto” na estratégia das famílias: ou resulta de uma determinação exterior (decisão deliberada da empresa, expansão da área ocupada pela atividade mineira, permissão para transferências habitacionais com débéis efeitos sociais), ou se insere na trajetória social, como parte integrante da mesma, tornando as acções desencadeadas individualmente, através de pedidos verbais feitos ao responsável pelo sector, meros pré-requisitos para a sua efectiva atribuição. Transformam-se, assim, relações arbitrárias de dominação em relações legítimas, e esta legitimação simbólico-prática do arbitrário repercute-se numa clivagem por muitas vezes assinalada: “empregados” versus “assalariados”, o que quase quer dizer, “empregados de escritório” versus “mineiros”. Tal como nas minas de S. Domingos, *“sendo todas as construções erigidas a mando da empresa, é naturalmente esta quem distribui a população trabalhadora pelos alojamentos. Prática que vinca o domínio espacial da empresa, prolongando o espaço do trabalho para o lar”* (Alves, 1992: 82).

9 Duas racionalidades diferentes confrontam-se a propósito da procriação. Uma, encontra na procriação um sentido de afirmação social face à dureza do quotidiano, tendo como pano de fundo famílias marcadas por uma elevada assimetria sexual na definição dos papéis sociais. Outra, dotada de maiores recursos financeiros e culturais, tende a copiar o modelo burguês, funcionando como um dos vectores da estratégia familiar de mobilidade social. Entre a população mineira as famílias são, usualmente,

numerosas. A razão primeira, sempre avançada pelos entrevistados, é a do desconhecimento quanto aos métodos contraceptivos. Mas, segundo Ana Nunes de Almeida *“sabemos hoje que, desde os tempos mais remotos, os casais praticam formas mais ou menos rudimentares de limitação dos nascimentos. A ‘fecundidade natural’ é por isso mais uma ficção do que uma realidade”* (Almeida, 1990: 251). Então, uma outra razão prevalece face à “lei natural”, essa totalmente enraizada no social e que está ancorada numa concepção de masculinidade virilizante. Vale a pena reter a ideia de que estes modos de comportamento podem estar relacionados com a incorporação da “força física” como uma dimensão da construção da identidade pessoal e, portanto, da masculinidade (ver Iturra, 1990: 96–7). O trabalho que se desenvolve no fundo de uma mina é, genericamente, recorrente da força física e, aliás, do ideal de juventude saudável que a sustenta, a qual se transfigura em dimensão prática e simbólica que se transporta para outras esferas da vida social, em particular para a relação entre os géneros. Esta concepção de masculinidade tende claramente a subordinar as outras, constituindo-se como masculinidade hegemónica, mas não deixará de ser atravessada pelas posições sociais (a propósito deste assunto ver, também, Almeida, 1995). Ainda no que respeita à procriação, estamos perante uma atitude que decorre, grosso modo, da ausência do conceito de “infância” e da não valorização do estatuto de “criança” no seio da família operária. A consequência prática é a de que o ciclo de vida familiar se irá organizar em função da entrada precoce dos filhos na vida activa, significando, ao nível estrutural, que *“(...) os filhos ‘reembolsam’ os pais, que envelhecem, do custo da sua própria produção”* (Bertaux, 1978: 199). A realidade histórica e social do Lousal leva a pôr em dúvida a eficácia dessa estratégia de reprodução continuada da condição mineira, a que não é alheia a recente e relativamente curta duração da exploração mineira, bem como a muito forte ligação aos campos, quer por via da identidade herdada das famílias quer por via da complementaridade agrícola-industrial. Por sua vez, a entrada precoce na vida activa, não deixando de significar que a criança tem uma função económica produtiva no interior do grupo doméstico, é um fenómeno mais lato e intersectorial, que tem, sobretudo, a ver com o “atraso” estrutural cultural e social da sociedade portuguesa. A verdade é que a dimensão das famílias era substancialmente inferior no caso das famílias não mineiras, designadamente aquelas em que um ou os dois cônjuges eram empregados de escritório (ver Almeida, 1990: 251). Não deixa de ser curioso, então, observar que os entrevistados melhor posicionados na hierarquia social apontam como razões para o elevado número de filhos das famílias mineiras o tempo livre” disponível, conceito, aliás, que não parece dotado de significação para estas famílias, pelo menos durante o seu ciclo reprodutivo.

10 Apesar de eticamente censurado, e por isso, mais do que uma prática clandestina tratava-se de uma prática não assumida, o aborto foi, também, uma das técnicas tradicionais utilizadas no controlo da natalidade, porventura mais acessível a quem detinha maior capital económico.

11 A começar pela gestão do orçamento familiar. Desde logo, ressalta a ideia de que é a mulher que domina o espaço físico que é a casa. É o que se pode depreender, desde logo, no que toca ao

sustento da casa garantido, em larga medida, pelo marido mas gerido pela mulher numa dupla dimensão: poupança e trabalho doméstico. A poupança é, por conseguinte, elevada a princípio orientador da conduta das mulheres. A “boa” gestão do orçamento familiar é uma das ideias fundamentais propagandeadas pela doutrina salazarista, a qual reporta à noção de sacrifício no presente para fazer face às contingências futuras (ver Belo e Cabral, 1987: 266). Para a empresa mineira, também este princípio da moral salazarista contribuirá para neutralizar os eventuais conflitos decorrentes do controlo da empresa sobre os níveis salariais, e para garantir, acomodadamente, uma minimalista produção antroponómica da família. Efetivamente, para as famílias mineiras, a poupança não é mais do que a administração do orçamento familiar, ou seja, revela a incapacidade de gerar um fundo de maneo, mesmo que a curto prazo. O padrão de consumo é, ainda, definido pelo elevado peso relativo dos gastos com os bens alimentares.

12 A experiência de assalariamento num mundo rural e agrícola, largamente facultada pelo meio social de origem, não se perde, antes se acentua pela inserção da mina num território em que a agricultura é a atividade predominante, quer quanto a culturas de sequeiro quer, sobretudo, quanto a culturas de regadio – o arroz – em que o Vale do Sado é fértil, dominando a exploração (extensiva) da grande propriedade latifundiária, com recurso a mão-de-obra barata e desprovida de terra. Essa experiência tenderá a atenuar a ocorrência de fenómenos de resistência/tensão à própria condição de assalariamento e rigidez do trabalho da mina. No caso do Lousal, a lógica de organização e divisão sexual do trabalho no seio da família operária tenderá a favorecer a interdependência agrícola-industrial. Ao operário mineiro é-lhe exigido um esforço físico assinalável e são-lhe impostos constrangimentos vários que o ligam quase exclusivamente não só ao fundo da mina mas ao próprio perímetro da exploração mineira. Por isso, é a mulher que, para além de desempenhar as tradicionais tarefas de dona de casa e mãe, ainda trabalha nos campos do Vale do Sado. O salário agrícola da mulher funciona como complemento ao do homem. As histórias de vida de *Rosa Maria* e *José Fouto* inscrevem-se neste registo. Esta participação feminina no mercado de trabalho agrícola, que tenderá a declinar com a mecanização dos processos produtivos, funciona também como elemento socializador da entrada precoce dos filhos na vida ativa no sector agrícola. Em boa verdade, a aprendizagem precoce do trabalho no campo foi uma prática habitual para muitos dos jovens cuja trajetória social desembocou na condição mineira. Mesmo para aqueles cujo percurso profissional resultou na saída da condição de proletarização mineira, pela ascensão a uma “posição intermédia”, é de registar a existência de situações de complementaridade com o assalariamento agrícola. Em suma, a proletarização mineira processou-se numa lógica de grande continuidade e complementaridade com a proletarização do trabalho agrícola. A família (de origem e/ou adquirida) foi o elemento crucial deste processo.

13 As tarefas domésticas que organizam o quotidiano da mulher operária adquire sentido enquanto problemática na medida em que se entrecruza com a concepção dominante de

masculinidade, com o específico contexto de trabalho que é a mina, com a ocupação profissional das mulheres (assalariadas agrícolas ou escolhedoras) e, também, com as características de espaço rural em que se insere o Lousal. Ressalta uma concepção essencialista e biologista das relações desiguais entre os géneros (ver Almeida, Amâncio, Perez e Wall, 1996: 138). Em particular, a divisão do trabalho pela dicotomia sexual é legitimada segundo um princípio classificatório que a eleva a “categoria natural”. Este princípio classificatório que se exprime numa certa exacerbação do comportamento tido como masculino, que supõe o homem como dominador e a mulher como dominada, pelo menos quando dela se fala na esfera pública ou semi-pública, compreende uma lógica de articulação/complementaridade entre o trabalho dos cônjuges, que serve cabalmente a reprodução da força de trabalho. De facto, embora consubstanciada num modelo conjugal e familiar cujo sentido parece advir de uma “ordem natural”, é a subordinação ao modelo económico e cultural da empresa mineira que se encontra na base da diferenciação entre categorias sexuais. Enquanto tal, esta não pode deixar de ser atravessada pelas relações sociais de classe e de poder locais. Importa ter presente que a experiência vivida pelas mulheres das famílias mineiras se insere numa experiência mais vasta e mais profunda que envolve toda a família com vista à “luta pela sobrevivência” mas que, numa perspectiva mais estrutural, resulta da política global paternalista da companhia mineira enquanto “(...) não é somente uma ideologia, é também, e em primeiro lugar, um modo de organização da vida operária fora da fábrica.” (Bertaux, 1978: 192), do qual a organização da vida familiar é uma das primeiras dimensões a considerar.

14 Embora Rosa Maria chame a si as atividades de “ir à água” e “ir à lenha”, a necessidade de garantir água potável bem como uma fonte de calor no alojamento, enquanto funções básicas de manutenção do espaço doméstico que implicam gastos de tempo significativos, acaba por mobilizar, não raras vezes, ambos os cônjuges. Há, contudo, tarefas femininas que parecem estar interditas ao homem pertencente ao universo operário, em particular o mineiro. Cuidar da roupa é uma das atividades mais emblemáticas desenvolvidas pela mulher da família operária, na qual ela ocupa uma parte significativa do seu tempo. Era sobretudo a operação de lavagem da roupa, à mão e longe do domicílio, que requeria mais disponibilidade: os filhos eram muitos, a roupa era pouca; para além disso, o trabalho mineiro implicava um consumo elevado de vestuário que havia que lavar e coser, mais propriamente remendar e voltar a remendar. Também a tarefa de cozer pão é referida como atividade doméstica central. Para além destas, outras tarefas estão, tradicionalmente, incumbidas às mulheres no seio da família. A correspondência (deslocação aos escritórios para emitir e receber cartas), a qual era assegurada pela empresa mineira, constituía responsabilidade exclusivamente feminina. Também, por volta da hora do almoço dos trabalhadores da mina, as suas mulheres (as que não estavam a trabalhar no campo) poderiam ser vistas dirigindo-se para a boca do poço, cumprindo o ritual de lhes levarem a comida, que desceria no elevador até ao fundo. Solicitar uma

habitação no espaço da concessão mineira ou a transferência para outra era, também, uma atividade assegurada pelas mulheres destas famílias. Assim, no que respeita às mulheres instaladas na condição operária, será, em suma, de concluir que o “trabalho” não se confina ao espaço-tempo da ocupação profissional, distendendo-se muito para além dele. As noções de “tempo livre e/ou de lazer” e de “descanso semanal” não fazem sentido quando nos reportamos à utilização do tempo e do espaço fora do contexto estrito do trabalho quer durante a semana, quer ao domingo. Ainda, uma última referência à “ida à missa”, para esclarecer que também adesão à mesma é atravessada por marcas de distinção social e de género. Em primeiro lugar, é reconhecido que a missa constitui um espaço-tempo predominantemente feminino. Em segundo lugar, é relativamente claro que, mesmo assim, a adesão à mesma é genericamente fraca. Em terceiro lugar, a frequência da missa está também particularmente associada ao grupo social dos empregados de escritório e a posições relevantes ao nível da estratificação social do lugar do Lousal. Em contrapartida, as mulheres trabalhadoras na trituração ou no campo preferem, sem muita adjectivação, destacar o excesso de trabalho como limitação objectiva para a frequência da missa.

15 Que atividades, tradicionalmente, os homens desenvolvem depois de um dia normal de trabalho, tendo como pressuposto de base que “Um homem não faz a *lida da casa*” (Almeida, 1990: 244)? O trabalho na “horta”, dada a sua importância estratégica na gestão do orçamento da família operária, parece ser a atividade com maior relevância. Para os operários, em particular os mineiros, o cultivo da horta constituía uma necessidade imperiosa face às difíceis condições de vida da família sendo que, à noite, depois de um dia de cansaço acumulado entre e a mina e a horta, pouco mais restaria para fazer do que repousar e restabelecer forças para o dia seguinte. Mas, no Lousal é reconhecido que todas as famílias, independentemente da sua condição social, dispunham de uma horta onde podiam cultivar, no interior da concessão mineira. Como prática enraizada, ela representa, de facto, uma dimensão do controlo social exercido fora da esfera do trabalho, que se estende a todos os habitantes do Lousal e que a todos dá a ilusão de se sentirem proprietários de um “bocado de terra”, apesar de nenhum ser, verdadeiramente, possidente. Será, então, significativo destacar que a “horta” constituía também um factor de distinção social, quer pela sua dimensão, quer pelos objectivos principais que presidiam ao seu cultivo (necessidade *versus* lazer), quer mesmo por quem a cultivava (o próprio ou um hortelão). Acerca dos principais símbolos de diferenciação social, o privilégio de dispor de um hortelão/jardineiro assegurado pela empresa mineira é um dos mais recorrentemente mencionado pelas famílias mineiras. A proximidade espacial que esta atividade favorecia com a elite local, acabou por lhe atribuir valor como um meio de penetração nas relações de clientelismo e/ou de afirmação do status social. Por isso mesmo, são os próprios operários que acabam por investir na atividade de hortelão/jardineiro prestada a indivíduos com certa relevância social, em regime de complementaridade com a mina, mesmo que não formalizado e a troco de géneros como recompensa pelo trabalho.

16 Em contexto da masculinidade hegemónica de que se tem vindo a falar, valerá a pena retomar a ideia de que o doméstico e o público são demarcados por uma linha de género, passando muito da afirmação do homem pela sociabilidade que se desenvolve em espaços públicos masculinos. A taberna é um desses espaços públicos em que se constrói a masculinidade a partir de processos sociais específicos em que se investe o corpo e o comportamento dessa qualidade de ser “homem”. No Lousal, as tabernas/vendas foram substituídas pelos cafés. Nelas vendia-se, sobretudo, vinho, sendo que “a cultura do vinho carrega, para os locais, o simbolismo da ruralidade e da taberna”, simbólica a que também acresce o facto de que “nos séculos XVIII e XIX, em toda a Europa os trabalhadores consideravam o beber como um aspecto inextricável e até obrigatório do trabalho” (Almeida, 1995: 184). A possibilidade deste cenário apresentava-se à empresa mineira como preocupante. Por conseguinte, uma das medidas a tomar foi impedir a existência de tabernas no interior da concessão mineira. Estas vieram a localizar-se, preferencialmente, na Rua 25 de Abril, a qual confina com o limite da propriedade no seu prolongamento a poente e é, usualmente, apelidada de Rua “Lá de Cima”. Outra medida, e talvez a mais significativa, foi fazer vingar uma imagética sobre os trabalhadores que os caracterizava como “bêbados”, “violentos” e “irresponsáveis” e da qual todos se queriam, necessariamente, dissociar. Enquanto para os detentores de um maior capital social importava clarificar as diferenças sociais, por via da exclusão da taberna como espaço de sociabilidade, para as famílias operárias importava minimizar o desprestígio conferido pela frequência das tabernas e reenviá-lo para o passado, questão que se tenderá a valorizar em tempo de balanço da vida que se viveu. Em todo o caso, o que se pode realçar é que nos dias de descanso semanal a população do Lousal continuava a permanecer no local, que assim se foi (re)construindo como um espaço social eminentemente concentracionário. Se é verdade que as privações quotidianas e a precariedade da vida material das famílias desfavorecidas constituíam um forte constrangimento às relações de sociabilidade, quer no Lousal, quer no exterior, também o é que a casa, a família e o trabalho são focos vigiados e privilegiados pelos dispositivos do poder instituído.

17 Em traços gerais poderá afirmar-se que: a mulher doméstica, com (ou sem) atividade complementar na agricultura, constituía o perfil social dominante; a participação do trabalho feminino na exploração mineira foi extremamente reduzida (em 1977 não atingia os 10%); as mulheres estavam bem representadas nos serviços administrativos e comerciais, enquanto o serviço de limpeza e, na esfera da produção, a escolha do minério para posterior trituração, lhes eram atividades exclusivamente afectas. Por isso, uma das clivagens significativas quanto ao estatuto social das mulheres tem a ver com a sua participação ou não no mercado de trabalho, em especial o agrícola ou o mineiro. Ser-se “dona de casa” tem associada uma representação social marcadamente mais “cotada” da que respeita à mulher proletária do campo ou da mina, num caso como noutro em clara consonância com a posição social do cónjuge. O estatuto social da “doméstica”, que se adivinha como aspiração feminina, contém

em si mesmo uma perversão e, por isso, é uma forma de controlo social (ver Almeida, 1995:58). Duas ideias se poderão reter: uma, que ser-se “dona de casa” ou mulher de “empregado” (por oposição a “assalariado”, tal como explicitado anteriormente) significam praticamente a mesma realidade social; outra, que a atividade mineira está praticamente ausente da ocupação destas mulheres.

18 Já acima se tinha observado que a ocupação mineira ocupa um lugar bastante excêntrico em termos dos contextos de trabalho que as mulheres eventualmente conheceram. O discurso de *Rosa Maria* revela uma rigidez de relacionamento social que parece ser accionada precisamente pela sua inserção na condição operária na mina, condição a que corresponde uma maior “estranheza” social do que a decorre nos campos, onde quase todas as mulheres foram iniciadas. A centralidade geográfica do local em que se exerce a atividade e o trabalho sobre o corpo (poder, saber e socializar) que advém da prática laboral como escolhedoras na trituração confronta mais directa e imediatamente o “olhar” de quem vê e de quem mostra, ou seja, implica uma copresença socioespacial que acentua as clivagens sociais.

19 Na verdade, a única escola que *Rosa Maria*, e também o seu marido, José Fouto, conheceram, foi mesmo, passe o pleonismo, a “escola da vida”. As razões, sob o pano de fundo do ideário salazarista e do papel nele atribuído à mulher, são conhecidas, interessando-nos agora reter a ideia de que o capital escolar assume-se como um bem escasso e a conclusão da instrução primária ainda durante a infância, portanto, em “idade escolar”, funcionam como elementos que concorrem para a distinção social, criando condições para a concretização de trajetórias sociais ascendentes. O nível de instrução (4.^a classe) afigura-se como uma condição de base para quem ingressa nos escritórios da mina, não constituindo um critério significativamente diferenciador no que respeita à hierarquia de posições quer seja no fundo da mina quer seja na trituração. E se para os homens mineiros ainda houve a possibilidade de um retorno aos bancos da escola na idade adulta (Alfabetização de Adultos a partir dos anos 50), tal não aconteceu com as mulheres. Essa possibilidade, contudo, mesmo resultando de uma imposição superior, teve efeitos muito reduzidos em termos de frequência e de obtenção de diplomas, por se continuarem a verificar as mesmas condições de partida: desvalorização da escolaridade face à dura realidade do quotidiano. Por isso, aprender a ler e a escrever não significou mais do que um saber mínimo, de carácter instrumental. Para José Fouto nem isso; permaneceria analfabeto até falecer. *Rosa Maria*, já muito depois do fim da sua vida ativa, faz o improvável: em 1996, quando a conhecemos melhor, tinha 70 anos e encontrava-se a frequentar a 3.^a classe.

20 Dada a dureza das condições de trabalho nos campos, de que o “tempo” (ou melhor, a sua falta) é a dimensão mais negativamente avaliada (distensão do horário de trabalho e excessiva distância, percorrida a pé, entre o local de trabalho e o de residência), as assalariadas rurais viam a realização das tarefas domésticas como realmente custosas e quase como acto “heróico”. É por isso que a “trituração” acaba por se constituir como o local de trabalho mais apetecível para as assalariadas agrícolas, embora de difícil acesso, uma vez que o recrutamento se baseava em critérios

– mérito, cooptação, justiça social (ou antes, paternalismo social) – que não parecem ser mais do que a manifestação de um poder ambíguo e discricionário.

21 O que o casal indica, em primeiro lugar, é a incapacidade que a família teve de gerar poupança para o médio prazo, pelo que sem condições de investimento, qualquer projeto, à partida, estaria condenado ao fracasso. A casa, ao constituir uma necessidade básica e um bem de difícil acesso é, emblematicamente, um dos valores mais significativos para a sobrevivência familiar. Um emprego certo, mesmo que à custa de uma relação salarial precária, foi o móbil da atração ao Lousal. Mas das variadas formas de fixação das famílias mineiras à mina, a fixação geográfica por via do alojamento é, porventura, a de efeitos mais conseguidos.

22 É nesta medida que o trabalho adquire valor, e não enquanto dimensão de realização pessoal no sentido de aspiração a um itinerário de mobilidade profissional ascendente que, na prática, não encontra condições efetivas de concretização.

23 *“A vida familiar das classes populares é, ainda hoje, claramente ‘centrada no lar’ [home-centred], voltada para tarefas e lazers domésticos. O seu centro de gravidade não se situa no casal mas nos filhos. É esclarecedor, a este respeito, o depoimento prestado por um operário londrino residente no bairro de Bethnal Green, entrevistado pelos autores: ‘It’s all for the kiddies’”* (Almeida, 1990: 21). Apesar da natureza matriarcal do padrão da unidade doméstica operária, é a família no seu todo que revela uma específica “centração nos filhos”, diferentemente expressa segundo os géneros e os papéis sociais que lhe estão associados.

24 Os filhos (sobretudo o seu nascimento) constituem, inclusive, um marcador cronológico significativo, através do qual se opera a memorização de distintos espaços-tempos (união conjugal formal e não formal, chegada ao Lousal, duração da permanência no Lousal, transições no ciclo profissional, etc.).

25 O campo escolar é investido de um carácter estratégico que percorre, transversalmente, todas as posições sociais, embora o volume do capital escolar a que se aspira varie em função dessas mesmas diferenciações sociais. Para as famílias instaladas na condição operária, as expectativas quanto ao nível de escolaridade dos filhos situam-se na conclusão da instrução primária de 4 anos, o que não significa que alguns não tenham prosseguido os estudos, ultrapassando essa fronteira “simbólica” que constituía a escolaridade obrigatória mas praticamente estabilizando no ensino preparatório, ministrado no Lousal. E se aceder aos escritórios da mina continuava a ser, tal como o foi para os casais mineiros, uma quase impossibilidade para os seus filhos, o investimento para escapar à condição mineira é feito na aprendizagem de um ofício, de preferência na própria empresa mineira. De entre os ofícios, o de eletricista é o que granjeia um maior grau de aceitação: uma carreira, um trabalho “limpo”, uma remuneração condigna, uma qualificação que pode ser utilizada noutros contextos de trabalho que não a de uma exploração mineira. Embora, deste ponto de vista, as biografias dos filhos

de Rosa Maria sejam dissonantes, esta é a tónica geral que encontramos nos dos outros filhos de casais mineiros do Lousal. O padrão de expectativas profissionais da população que tem o estatuto de “empregado” ou que está bem posicionada nas redes sociais locais está intimamente associado ao reconhecimento do capital escolar para a aquisição de competências profissionais. Mas precisamente porque esse padrão significaria uma ruptura demasiado brusca com uma específica socialização na comunidade e na família, a qual, apesar de tudo, se caracteriza por escassos recursos culturais e escolares, é precisamente nestas famílias que a discrepância entre os projetos dos pais delegados nos filhos-homens e a trajetória concreta destes foi maior. Ao invés, o padrão de expectativas profissionais da população operária em geral inclui a garantia de conhecimentos escolares básicos (no sentido de ultrapassagem do *handicap* social que seria não saber ler e escrever), já que o investimento é feito na aprendizagem de um ofício que resulte na aquisição de competências técnicas adquiridas por via prática, por conseguinte, pouco associado à escola. Pelo que representa de continuidade com alguns traços da inserção social destas famílias, subsiste uma maior coincidência entre os projetos dos pais delegados nos filhos-homens e a trajetória concreta destes: mantém-se a instalação na condição operária e a experiência de assalariamento, mas “escapa-se” à condição mineira.

26 O investimento para escapar à condição mineira pode também passar pela capitalização de redes de relacionamento no exterior da mina, em particular as familiares. Este procedimento surge bastante generalizado.

27 É certo que a relativa ineficácia da lógica paternalista de reprodução da condição mineira no Lousal deverá ser perspectivada no contexto particular dos anos 70, do ponto de vista endógeno e exógeno. Valerá a pena recordar que a primeira fase da vida activa dos filhos da população mineira nascida nos anos 20/30 se situa algures nas décadas de 70 e 80, destacando-se a crise da exploração mineira e a atracção exercida pelo desenvolvimento do Complexo Industrial de Sines mas, também, o impacto dos fluxos emigratórios. Não obstante, tudo leva a crer que a relativamente curta história do Lousal, a recente “identidade herdada” de ruralidade e de assalariamento agrícola da população mineira, a existência de outro tipo de experiências profissionais associadas, a localização geo-estratégica do Lousal entre o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa, constituiriam constrangimentos significativos à reprodução da condição mineira, pelo menos nos moldes até aqui delineados. Sendo o *habitus* o produto de uma trajetória social definida por numerosas gerações e não uma condição social de origem, no Lousal não existe um *habitus mineiro*, mas um sentido de orientação social quanto à reprodução de um *habitus operário*. Ainda assim, a identificação de tal tendência não inviabiliza o reconhecimento das possibilidades concretas de mudança social no interior da *classe operária* (de que os lugares profissionais são um indicador relevante). Ou seja, as *estruturas objectivas* que intervêm na produção do *habitus* inscrevem-se na diacronia ao mesmo tempo que incluem os itinerários de mobilidade social e suas relações, flexibilizando as trajetórias de vida dos sujeitos sociais (ver Dubar, 1991: 69–70).

28 A seletividade da rememoração trata de preservar um certo nível de “segurança ontológica” que opere o imprescindível elo entre o ontem e o hoje. Ao se tender a anular as condições de vida associadas ao fundo da mina para valorizar a dinâmica passada à superfície, acaba por se “neutralizar” os conflitos e as tensões vividas entre e a propósito destes dois espaços sociais. Apesar do espaço social do Lousal dever a sua especificidade à natureza de exploração mineira, portanto, ao trabalho desenvolvido no fundo, o que está ausente de modo visível e, por isso se recorda, é a atividade gerada à superfície (mina) e não no fundo (contramina), aquela valorizada positivamente e quase como se se estivesse perante um espaço socialmente “neutro”. Em causa está a ideia da “mina-território” como elemento estruturado, cuja organização material e imaterial configura as práticas dos sujeitos sociais, implicando uma apropriação quotidiana. A disciplinarização do dia-a-dia encontra no relógio de ponto sonoro um dos seus instrumentos mais emblemáticos e mais eficazes para “automatizar” os movimentos repetitivos casa-trabalho. O controlo horário exercido sobre o trabalhador fez coincidir as categorias de tempo e de espaço e assume uma dimensão, ao mesmo tempo, pública e privada. Ainda assim, foi muito mais exigente para os trabalhadores do fundo. O fim do ruído que decorria da própria atividade mineira, ao que tudo indica intenso, também constitui uma marca do passado referida pelos entrevistados. Por isso, a mudança do ambiente sonoro foi sentida substancialmente nos primeiros tempos após o encerramento da mina, e continua a sê-lo para alguns residentes. A propósito das festas surgidas espontaneamente, valerá a pena recuperar a ideia de que, atualmente, elas cumprem uma certa função “mitológica” de vivificação, no sentido de “fuga” à ideia de luta pela sobrevivência sistematicamente enunciada. A representação social que lhes corresponde situa-as no espaço social da unidade de vizinhança - o bairro, ao domingo, durante o Verão e com a permissão da direção da mina. O Verão é, também, o tempo, por excelência, da recordação da sociabilidade entre vizinhos. Entendendo-se o campo cultural como um campo de relações de força entre posições sociais com interesses divergentes faz, então, sentido pensar que a empresa patronal tenha procurado “enquadrar” a festa de S. João, em particular ao subsidiar a mesma, e tenha “investido” na festa de Sta. Bárbara como festa “ritualista”, onde a dimensão catártica de harmonização de interesses divergentes é o objectivo principal, pelo que ela foi, de facto, a festa principal (de maior importância colectiva) do Lousal (ver Duarte, 1996: 118).



Espaços Íntimos: da Materialidade das Coisas ao Invisível da Imaterialidade da Memória

1. Introdução

A cicatriz que carrego comigo desde os meus 3 anos, a que fiz no pé esquerdo com o fundo de uma garrafa verde, é parte do meu património. Porque sendo cicatriz hoje, é reflexo da passagem do tempo (um dia foi uma ferida aberta no meu pé). Porque revejo nela um momento específico da minha história de vida. Porque a esse tempo me individualiza, na sua forma, no facto de estar alojada no meu pé esquerdo e não em todos os pés esquerdos de todos os homens e mulheres e crianças do mundo. Porque transporta consigo uma recordação (diria quase a única que tenho desse período da minha vida, ainda que possa até ser uma memória ‘emprestada’ pelos meus pais, e por conseguinte, não ser efectivamente uma memória real do dia em que cortei o meu pé).

A minha cicatriz é parte do meu património porque com ela estabeleço uma relação afectiva única que se torna também, e a esse tempo, a prova de que existi como pessoa aos três anos de idade, ainda que não me lembre desta minha condição de existência. A esse tempo estabeleço também, com ela, uma relação de estranheza. Uma estranheza spatiotemporal. De um espaço que não consigo

reconhecer (não cresci nesse espaço e mesmo que tivesse crescido o tempo encarregar-se-ia de o transformar) e de um tempo que não recordo. A não ser (julgo) através das imagens que criei mentalmente desse espaço e desse momento e que resultam, insisto, no facto de essa história me ter sido, exaustivamente, contada ao longo dos anos, com uma descrição profunda de todos os factos que aqueles que me assistiram consideraram fundamentais e foram capazes de memorizar. Nesse sentido, a minha, é uma memória reconstruída, ou ‘emprestada’, a partir da memória que outros construíram. Diria então, uma memória de segunda-mão. E, se tal facto (talvez pela sua gravidade) não tivesse sido zelosamente guardado na memória daqueles, então a minha memória, provavelmente, também não existiria e os factos que a compõem ter-se-iam perdido. Teria então, e tão só, uma cicatriz no meu pé esquerdo. E isso, mesmo que a cicatriz esteja no meu pé, não fazia dela necessariamente, um património meu. Porque tendo outros sinais físicos que me individualizam, não os refiro como existência específica.

O que dela faz meu património é o facto de saber também que a minha mãe, minutos antes de eu cortar o pé, me havia mandado calçar. Ela torna-se também património porque eu tinha vestido um bibe branco com pequenas flores vermelhas, bordadas na gola, que serviu naquele instante, e à falta de outra coisa melhor, para estancar o sangue que jorrava do meu pé. Finalmente, ainda, porque o jardim e o pátio onde eu brincava ficou inundado de sangue, e tanto que o empregado da tia Pitró, o Sr. Manuel, teve que passar toda a restante tarde a esfregar o chão e a ‘lavar’ a erva com a mangueira, ao mesmo tempo que chorava e dizia por entre as lágrimas “poor, poor child... oh God, poor child”.

Estranhamente, ou talvez não, há algo de muito importante que não recordo. Não recordo a dor do golpe. Não recordo mesmo se terá existido dor. E, numa criança de três anos que corta o pé esquerdo de uma forma tão grave seria de esperar a recordação da dor. Mas não (o que mais uma vez reforça o facto desta poder ser uma memória emprestada, porque, naturalmente, os meus pais não poderiam ter vivido a minha dor!). Mas recordo-me (ou não!) do bibe branco com flores vermelhas bordadas na gola. E também aqui reside a qualidade de património da minha cicatriz. Ela traz-me em simultâneo a presença e a ausência, a memória e o esquecimento.

Neste sentido, e como diria Marc Guillaume, se porventura conhecesse a história da minha cicatriz, ela representa em mim a “memória material” do corte, isto é, materializa e simboliza um determinado acontecimento do meu passado, que eu decidi reter e valorizar. E dir-me-ia que “Pouco importa que eles [os objectos e a minha cicatriz] deformem nessa ocasião o que realmente se passou, uma vez que ainda assim participam da significação presente que eu quero dar a esse passado” (Guillaume, 2003: 72).

Por outro lado, e paradoxalmente, a minha cicatriz cumpre ainda uma outra função determinante. Sendo frequente tema de conversa familiar, a minha cicatriz representa, também, o amor e preocupação dos meus pais que os faz, trinta e cinco anos depois, ainda recordar o acontecido. Mas também o carinho imenso do empregado da tia Pitró, que me achava imensa piada porque eu falava com ele, simultaneamente (entenda-se, na mesma frase) em três línguas diferentes (português, inglês e afrikaans) e que nessa tarde só parou de chorar quando eu regressei do Hospital. E, entre muitas outras

variantes da história, a minha cicatriz ‘cicatrizou a dor’. Mais uma vez Guillaume iria intervir para dizer que, “são as transferências e os instrumentos do nosso ‘saber esquecer’, uma outra componente material do nosso património mnésico” porque, acrescentaria, “do mesmo modo que o sonho é o guardião do sono, eles [os objectos] são o guardião do esquecimento, esse ‘outro caminho da memória’” (Guillaume, 2003: 72).

Então de que vive e sobrevive a minha cicatriz? Vive e sobrevive da sua materialidade e das “narrativas poéticas” (Chagas, 2003: 15) múltiplas que se geraram em torno de si. Da ilustração de um tempo e espaço perdidos, para os meus pais e para mim. Mas também, e durante muitos anos, da sua capacidade pedagógica e educativa (para a minha mãe tornou-se mais fácil desde então mandar-me calçar).

Tal como a minha cicatriz, muitas outras cicatrizes são parte efectiva de patrimónios mais vastos, que a esse tempo, caracterizam e individualizam os seus legítimos ‘portadores’ e lhes conferem a sua própria individualidade e identidade.

Os chapeleiros de S. João da Madeira ou ‘Unhas Negras’ são também herdeiros de muitas cicatrizes que se formaram ao longo de um tempo e num espaço de produção de chapéus. Contudo, de repente, essas cicatrizes ficaram sem casa, sem o seu lugar de sempre. A fábrica, guardiã moral e física dessas cicatrizes, encerrou.

E no contexto da degradação do lugar emergiram silêncios e vozes que se calaram ante o fim. As sombrias paredes da fábrica fechada faziam antever uma memória de lugar que não era em si uma existência, se não no que guardava de ausência. Entre o fim (o da fábrica) e um qualquer outro princípio (o do museu, nesse mesmo

lugar ainda de ausências) jaziam (e jazem ainda) memórias silenciadas. Cicatrizes ocultas. Memórias do trabalho. Memórias do tempo e do lugar onde máquinas e homens cruzaram caminhos. Memórias de histórias por contar que resvalam de olhares que haviam sido únicos e por isso mesmo intransmissíveis. E, por isso ainda, olhares que tol-daram essas mesmas memórias, olhares que souberam suavizar e que tantas vezes agigantaram as verdades simples de cada dia. Em cada dia. E entre a memória do trabalho e o trabalho da memória nasceu um lugar outro. Um lugar onde os silêncios de outrora dão espaço a vozes múltiplas, olhares dispersos, onde a(s) memórias(s) enquanto instrumento social não tem compromisso com a verdade, mas antes com caminhos de verdade divisíveis.

Com este artigo pretende-se analisar então a relação que homens e mulheres estabelecem com as cicatrizes do seu passado, materializadas nos objectos musealizados, no âmbito da (re)construção das suas memórias e, por conseguinte das suas próprias identidades, considerando-se deste modo que todos os sinais materiais dessa memória são também, e a esse tempo, importantes testemunhos que alimentam, pela sua visibilidade, a memória do passado, impedindo-a do esquecimento.

Assume-se assim que esses objectos (no caso concreto máquinas industriais que foram musealizadas aquando da criação do Museu da Chapelaria em S. João da Madeira) são mediadores de espaços e tempos e que, neste sentido, transportam consigo significados mais amplos de afectividade e despertam valores mais significativos de identidade, no que isso tem de auto-afirmação de um grupo.

Inicia-se então este artigo com a história de dois objectos, ostensivamente mudos¹ na sua génese e, no entanto, profundamente comunicantes na sua essência: uma farda e uma fotografia expostas no Museu do Campo de Concentração de Dachau, na Alemanha. Através deles tenta-se perceber em que medida os objectos adquirem o dom de romperem com as barreiras do espaço e tempo ao serem capazes de gerar narrativas que estão muito para além da sua própria materialidade física, e que se situam na sua capacidade de serem mediadores afectivos de mundos e tempos diferentes. Percebe-se aqui também que a memória não é inerente ao objecto, longe de ser uma característica intrínseca ela pode, contudo, ser despoletada por ele.

Deste modo, considera-se que os objectos podem despoletar três níveis narrativos diferentes: um primeiro resultante do objecto em si, daquilo que ele é na sua própria corporeidade (a esse tempo é já um objecto de memória porque por algum motivo, alguém lhe atribuiu um valor que o salvou da total destruição e desaparecimento); um segundo momento narrativo nasce da possibilidade daquele objecto poder ser relacionado com um qualquer outro objecto ou com uma memória particular de alguém ou mesmo de um grupo de pessoas; neste momento, esse objecto e os demais que lhe sejam artificialmente agregados, constroem ambos uma segunda narrativa na justa medida em que lhe são atribuídas novas categorias de

1 Como afirmam Spencer Crew e James Sims, “The problem with things is that they are dumb. They are not eloquent, as some thinkers in art museums claim. They are dumb. And if by some ventriloquism they seem to speak, they lie” (Kavanagh, 1996: 5).

significado; e finalmente, o terceiro nível narrativo (a que corresponderão tantas novas narrativas quantos os olhares que sobre aqueles objectos venham a ser lançados) será necessariamente o que é construído por aqueles que vêem e lêem esses objectos por intermédio de olhares que são sempre únicos e, por isso, intransmissíveis. O terceiro nível narrativo é absolutamente pessoal e estará muito para além da capacidade objectiva dos objectos despertarem ou não um sentimento emocional de memória e pertença.

Por este motivo se conclui que o real poder dos objectos reside nas relações que permitem estabelecer e que assentam claramente na capacidade construtiva e sonhadora de quem olha, pelo que conservar objectos é também garantir no tempo a possibilidade de novas narrativas, continua e permanentemente construídas e actualizadas.

Assim sendo, sublinha-se que o valor onírico dos objectos, sejam eles uma farda e uma fotografia, seja uma máquina industrial ou uma ferramenta de trabalho, reside nas narrativas que se criam e, essas sim, são as que conferem ao objecto a categoria de mediador de experiências afectivas e cognitivas.

Por esta razão, pese a sua mudez, o objecto pode adquirir um poder mágico, sobretudo quando a ele são agregadas memórias, precisamente aquelas que residem nas pessoas.

E é neste sentido que todos os sinais materiais dessa memória, sejam lugares ou objectos, adquirem para as sociedades uma grande importância porquanto são, na sua génese, testemunhos materiais da identidade da comunidade, com os quais esta estabelece laços de afectividades múltiplas. Dito de outro modo, ao partir das memórias sociais, os objectos e lugares preservados não são apenas objectos e

lugares mas antes verdadeiros espaços de memória social que transportam consigo significados mais amplos, aqueles que residem na identidade da comunidade.

2. Fragmentos de vida

Recordo o dia em que visitei o campo de concentração de Dachau, na Alemanha.

Ali estou eu novamente, com os meus 14 ou 15 anos, diante daquela vitrine. Confesso que guardo hoje poucas memórias do museu na sua globalidade. A não ser dessa vitrine específica. Dentro dela existiam apenas dois objectos. Uma grande fotografia de um homem, impressa a preto e branco, e que forra toda a parede traseira da vitrine e uma farda gasta e impregnada por manchas imensas.

Não sei hoje, como não soube na altura (a pequeníssima legenda que jazia no fundo da vitrine estava no idioma que eu não dominava, o alemão), se aquela farda teria sido usada por aquele homem. Provavelmente não e também não importava saber. O homem, de olhos fundos e demasiado inexpressivos, cavados tanto por uma imensa subnutrição quanto pelo imenso desespero sereno de quem já não luta, com as suas fragilizadas mãos agarradas ao arame farpado que o separava de mim, no tempo e no espaço, simbolizava todos os homens, mulheres e crianças de olhos fundos que ficaram presos atrás daquele arame. E a farda, suja e manchada (de vergonha?), exposta ao seu lado, dava corpo a toda a dor daquele homem. Ambos me fizeram, naquele instante preciso, viver essa mesma dor (uma dor exponencialmente sentida porque curiosamente havia acabado de ler nessa Primavera o ‘Diário de Anne Frank’!).

Ambos fizeram de mim também, vítima de um holocausto que não vivi, trouxeram-me à memória as memórias que não são minhas mas que, no entanto, recordei quase como se fossem. Não consigo precisar quanto tempo estive imobilizada frente àquela vitrine, apenas me lembro da emotividade daquele instante. É como se através daqueles dois objectos eu rompesse as barreiras do espaço e do tempo e fosse atirada para dentro de um qualquer dia vivido naquele campo de concentração envergando aquela farda.

De certa forma, aqueles objectos aproximaram-me de uma realidade outra, porque não vivida, através da identificação emocional a esse homem e a essa farda. Durante o tempo em que os nossos olhos se viram, através do espaço e tempo, compartilhamos a mesma dor, o mesmo sentir esmagador de impotência perante a morte e a mesma vergonha. A vergonha de um ser a quem é retirado o direito à existência, à sua individualidade e identidade (ele é um número inscrito no seu próprio corpo); a minha vergonha de, sobrevivendo a esse tempo que não vivi, o olhar, o invadir, subtraindo-lhe ainda o direito de não querer ser olhado na sua vergonha.

E, contudo, nada do que relatei é resultado de um facto. Nada do que esta experiência me trouxe está claramente inscrito na natureza material dos objectos expostos.

Assim, para além dos lugares comuns da representatividade do objecto (neste caso, o seu poder representativo do holocausto nazi) aquilo que os dois objectos despertaram em mim foi o “common emotional ground of memory and belonging” (Heaney, 1993: 49) de que fala Heaney. Neste sentido, eles foram o espaço de mediação entre a minha herança mnemónica (a que resulta do conhecimento

da História do holocausto, por um lado, e por outro, da história de Anne Frank) e o momento histórico propriamente dito. E neste sentido, como diria Mário Chagas, estes objectos revelaram-me e revelaram-se na sua capacidade de “suportarem a função de intermediários entre mundos diferentes, daí o seu poder mágico”, porquanto foram “provocadores de experiências afectivas e cognitivas” que estão para além da sua materialidade (Chagas,2003: s.p).

Desta forma, e enquanto mediador, o objecto quebra as barreiras do tempo e do espaço (físicas e emotivas), ao mesmo tempo que cria um espaço e tempo novos (que não são o passado a que remetem os objectos, mas também não são o presente daquele que os contempla... são antes uma espécie de espaço e tempo etéreos onde ficamos suspensos): os do momento da percepção, do instante preciso em que o visível e o invisível se unem integralmente, por intermédio dessa “imaginação museal” (Chagas,2003: s.p). Dito de outro modo, e como avança Chagas, “agarrar a memória depende do poder de uma imaginação criadora, uma vez que ela (a memória) não está inerte na coisa, mas acesa na relação que com ela (a coisa) pode manter-se” (Chagas,2003: s.p).

Assim sendo, e voltando à minha fotografia e à minha farda, percebe-se, por um lado, a importância que um tem para o outro, um É na justa medida da presença do outro, e desta forma ‘re-significam-se’ mutuamente no momento em que museograficamente são apresentados na mesma vitrine; juntos criam um discurso novo que não existiria se estivessem separados (e aqui a construção da segunda narrativa); por outro lado, ambos vivem de um terceiro momento de

re-significação onde é construída uma terceira narrativa², a minha, que resulta da relação que estabeleço com ambos os objectos através daquele que é o meu conhecimento acerca dos factos históricos, a minha experiência de vida e a leitura que faço do mundo, as minhas crenças, sentimentos e convicções acerca do próprio holocausto, e a minha visão acerca da visão de Anne Frank. Neste sentido, a terceira narrativa é pessoal e intransmissível porque está ao nível da relação que fui capaz de estabelecer com aqueles objectos e que eles estabeleceram comigo, por meio também daquele que é o meu 'background' cultural, social, ideológico, religioso... enfim, por meio daquilo que eu própria era aos 14 ou 15 anos de idade.

Dito de outra forma, o real poder dos objectos situa-se na relação que permitem estabelecer, e esta relação não resulta da sua materialidade física, mas sim da capacidade construtiva de quem olha, e nesse sentido, da *imaginação museal*, recorrendo à terminologia de Chagas, inerente ao próprio indivíduo. Ora neste sentido, conservar objectos é garantir, no tempo, a possibilidade de outras relações, é assegurar que as portas mágicas da imaginação não serão encerradas, é prever a imensidade de narrativas construídas e re-construídas, aquelas que conferem perspectiva e profundidade ao nosso presente, porque nos tocam e alteram. De certa forma, é manter a capacidade

2 Considero aqui que o primeiro momento é aquele em que os dois objectos existem de forma autónoma, mas a esse tempo já classificados como objectos de memória, porque em algum momento alguém decidiu atribuir-lhes um valor que os salvou da destruição ou desaparecimento; o segundo momento resulta da sua junção numa mesma vitrine, e por conseguinte surge como a segunda narrativa, onde ambos os objectos são re-significados.

de sonhar³, porquanto sejam esses os “instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentidos, portas (ou portais) que ligam e desligam mundos, indivíduos e tempos diferentes”, num jogo perpétuo entre “memória, esquecimento, resistência e poder, (...) silêncio e fala, destruição e preservação” (Chagas,2003: s.p).

E se assim for, valerá a pena, então, conservar objectos, mas objectos que sejam possuidores desta capacidade imensa de narrativa poética, esta capacidade mágica de nos acertar em cheio no coração. Objectos, por isso, que não nos deixarão indiferentes. Objectos que tenham a capacidade de falar connosco, inundando-nos de sentimentos múltiplos, contraditórios, até. Mas indiferentes, nunca.

3. Máquinas. Homens e Mulheres

*É que os lugares acabam, ou ainda antes
de serem destruídos, as pessoas somem,
e não mais voltam onde parecia
que elas ou outras voltariam sempre
por toda a eternidade. Mas não voltam
desviadas por razões ou por razão nenhuma.*

*É que as maneiras, modos, circunstâncias
mudam. Desertas ficam as praias que brilhavam
(...)*

3 Como afirma Chagas, citando Walter Benjamim, “os museus fazem parte dos lugares que, na ordem do coletivo, suscitam sonhos”. (Chagas,2003: s.p).

*As ruas rasgam as casas onde leitos
já frios e lavados não rangiam mais.
E portas encostadas só se abrem sobre
a treva que nenhuma sombra aquece.*

*O modo como tínhamos ou víamos,
em que com tempo o gesto sempre o mesmo
faríamos com ciência refinada e sábia
(o mesmo gesto que seria útil,
se o modo e a circunstância persistissem),
tornou-se sem sentido e lugar.
(...)*

*Apenas sei que as circunstâncias mudam
e que os lugares acabam. E que a gente
não volta ou não repete, e sem razão, o que
só põe acaso era a razão dos outros.”*

Jorge de Sena (Lourenço, 1999: 167–168)

22 de Junho de 2005. Inauguração do Museu da Chapelaria.

Por volta das 14h30m o pátio traseiro do museu estava repleto de gente. Gente que gritava e ria efusivamente, que se abraçava como apenas se abraça quem há muito não se vê. Estima-se que aproximadamente 2.500 pessoas estariam à porta do museu. Um olhar mais atento permitia perceber que aquelas não eram umas pessoas quaisquer. Aquelas eram as pessoas que durante anos tinham feito daquele edifício a sua casa. Um olhar mais atento permitia perceber a ansiedade, uma

alegria quase infantil que lhes percorria o rosto. Para a grande maioria das pessoas que ali estava, esta era a primeira vez que iam entrar naquele espaço depois da “Empresa” ter encerrado as suas portas.

O que as movia? Curiosidade? Vontade de saber o que aconteceria à sua fábrica? Nostalgia? Sentimento de posse?

Horas mais tarde, porém, instalou-se uma pequena e muito sentida rebelião. O apertado e pesado protocolo de segurança do Presidente da República, ditava regras de ocupação do espaço que não se coadunavam com a vontade imensa daquelas cerca de 2.500 pessoas que durante horas esperaram pela abertura das portas. E tiveram que esperar ainda mais. E ficar à porta. Ainda nesse dia ouviria todas as suas queixas. Nesse dia e nos dias seguintes⁴. Mas a explosão de sentimentos estava ainda por acontecer.

Depois de um protocolo de inauguração relativamente rápido, fui chamada pelos técnicos do Museu para ver o que nunca achei poder ver dentro de um museu. Ao longo dos três pisos da exposição de longa duração, e após o primeiro impacto visual de deslumbramento, as centenas de pessoas que estavam dentro do edifício, acompanhadas por filhos e netos, procuravam avidamente “a sua menina”. Entre a alegria eufórica e a tristeza profunda, o riso e o

4 E o alvoroço foi tanto e tão emotivo que uma semana depois fez-se uma nova inauguração a que foi chamado “Encontro de Chapeleiros”, e agora apenas para estes convidados especiais, que insistentemente disseram a mais tocante das verdades: ‘este museu é nosso, esta casa é nossa, os convidados de honra somos nós’. E apesar de não poder já citar claramente os autores desta frase, a verdade é que ela espalhou-se entretanto pela boca de todos e, durante dias, todos os chapeleiros que recebi e com quem falei utilizaram exactamente a mesma frase, com o mesmo sentido: “O museu é nosso”.

choro, o nervosismo e excitação, centenas de pessoas pareciam estar a encontrar-se consigo próprias ou pelo menos com partes demasiado importantes da sua vida, que por motivos diferentes, uns tinham preferido esquecer ou pelo menos ocultar, outros revivificavam vezes sem conta como se a vida depois da “Empresa” tivesse feito pouco sentido⁵.

Agarrados às suas máquinas, às máquinas que os viram crescer, passando de crianças a jovens e de jovens a adultos⁶, máquinas que acompanharam todas as suas alegrias, tristezas, dores e namoros, casamentos e nascimentos de filhos, estes homens e estas mulheres, permanentemente em contacto físico com as suas “meninas”, revisitavam todo o seu passado naqueles objectos.

Em cada piso por onde passei fui ouvindo frases soltas de conversas muito sentidas entre o operário e a sua ‘prole’:

“Eu conheci a vossa mãe nesta secção. Ela trabalhava acolá, na afinação”

“Ai meu Deus... quando comecei aqui a trabalhar ganhava 10 escudos por dia”

5 Sobre este assunto é possível consultar a série de entrevistas realizadas a ex-operários entre 2002 a 2005. Disponível para consulta no Centro de Documentação do Museu da Chapelaria.

6 Um significativo número de operários começou a trabalhar na fábrica com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos. Iniciavam a sua vida dentro da fábrica como aprendizes- tafereiros, cabendo-lhes fazer toda a espécie de pequenos recados. A partir dos 12 anos iniciavam então o processo de aprendizagem da arte, passando ao longo da vida por diversos sectores. Sobre este assunto é possível consultar a série de entrevistas realizadas a ex-operários entre 2002 a 2005. Disponível para consulta no Centro de Documentação do Museu da Chapelaria.

“Lembras-te daquela mestra que era aleijadinha... ela já morreu?”

“Esta máquina foi a minha perdição. Nem que me dessem 500 contos eu voltava a trabalhar aqui... aí... tu fizeste-me sofrer tanto”

“Lembras-te o que era aqui? Era dos tintos, onde se guardavam os tintos”⁷

A vida das pessoas, daquelas pessoas, estava toda contida na máquina e a máquina representava a sua própria vida. Era como se em cada máquina existisse a vida toda, a vivida, a recordada, aquela que os havia construído tal como hoje eles se reconhecem.

De certa forma, e utilizando as palavras de Bachelard, “diante de um objecto próximo, viveremos o engrandecimento de nosso espaço íntimo” (Bachelard, 2003: 204), e muito para além do espaço exterior da máquina, aquele que a define como objecto e resulta das regras simples da percepção, o que ali era vivenciado era esse espaço íntimo, esse que foi engrandecido pela máquina porque esta estava a ser percepcionada sem os seus limites e a ela foram atribuídas “imagens superabundantes, alimentadas por teu espaço íntimo, por esse espaço que tem seu ser em ti” (Bachelard, 2003: 205).

E assim, tal como a árvore de Bachelard, também máquina e operário, juntos, se ordenaram e cresceram, ficando à máquina o destino último de nunca estar acabada porque estará sempre “entregue às forças imaginárias, revestida de nosso espaço interior, [e desta

7 Apesar de terem sido registadas estas frases ainda nesse dia em caderno de notas pessoal, já não foi possível estabelecer a ligação aos seus autores.

forma, sempre disponível para entrar] conosco [sic] numa emulação de grandeza” (Bachelard, 2003: 205).

O que representava então aquele espaço novo para todas estas pessoas? Que museu viam os seus olhos?

Seria o encerrar de um ciclo, de toda uma vida que parecia ter estado votada ao esquecimento? Mas não quereriam também eles esquecer? O museu não seria um apagar de tanta tristeza e mágoa e ressentimento? O renascimento de tão ilustre homenagem apagaria o sofrimento de tantos anos de vida? Ou, de facto, esse sofrimento não era, passados tantos anos, tão importante quanto o facto de se perceberem hoje como parte da história de uma terra?

O sofrimento era agora exibido com orgulho. O que outrora doeu era agora motivo de brio.

Como referiu o Sr. Méssio Trindade, ex-operário desta fábrica e actual guia no Museu, nesse mesmo dia de inauguração, diante das máquinas e dentro do edifício onde cresceu, “hoje sinto orgulho por ter sido chapeleiro”⁸. Ali estava resumida toda a sua vida, simbolizando cada espaço um momento de crescimento, simbolizando cada máquina uma nova etapa profissional. Não era a cadeia operatória e as suas cronologias, nem os cheiros nem os sons que lhes eram tão sobejamente conhecidos aquilo que eles viam dentro do museu. O que estava perante os seus olhos eram fragmentos de importantes momentos das suas vidas que, por isso mesmo, adquiriam agora um valor diferenciado. O valor do reconhecimento.

8 Anotado em caderno de notas pessoal e confirmado com o autor.

O valor da identidade.⁹ Porque estava ali para ser visto e não só por si como por todos os outros e para ser contado por si a todos os outros. Recorrendo uma vez mais às palavras de Bachelard,

“O poeta vai mais fundo, descobrindo com o espaço poético um espaço que não nos encerra numa afectividade. Qualquer que seja a afectividade que matize um espaço, mesmo que seja triste ou pesada, assim que é expressa, a tristeza se modera, o peso se alivia. Por ser um espaço poético expresso, adquire valores de expansão” (Bachelard, 2003: 206).

E, de certa forma, o museu era de facto, naquele momento, o espaço poético libertador, que ao ser por si também expressão dessa tristeza (ou a verbalização material de um passado feito de tristeza), moderava a dor e aliviava o peso de todos aqueles chapeleiros. Deste modo, entre as suas memórias do trabalho e o trabalho da memória

9 Dito de outro modo, todo este património, que para cada um dos ex-chapeleiros se resume e apresenta sob a forma “da sua máquina” adquire o valor de representação simbólica da identidade do grupo, dos “chapeleiros”, no que isso tem de aglutinador e diferenciador. Como afirma Elísio Estanque, “Elementos fundamentais na compreensão da identidade são a subjectividade e a narrativa, os quais apontam directamente para a relação entre o sujeito e o *Outro* – já que o termo identidade envolve sempre negação e diferença: «Alguma coisa é alguma coisa, e *não* outra coisa»; isto é a identidade tem pelo menos dois significados diferentes: primeiro, aponta para «o que dá a uma coisa ou pessoa a sua natureza essencial, isto é, o seu *eidos* ou forma, e portanto, a sua continuidade através do tempo e, em segundo lugar, o que torna duas coisas ou pessoas na mesma» (Zaretsky, 1994: 199–200). (...) Se, na maioria dos casos, o referente identitário transcende as relações face-a-face, a construção da identidade colectiva (...) emerge sob a forma de *comunidades imaginadas* (Anderson, 1991; Balibar e Wallerstein, 1991) apoiada em lógicas paradoxais e sob o signo das ambivalências entre a presença e ausência, entre práticas e representações, entre razão e emoção, entre estrutura e acção ou entre universalismo e localismo (Fortuna, 1991).” (Estanque, 2000: 43).

que haviam primeiramente realizado com a equipa do museu e que agora assumia a forma de museu propriamente dito, criava-se um outro espaço, um espaço que já não exigia a nenhum deles que (re)vivessem a sua dor, que os libertava das amarras que as suas próprias afectividades haviam construído e alimentado durante anos a fio. E aqueles operários libertaram-se delas (das suas afectividades) para viverem ‘valores de expansão’, de grandeza, porque deram “o seu espaço poético a um objecto” e isso “é dar-lhes mais espaço do que aquele que ele tem objectivamente ou melhor dizendo, é seguir a expansão de seu espaço íntimo” (Bachelard, 2003: 206). E, de facto, a alegria e emoção verdadeiramente contagiantes e quase infantis daquele dia, pouco ou nada se assemelhava aos discursos pesados, frios, de profunda mágoa que foram sendo ouvidos nas diversas entrevistas que ao longo dos anos foram realizadas.¹⁰

Estávamos assim, e quase, perante um ritual de comemoração, e de uma comemoração que não era a do museu ou por ele claramente promovida, mas antes um ritual de comemoração dos próprios

10 Na colecção de entrevistas realizadas entre 2002 e 2005 aos ex-operários, nota-se em quase todas elas uma grande mágoa relativamente ao processo de encerramento da fábrica e ao consequente processo judicial. Houve muitos operários a afirmarem à equipa que desde que a fábrica encerrou nunca mais tinham se quer passado à porta. Por outro lado, houve também muitas confidências relativas a diversos constrangimentos em torno do próprio trabalho, chefias, relações entre colegas, que o tempo se encarregou de agudizar, e talvez não tanto pelo facto de terem existido, como mais ainda pelo facto de, fazendo parte do seu material mnemónico, adquirir em momentos em que são confrontados com o seu passado (nomeadamente no acto de recordação provocado pela entrevista) alguma relevância.

chapeleiros. Como defende Connerton, a propósito das cerimónias comemorativas, a:

“(...) narrativa era mais do que o contar de uma história, era um culto encenado, era um rito estabelecido e representado. A sua história não era inequivocamente contada no pretérito, mas no tempo de um presente metafísico. Subestimariamos o poder comemorativo do rito, minimizaríamos o seu poder mnemónico, se disséssemos que ele recordava acontecimentos míticos aos participantes. Deveríamos antes dizer que o acontecimento (...) era rerepresentado; os que participavam no rito davam-lhe uma forma cerimonialmente corporizada. A realidade transfigurada do mito era rerepresentada uma e outra vez, quando aqueles que tomavam parte no culto se tornavam, por assim dizer, contemporâneos do acontecimento mítico”. (Connerton, 1999:49).

O que os chapeleiros viam e sentiam naquele dia, não era então um museu, mas esse espaço narrativo onde a história contada não tinha referentes no passado mas sim naquele que era o seu próprio presente, ainda que um presente abstracto, que podiam agora partilhar com as gerações que lhes seguiram (filhos e netos) fazendo-os assim contemporâneos de uma história que, se efectivamente era apenas deles próprios (o que se consubstanciava nas expressões “Eu conheci”, “Ela trabalhava”, “quando comecei aqui a trabalhar”, “Lembras-te”, “foi a minha perdição”), era agora lida também como parte da história da comunidade na qual estavam inseridos e, que por esse motivo deixava de ser uma memória pessoal para adquirir estatuto de memória comunitária ou colectiva, cujo paradigma será a frase “Hoje sinto orgulho por ter sido chapeleiro”.

4. Memórias e Identidades

Perante o objecto despoletador da recordação (a máquina na qual trabalharam, o próprio espaço fábrica-museu onde se encontravam – “Lembras-te o que era aqui? Era dos tintos, onde se guardavam os tintos”), são desencadeados processos de rememoração que aproximam o passado (o deles), ao presente (o momento actual) e ao futuro (corporizado pelas gerações mais novas). Deste modo, o efeito que a máquina e, por conseguinte, o próprio museu, estavam a exercer era, como afirma Connerton, o de reapresentação, “fazendo reaparecer aquilo que desapareceu” (Connerton, 1999: 79) e que, no caso, era a vida de todos eles tal como sempre a haviam conhecido e que, por motivos que foram exteriores à sua vontade, tinha efectivamente desaparecido. Aquilo que reaparecia perante os seus olhos era também, e mais ainda, a sua própria identidade, enquanto pessoa mas também enquanto chapeleiros, e desta forma enquanto comunidade coesa. Ou seja, o museu recordava-lhes/lembrava-os qual era verdadeiramente a sua identidade, aquilo que os distinguia dos outros. E, assim sendo, o museu era a narrativa por intermédio da qual esta identidade era contada e explicada aos outros, a todos os outros que visitavam e visitariam o museu, residindo aqui, e verdadeiramente, o motivo do orgulho em ser chapeleiro, enunciado por Méssio Trindade. Ou, como afirma Connerton, ainda acerca das cerimónias comemorativas (fazendo-se aqui mais uma vez a analogia entre a cerimonia comemorativa e o museu),

“O que é então recordado nas cerimónias comemorativas? Parte da resposta é que uma comunidade é recordada da sua identidade,

representando-a e contando-a numa metanarrativa. Esta é uma variante colectiva daquilo a que chamei anteriormente memória pessoal, ou seja, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia colectiva (...). A sua metanarrativa é mais do que uma história que se conta e sobre a qual se reflecte, é um culto encenado.” (Connerton, 1999: 81).

E este acto de recordação foi tão mais significativo quanto o facto de acontecer entre pares, querendo significar que o facto de todos aqueles chapeleiros estarem, ao fim de anos de separação, todos juntos, num mesmo espaço (naquele espaço) e na presença de um conjunto de referentes visuais e materiais que tinham já feito parte do seu próprio mundo e que fazem parte, inquestionavelmente, do seu património mnemónico, despoletou mais ainda o sentimento de pertença a algo superior a cada um deles enquanto pessoa, de pertença a uma identidade diferenciadora. Porque, como afirma Connerton, “a narrativa de uma vida faz parte de um conjunto de narrativas que se interligam, está incrustada na história dos grupos a partir dos quais os indivíduos adquirem a sua identidade” (Connerton, 1999: 81). E a esse tempo, o museu desempenhava o papel maior de estabelecer a ligação entre as diferentes narrativas das diferentes vidas, interligando-as.

Por isso, era importante recordar, até porque, como diria Joel Candau, a memória é um direito, um dever e uma necessidade (Candau, 2001: 121). E, mais ainda,

“(…) la memoria se niega a menudo a callarse. Imperativa, omnipresente, invasora, excesiva, abusadora, es trivial recordar que su imperio se sostiene sobre la inquietud de individuos y de grupos en busca de sí mismos. Si padecemos un ‘mal de archivo’,

de huellas, de recuerdos, si nos consideramos como deudores de la memoria, es porque una angustia ‘nos acecha desde el fondo de nuestro interior. Arrepentimientos diversos, sensibilización al deber de recordar, recovered memory movement en los Estados Unidos, memoria de la Shoah (...) conmemoraciones múltiples: no son más que algunos ejemplos de las resacas incesantes de la memoria sin las que parece que un individuo, igual que un pueblo, ‘no tiene ni identidad ni cultura’ (Candau, 2001: 121–122).

Ora, neste sentido, não satisfazer o dever da memória é expor-se conseqüentemente ao desaparecimento (Candau, 2001: 122), é permitir a morte. E, por esta razão mesma, “La necesidad de recordar es pues real, aunque más no sea para no quedar ‘desprovistos y vacíos’” (Candau, 2001: 123).

E o museu resolvia, em muitas medidas, a carência e o vazio identitário que o encerramento da fábrica trouxe à vida de todos eles. Ainda que aquele lugar, o da fábrica, tivesse mesmo acabado, ainda que todas aquelas pessoas tivessem efectivamente sumido e tantas vezes lhes tivesse parecido que não mais voltariam, ainda que as maneiras, e os modos e as circunstâncias da sua vida houvessem mudado, e parecesse ainda que as portas haviam sido de facto encostadas ou mesmo fechadas atrás de si para toda a eternidade, a verdade é que desta vez a gente voltou. E o edifício que tantas vezes nos pareceu desprovido de alma ganhou naquele dia uma dimensão outra, para nós e para eles. A carência e o vazio que o encerramento da fábrica trouxe foram preenchidos. Não pela fábrica ela própria, não pela repetição exaustiva de cenários, porque esses não se poderiam repetir, não pela alegoria do mundo que efectivamente seria irrepetível

porque, e apesar de tudo, “O modo como tínhamos ou víamos, em que com tempo o gesto sempre o mesmo faríamos com ciência refinada e sábia (o mesmo gesto que seria útil, se o modo e a circunstância persistissem), tornou-se sem sentido e lugar.” (Lourenço, 1999: 167–168). Mas antes, e sobretudo, porque o direito, o dever e a necessidade de memória tinham sido conferidos e era plena e publicamente assumido.

5. Museu da Chapelaria. Discursos narrativos

E do ponto de vista de quem visita o museu?

À saída do museu esperamos que os visitantes levem na pele a sensação estranha que as fibras do pêlo de coelho causam; nas mãos, as sensações únicas que o cone por feltrar, o cone feltrado, o chapéu formado e o chapéu afinado tentaram passar; nas mãos, ainda, mas também nas narinas, que carreguem o cheiro do pêlo, dos tintos, do feltro; que nos ouvidos ecoem por muito tempo todos os barulhos a que foram sujeitos. Na memória espera-se que levem todos os rostos dos chapeleiros que ao longo de todo este percurso lhes foram gentilmente sorrindo como quem agradece a visita, as histórias que ouviram o Sr. Méssio Trindade e a Sra. D. Deolinda (dois ex-operários, actualmente, guias do museu) contar, as palavras ora alegres ora arrelhadas de todos estes chapeleiros e que levem ainda consigo a ideia clara de que se o chapéu é um dos mais bonitos acessórios de moda, por detrás dele estão, não raras vezes, histórias de sofrimento e muita dor. E se assim for, o museu cumpriu grande parte dos objectivos a que se propôs.

Mas espera-se ainda que todos os objectos, porque assim dispostos, porque assim pensados e sentidos, tenham conseguido falar com o visitante e tenham conseguido despertar nele “a common

emotional ground of memory and belonging” (Heaney, 1993: 49). E, mais do que isso, tenham conseguido transmitir “the climate of a lost world and keep alive in us a domestic intimacy with realities that otherwise might have vanished” (Heaney, 1993: 40).

De certa forma, e tal como se referia anteriormente, no que à farda e à fotografia dizia respeito, não se espera menos do que ter transformado todas estas máquinas e ferramentas e histórias de vida, em verdadeiros intermediários entre um mundo que alguns viveram e o mundo daqueles que agora entram no museu, quebrando assim as barreiras do espaço e do tempo e levando os visitantes ao tal tempo e espaço novos, em que o visível da materialidade das coisas dá lugar ao invisível da imaterialidade da memória.

Porque também aqui a máquina apenas é em função das palavras do ex-operário que a descreve (será de referir que as legendas das máquinas são pequenos extractos das entrevistas realizadas aos ex-operários) e ambas se re-significam nesse momento, no instante preciso em que se percebe que aquelas são palavras de quem efectivamente trabalhou naquela máquina que agora está perante os olhos do visitante. E juntos, máquina e testemunho do operário, fazem nascer uma segunda narrativa que dará origem, espera-se, a uma terceira e esta absolutamente pessoal e intransmissível que apenas poderá ser vivida e contada pelo próprio visitante.

Do mesmo modo, as palavras do ex-operário serão também re-significadas no momento em que o visitante contempla esse mesmo operário nas grandes fotografias impressas. Ali está o rosto por detrás das palavras e da máquina. E aquela será, eventualmente, a representação máxima de todo aquele mundo novo para o visitante.

Espera-se por isso que à saída do museu, múltiplas narrativas tenham sido construídas como consequência das relações que tenham (eventualmente) sido criadas entre o olhar, o olfacto, o tacto, a audição e, sobretudo, entre a imaginação museal do visitante e aquilo que efectivamente o museu apresenta.

Espera-se que à saída do museu, todo este mundo tenha despertado a capacidade de sonhar e tenha provocado no visitante todo um conjunto de experiências afectivas que estão, seguramente, muito para além da sua própria materialidade. Espera-se que, tal como a Liliana Gonçalves Brandão, todos os outros visitantes possam também dizer que “o museu da chapelaria é bonito e tem amor e paixão”¹¹.

11 A Liliana Gonçalves Brandão tinha 8 anos quando visitou o museu e era aluna da Escola EB 1 D. Elvira Fernandes Dias (Nogueira do Cravo) e deixou este testemunho no fim da sua visita. Refira-se a este propósito que os alunos e professores são convidados a dar o seu testemunho acerca do museu. No serviço educativo do museu encontram-se disponíveis para consulta todos os testemunhos realizados até ao momento presente.



Indústria Corticeira e Patrimônio em Azaruja e San Vicente De Alcántara Desde 1845.

ALGUMAS NOTAS

*« (...) enseñar todo lo que puedo y sé, el modo de sacar el mejor producto del corcho, empezando por la extracción en el árbol hasta la exportación de tapones».*¹

Os primeiros passos sobre a transformação da cortiça no sul de Espanha e Portugal têm sido muito pouco estudados,² muito menos utilizando o enfoque comparativo entre os dois países.³ De facto,

1 Nadal e Sala 2010, 52. Palavras do rolheiro catalão Andreu Camps aquando da sua chegada a Azaruja, após o acordo com a família Reynolds para instalar uma oficina de manufaturas corticeiras nesta cidade portuguesa. A citação original é de Fonseca e Guimarães (forthcoming).

2 Os investigadores da cortiça têm-se preocupado em analisar a evolução do negócio corticeiro em Espanha e Portugal em geral, prestando pouca atenção ao estudo dos enclaves específicos onde o fabrico se desenvolveu. Algumas exceções a esta regra são os trabalhos de Joaquim Alvarado sobre várias cidades corticeiras da província de Gerona em Espanha; Alvarado 2002, 2004 e 2005. Ver também o livro de Jordi Nadal e Pere Sala sobre a contribuição catalã para o desenvolvimento da indústria corticeira portuguesa (Nadal e Sala 2010). Recomendamos ainda ter sempre em conta o essencial livro de Ramiro Medir Historia del gremio corchero, pois os primeiros capítulos fornecem o contexto ideal para perceber melhor o que aqui estamos a dizer (Medir 1953).

3 Sim, tem existido este marco comparativo em vários trabalhos corticeiros feitos desde uma perspectiva mais geral ou macroeconómica (Zapata 2002 e 2009, Parejo 2009a e 2009b, e Zapata e outros 2009).

ainda é muito reduzida a literatura sobre o assunto, e praticamente inexistente se olharmos para os enclaves corticeiros de Azaruja e San Vicente de Alcántara, apesar da relevância de ambos nos respectivos negócios da cortiça dos dois países ibéricos.⁴ Sabemos, no entanto, que, noutros enclaves corticeiros do sul, como Silves (em Portugal),⁵ foi essencial, nas primeiras etapas da industrialização dessa matéria-prima, a confluência de dois fatores: o capital financeiro inglês, por um lado e, por outro, o knowhow de operários catalães. Neste trabalho veremos que Azaruja e San Vicente de Alcántara, sendo diferentes experiências, partilharam o mesmo padrão de industrialização da cortiça do sul ibérico.

Azaruja e San Vicente de Alcántara encontram-se no coração de duas grandes áreas florestais produtoras de cortiça da Península Ibérica e do Mundo. Referimo-nos ao Alentejo e à Extremadura, respectivamente, regiões que se encontram no epicentro da mancha ibérica de sobreirais e montados, e dos centros preparadores ibéricos, onde são realizados os trabalhos de preparação da cortiça em bruto, ou seja, as primeiras etapas do processo de produção (classificação da cortiça, raspado, cozido, etc.), para a sua posterior transformação industrial. Não é por acaso, portanto, que os corticeiros das duas cidades se tenham destacado historicamente pela

4 Mais uma vez, tem exceções notáveis; para o caso de Azaruja, Matos 2007, Nadal e Sala 2010, e especialmente Fonseca e Guimarães (forthcoming); e para San Vicente de Alcántara, Medina 1998, Ortiz 2001, ASECOR 2004a, 2004b e 2007, e Parejo e Medina 2010.

5 Ramos 1999.

sua condição de provedores de cortiça em bruto e de industriais preparadores. Isto aconteceu na década de 1830, não só quando os estabelecimentos ingleses e catalães esgotaram os recursos corticeiros dos sobreiros da França e da Catalunha, mas também quando os primeiros “especuladores franceses” começaram a comprar cortiça de Sardenha (Itália).⁶ Apenas na década anterior, o mercado inglês tinha comprado grandes quantidades de cortiça proveniente do porto de Bordéus e artigos de cortiça vindos da Aquitânia,⁷ precisamente no mesmo momento em que se tinha começado a procurar novas áreas de sobreiros para serem exploradas.

Se, em Itália, foram as famílias do sul da França e da Catalunha que começaram a exploração industrial da cortiça, nestas duas cidades, foram as famílias catalãs, juntamente com o capital financeiro proveniente de Inglaterra, na época um dos maiores investidores nesta matéria-prima, que estiveram na origem dessas primeiras iniciativas industriais.⁸ Os ingleses reconheciam a mestria dos catalães no fabrico da cortiça, podendo-se verificar esta atribuição de titularidade numa citação recolhida nos “*Annales forestières*” franceses de 1842, que contém a opinião de uns engenheiros florestais anónimos franceses: «Catalunha é mais rica, além disso está mais familiarizada com o fabrico da cortiça do que

6 Ruju 2000, 25.

7 Puyo 2010, 58.

8 Como tem sido mostrado em Alvarado (2002) e em Parejo (2009a), Inglaterra foi o principal importador mundial de cortiça em bruto durante os séculos XVIII e XIX, e um dos primeiros no XX.

o Roussillon ou do que o sul da Espanha. Vamos pedir-lhes, portanto, conselhos enquanto não podemos competir com eles». ⁹ Esta reflexão tem maior interesse se consideramos o estado avançado da manufatura na França nessa época. ¹⁰

Pelo facto de hoje ser pouco discutida a importância do capital britânico no desenvolvimento inicial da indústria corticeira no sudoeste ibérico, é importante assinalar que as duas populações partilham este mesmo marco histórico, visível nalguns vestígios da fabricação corticeira, ainda hoje preservados.

Enquanto outros importantes centros industriais corticeiros pioneiros, como Silves e Almada, têm vindo a perder a maior parte dos sinais da indústria da cortiça um dia existente, a Azaruja e San Vicente de Alcántara, quase sem possuírem estabelecimentos dedicados ao produto acabado, salvo algumas excepções, como é o caso da unidade do grupo Oeneo em San Vicente de Alcántara, são ainda considerados os mais importantes das suas regiões no que diz respeito aos trabalhos de preparação da matéria-prima. A reestruturação da indústria da cortiça tem sido parcialmente bem sucedida e tem, até hoje, tornado possível prolongar a existência de algumas produções industriais simples nestas áreas rurais.

9 *Annales Forestières et Métallurgiques*, Jaubert de Passa, Notice sur le Chêne-liège, avrill, 1842, p. 175.

10 Tradução dos autores. Uma nota informativa datada de 1843, atribuída ao departamento francês do Var, no sul do país, refere que, com apenas duas décadas de vida, a indústria corticeira desta região se desenvolvia de dia para dia, gerando novas fortunas (*Annales Forestières et Métallurgiques*, 1843)

Voltando à década de 1840, a cortiça ainda era um produto industrial pouco relevante em Espanha e Portugal, como acontecia com a maioria dos produtos provenientes do mundo rural. De facto, não aparece referido no Relatório da Exposição Industrial de Espanha de 1845.¹¹ Nesse mesmo ano começou a trabalhar para as florestas da Rainha de Espanha o primeiro engenheiro florestal espanhol formado numa escola científica, que havia estudado perto de Dresden, na Saxônia, entre 1843 e 1845. Quando este engenheiro visitou pela primeira vez florestas de sobreiros da Casa Real, em 1849, incluindo a conhecida Dehesa de Alcudia, foi capaz de ver o estado de abandono no qual estas estavam, até decidir não trabalhar sobre os sobreiros durante os seguintes quatro anos, para ajudar na regeneração das árvores e da sua cortiça. Só desta forma foram colocadas as bases para a primeira venda organizada de cortiça nestes montes, com um tipo de propriedade não exactamente pública.¹² A Dehesa Real do Espadañal, na província de Cáceres, tinha mais notoriedade do que a Dehesa de Alcudia,¹³ e as suas cortiças foram vendidas em 1850 pela Casa Real a compradores chegados de Aracena (Huelva)

11 Referimo-nos à *Memoria de la Junta Calificadora de los Productos de la Industria Española* apresentada na exposição pública de 1845 (Ver a Terceira secção de produtos agrícolas, p. 54).

12 AGP, Alcudia, 10592/2. Na informação inédita que temos consultado diz-se que havia sobreiros desde o Puerto de Mochuelos até a Mojonera de la Perdiz. Podia-se aproveitar mesmo a cortiça de baixa qualidade. Muitos sobreiros ficavam descortiçados por não ter sido cuidada a riqueza florestal. Tudo isto aconselhava aguardar 4 anos, tempo estimado para a regeneração dos sobreiros.

13 AGP, Espadañal, 10509/6. Em 1856, as rendas da Dehesa de Espadañal viviam nomeadamente do arrendamento de pastos no verão (3.000 reais) e da produção de bolotas (70.000 reais), embora a cortiça já fosse uma parte significativa das rendas totais (1.500 reais).

e Sevilha, encontrando-se entre estes alguns com apelidos catalães, como é o caso do Juan Guinar.¹⁴

A figura de Juan Guinar foi estudada na tese de doutoramento de Antonio Serrano.¹⁵ Segundo Serrano, Guinar estava entre os primeiros compradores de cortiça na Serra Morena de Sevilha, na década de 1820.¹⁶ Como ocorreu em outras cidades da Andaluzia, a chegada de algumas famílias da Catalunha (como os Guinar), foi um ponto de viragem no desenvolvimento da indústria da cortiça nessas populações. Para esses investidores estrangeiros, estes lugares, distantes entre si cerca de 200 quilómetros, faziam parte de uma única região económica por descobrir e explorar como fontes de matérias-primas. Rapidamente, apareceram alguns estabelecimentos industriais que começaram o fabrico da cortiça. Em pouco tempo estes exportavam quantidades notáveis e mostravam os seus produtos em exposições

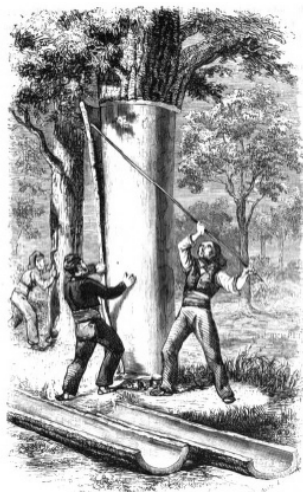
14 AGP, Espadañal, 10509/11. Entre a documentação consultada neste arquivo encontrámos um expediente de arrendamento da Dehesa de Espadañal por 2 anos a Juan Badía. Também há uma carta do 28 de Agosto de 1850, assinada por Jerónimo López (Administração Patrimonial da Real Dehesa del Espadañal, Navalmoral de la Mata, Cáceres), dirigida ao Intendente, levantando o expediente de arrendamento da cortiça à proposta de Pedro Badía, vizinho de Aracena. Ao mesmo tempo, há outra carta do 17 de Novembro de 1855, assinada por José Gallego (Administração Patrimonial da Real Dehesa del Espadañal, Navalmoral de la Mata, Cáceres), levantando o expediente de arrendamento da cortiça após o fim dos 5 anos, a anexar novas especificações para a celebração de mais uma nova subasta de arrendamento por 8 anos. Também encontrámos uma carta do próprio José Gallego, com data do 29 de Dezembro do mesmo ano, informando do arrendamento a favor do dito Juan Badía, pela importância de 4.100 reais por cada um dos 8 anos arrendados.

15 Serrano 2008. Este trabalho é, seguramente, o melhor que conhecemos para conhecer a evolução do negócio corticeiro no Sul da Espanha, concretamente nos municípios sevilhanos da Sierra Morena.

16 Serrano 2008, 421.

nacionais e internacionais, como a exposição de Paris de 1855,¹⁷ ou a exposição Agrícola de Madrid de 1857, onde foi dito que a cortiça era, nessa altura, «um dos produtos mais recentes» e que «a indústria corticeira estava a crescer dia a dia».¹⁸

Há notícias que sugerem que os primeiros rolheiros catalães chegados a San Vicente de Alcántara vieram de Sevilha e de outras cidades de fora da Catalunha. Da mesma forma, os primeiros grandes investimentos britânicos chegaram do outro lado da fronteira portuguesa e não das Ilhas Britânicas. É o caso da família Reynolds, cujas primeiras iniciativas de negócios na Península Ibérica foram em Portugal. Thomas Reynolds foi um marinheiro e comerciante inglês que veio para o país luso em 1820, atraído pelo negócio do vinho, estabelecendo-se no norte do país, na cidade do Porto, com os seus dois filhos, Thomas e Robert. Por vários anos, foi



Descortezamiento del corcho.

Pascual, 1861, p. 485.

“Descortezamiento del corcho”

17 Eugenio Ochoa diz, no seu livro *Paris Londres e Madrid* publicado em 1861, que desde San Vicente de Alcántara os senhores de Cañizares apresentaram os seus artigos de cortiça na Exposição Universal de Paris (Ochoa 1861, 161). No mesmo livro também desmente a alegação de que a primeira fábrica de San Vicente de Alcántara foi criada em 1858 com a participação do capital britânico, como é dito em Salgado (2000, 97). Por outro lado, Fernando Amor y Mayor, num livro de 1856 que contém contribuições sobre diversos produtos agrícolas, refere-se já aos materiais obtidos da cortiça dos sobreiros (Amor y Mayor 1856).

18 Citação recolhida da publicação *El Museo Universal*, nº 16, do 30 de agosto de 1857, p. 124, artigo assinado por Agustín Pascual.

enviando para as suas lojas de Londres vários produtos ibéricos, até que em 1838 decidiu investir no negócio da cortiça, instalando uma fábrica desta matéria-prima em Albuquerque, província de Badajoz, muito perto de San Vicente de Alcántara. O sucesso deste investimento levou-o a abrir novas fábricas de cortiça, tanto em Portugal como em Espanha. Em 1845, o seu filho Robert, juntamente com a sua esposa de origem estremenha,¹⁹ já se tinham mudado para Azaruja, onde ele e o seu irmão Thomas abriram uma fábrica de rolhas de cortiça, com a ajuda do rolheiro catalão Andreu Camps.²⁰ No entanto, impulsionados pelo espírito empreendedor, Thomas e a sua família partiram para a Nova Zelândia com um enorme rebanho de “ovelhas merinas” para iniciar um negócio de gado, tendo desta feita nunca mais regressado a Portugal. Pouco tempo depois, Robert estabeleceu-se em Estremoz, localidade pertencente também ao distrito administrativo de Évora (como Azaruja), onde continuou servindo os negócios da família, que logo foram ampliados com a aquisição de novas terras e pela produção de vinhos de qualidade, negócio em que a família atualmente continua a trabalhar.²¹

19 Robert Reynolds deixou a religião protestante para fazer um casamento católico com uma mulher estremenha. Toda a história da família pode ser consultada no site <http://reynolds.com.es>.

20 Sobre a figura de Andreu Camps, os seus negócios com os Reynolds e a sua chegada a Azaruja, olhar Nadal e Sala (2010, 47–62).

21 O caso de rolheiro catalão Andreu Camps é relevante porque é reconhecido como o primeiro fabricante de rolhas de cortiça que se instalou em Azaruja. Portanto, é sem dúvida um dos pioneiros do fabrico da cortiça no Alentejo; Fonseca e Guimarães (forthcoming). Isso não quer dizer que não existissem em Azaruja, antes da chegada dos Camps, vários estabelecimentos dedicados à preparação

A chegada da família Camps á Azaruja foi apenas a origem do desembarque subsequente de outras famílias da Catalunha nesta cidade, grande parte delas para trabalhar a cortiça, fazer rollhas e quadrados, até dar a este povo de Portugal o caricato nome de “Aldeia dos catalães”, segundo Fonseca e Guimarães (forthcoming). Segundo Nadal e Sala (2010), que têm estudado os livros de batismos da freguesia de São Bento do Mato (de Azaruja) do período de 1845–1892, pelo menos treze famílias catalãs já estavam nessa povoação portuguesa nessa altura (hoje, a população de Azaruja mal excede os 1.300 moradores). Aparecem apelidos como Girbal, Tries, Vilaret, Bech, Tenes, Gruart, Marull, Sureda, Brunet, Lagrifa, Llach ou Gibert, todos eles ligados às actividades de transformação da cortiça. Confirma-se assim, a participação do *know-how* catalão no início da “rolheira” alentejana.²²

O estabelecimento dos Robinson em Portalegre, a poucos quilómetros de San Vicente de Alcántara, foi adquirido em 1849 por esta família aos Reynolds depois de dois anos em funcionamento.²³ Tinha, nessa altura, mais de 550 empregados. Mas não foi a única aquisição dos Robinson, pois também compraram outras fábricas na década

de cortiça ou negócios relacionados com a exploração florestal dos montados de sobreiros. Contudo, a coligação Camps-Reynolds foi a primeira iniciativa alentejana na fabricação de manufaturas corticeiras.

²² Estes autores falam também da chegada de outros operários catalães para outras cidades alentejanas (Nadal e Sala 2010, 66–71).

²³ Nadal e Sala 2010, 49.

seguinte.²⁴ Tanto em San Vicente de Alcántara como na Azaruja a presença de famílias britânicas continuou a ser importante mesmo depois de 1880, ou seja, uma geração após os primeiros pioneiros. Este impulso estrangeiro deve ter sido vital para o desenvolvimento industrial dessas pequenas populações.²⁵ O resultado destas iniciativas de negócios deve ser avaliado em positivo. De facto, existem evidências da presença de artigos de cortiça procedentes de San Vicente de Alcántara e da Azaruja em algumas exposições nacionais e internacionais nos finais do século XIX, como no caso da exposição internacional de Barcelona, em 1888, quando se previu um futuro muito promissor para a cortiça, assinalado pelo crescimento de mercado para os produtos corticeiros,²⁶ e também no caso da exposição internacional de Lisboa de 1884, onde foram apresentados artigos de cortiça da fábrica

24 Ortiz 2001, 59. Outra família britânica na indústria corticeira da Península Ibérica foi a Bucknall, que comprava cortiça nas mesmas herdades que os Reynolds desde 1851, segundo os dados de García García (2008, 16–51).

25 Segundo Mendes (2002, 164), em 1852 apenas 164 operários trabalhavam na indústria corticeira portuguesa. Esta estimativa vem dos “inquéritos industriais” de finais do século XIX, e como é dito em Branco e Parejo (2009), com certeza não inclui os operários de empresas como a Robinson de Portalegre, que nessa altura tinha já mais de 500 trabalhadores.

26 «(...) poucos produtos há em Espanha que num periodo tão pequeno de anos tenham crescido tanto em valor como a cortiça; cortiça quase inexplorada há meio século, e que, devido às numerosas aplicações que recebe cada dia que passa, tem vindo a ser uma das indústrias florestais mais ricas da nossa nação» *Catálogo razonado de los objetos expuestos por el Cuerpo de Ingenieros de Montes en la Exposición Universal de Barcelona*, editado em 1888 (p. 120). No mesmo catálogo é dito que nessa altura as exportações de rolhas de cortiça espanholas alcançavam os 15 milhões de pesetas e a indústria da cortiça em geral ocupava «a mais de 200.000 almas».

Robinson de Portalegre, a qual nessa altura já exportava mais de 40 toneladas por ano para países do norte de Europa.²⁷

No século XX, as duas populações em causa têm tido desenvolvimentos diferentes que explicam a posição actualmente mais forte do negócio corticeiro de San Vicente de Alcántara. Após a primeira revolução logística, com a chegada dos primeiros comboios (a linha Lisboa-Badajoz através de Azaruja foi aberta ao tráfego ferroviário em 1863 e em 1881 começou a exploração da ferrovia entre Cáceres e Lisboa passando por San Vicente de Alcántara), Azaruja perdeu posições como foco de atração de investimentos corticeiros em Portugal, devido à opção desses investidores (entre eles os Bucknall) por outras áreas mais próximas ao porto de Lisboa.²⁸ Cidades corticeiras como São Brás de Alportel,²⁹ Silves ou a própria Azaruja perderam a sua importância na geografia corticeira Portuguesa após a primeira guerra mundial. Pelo contrário, San Vicente de Alcántara ficou numa posição discreta no negócio corticeiro espanhol até a guerra civil de 1936, e pouco tempo depois, na década de 1940, uma segunda onda de emigrantes catalães significou o início de uma nova era de prata no fabrico da cortiça deste enclave espanhol, que teve muito a ver com a sobrevivência do negócio ali até hoje.

Alguns exemplos deste processo, até por questões de estudo, devem ser mencionados, porque são muito importantes para a

²⁷ Estes dados foram recolhidos no Catálogo de la Exposición Universal de Lisboa de 1884 (p. 594).

²⁸ García Pereda 2009, 22.

²⁹ Recomendamos a leitura de *O livro de Alportel*, publicado em 1928, cujo autor é Manuel Francisco do Estanco Louro.

compreensão da atual indústria corticeira sanvicentina. O primeiro é o caso de José Sabat.³⁰ Nascido em Palamós em 1923, Sabat chegou a San Vicente de Alcántara em setembro de 1939, para trabalhar à distância sob as ordens dos seus pais (que permaneceram em Palamós) nos anos da guerra civil. O seu pai tinha escolhido esta parte do território espanhol não só pela excelente qualidade da cortiça que ali abundava, mas também pela proximidade de San Vicente de Alcántara a pontos comerciais importantes como a “Feira de Cáceres”, na Primavera, onde naquela época era feito um grande número de contratos para a compra de cortiça e onde eram fixados (em grande parte) os preços de compra desta matéria-prima. Sabat viu e viveu a revolução logística que, com a chegada dos primeiros camiões da marca Pegaso, pôs fim à utilização tradicional da linha ferroviária Madrid–Lisboa para o transporte de cortiça. Nunca ficou encarregado de um grande estabelecimento (o seu estabelecimento nunca excedeu os 10 trabalhadores permanentes) e foi forçado a reformar-se de forma prematura por problemas de saúde.³¹ No entanto, a sua figura foi fundamental como transmissor do *know-how* para o filho de sua irmã Carmen (Agustín Rodríguez, cujo estabelecimento fica em Valência de Alcántara³²) e o

30 A informação relativa a José Sabat procede duma entrevista inédita feita por Ignacio García Pereda, na casa de Sabat em San Vicente de Alcántara, no mês de Abril de 2011.

31 É frequente que os trabalhadores da indústria corticeira sofram de doenças brônquicas devido à inalação de pó de cortiça, como é dito em Pimentel e Ávila (1973).

32 Agustín Rodríguez morreu jovem na década de 1970. O seu tio José foi a pessoa que ajudou os seus dois filhos nos primeiros anos difíceis. Um deles, ainda hoje, gere um estabelecimento preparador de cortiça em Valencia de Alcántara, muito perto de San Vicente de Alcántara.

irmão da sua mulher (dando origem, neste caso, à entrada no negócio corticeiro da família Cano de San Vicente de Alcántara.)³³

Outro exemplo desta segunda onda de catalães chegados a San Vicente de Alcántara é o de Ángel Gruart, apelido que já aparece na Azaruja no século XIX.³⁴ Gruart nasceu em 1909 na cidade de Cassà de la Selva (Gerona), chegando a San Vicente de Alcántara no ano de 1951. Grande amigo da família Sabaté,³⁵ Gruart tinha um estabelecimento muito maior do que José Sabat, com quase 60 trabalhadores permanentes, principalmente mulheres, que trabalhavam, sobretudo, no processo de selecção e controlo de qualidade das rolhas de cortiça. Ángel Gruart e o seu filho Jorge foram dois dos principais responsáveis pelo nascimento da Associação de Empresários da Cortiça de San Vicente de Alcántara (ASECOR), em 1980. Na verdade, ele foi o primeiro Presidente desta associação e Jorge o segundo. O papel de Jorge Gruart também foi significativo no nascimento de uma outra importante instituição estremenha associada ao negócio corticeiro;

33 Fátima Cano, um dos membros da família Cano (Fátima é filha do irmão da mulher de José Sabat), em 2011 fazia parte da administração da associação corticeira da Extremadura, ASECOR. O seu filho Adrián está hoje também ligado à cortiça como técnico de laboratório do estabelecimento que o Grupo Oeneo tem em San Vicente de Alcántara, onde são fabricadas as conhecidas rolhas DIAM.

34 A informação relativa a Ángel Gruart procede duma entrevista inédita feita por Ignacio García Pereda a Jorge Gruart, filho do primeiro, em Badajoz, no mês de Abril de 2011.

35 Modest Sabaté (1909–1986), jornalista catalão, fugiu de Barcelona uns dias antes do início da guerra civil espanhola, para fundar uma sociedade corticeira em Francia no ano 1939. Durante as 6 décadas seguintes o negócio corticeiro de Modest Sabaté cresceu e melhorou num mercado já claramente dominado pelas empresas portuguesas. Em 1986 abriu um grande estabelecimento em Mérida (Badajoz) com a denominação “Corchos de Mérida”, com a ajuda da família Gruart. Este estabelecimento fechou já há alguns anos.

o Instituto para a Promoção da Cortiça (IPROCOR), criado em 1984, que mais tarde diversificou as suas atividades e mudou o nome para Instituto da Cortiça, a Madeira e o Carvão (ICMC).³⁶

Hoje, Jorge Gruart já não trabalha com cortiça, mas o seu sobrinho Raúl Habelat Gruart, juntamente com a sua esposa Silvia Paneque (de origem catalã), começaram em 2006 o fabrico de rolhas de cortiça na jovem empresa Vinico, pelo que a saga corticeira desta família continua.

Percebe-se, portanto, que se hoje San Vicente de Alcántara continua a ser uma das capitais do mundo da cortiça (salvando as diferenças existentes entre outras populações no distrito administrativo de Aveiro em Portugal ou na província de Gerona, em Espanha), isso tem muito a ver com a chegada à cidade extremenha de algumas famílias catalãs nos anos seguintes à eclosão da guerra civil espanhola. Mais tarde, foram criadas instituições (entre elas a ASECOR e o IPROCOR) que têm impulsionado ou consolidado a aposta pública e privada por este sector na Extremadura, processo este que não parece

³⁶ A Junta de Extremadura criou o IPROCOR, em 1984, com a intenção de promover o negócio e de apoiar tecnicamente aos agentes do sector na região. Como é dito num artigo do jornal *Hoy* do 28 de Junho de 1983, na reunião que deu luz verde à fundação do IPROCOR, estiveram representadas a própria Junta de Extremadura (através do Conselheiro de Indústria e Energia, Eugenio Álvarez, e do engenheiro Rafael Poblaciones, que foi o representante da Conselheria de Agricultura), a Sociedade de Desenvolvimento Industrial de Extremadura (SODIEX) (através do seu presidente, César Ramírez), CARCOREX (através da sua presidente, Mari Sol Bardají), a Federação Nacional de Associações da Cortiça (representada pelo seu presidente, Andrés Herranz, director da empresa “Corchera Extremeña”) e a Associação de Empresários da Província de Cáceres (através do seu presidente, Emiliano Tato). O acto foi apresentado por Jorge Gruart, presidente de ASECOR.

ter ocorrido na Azaruja.³⁷ Da mesma forma, San Vicente de Alcántara tem percebido as vantagens de pertencer à Rede Europeia de Territórios da Cortiça (RETECORK), resultando na aposta pela cortiça aludida acima. Mesmo no sentido do património, o Museu da Cortiça de San Vicente de Alcántara, inaugurado em 2008, representa a promoção e consolidação de uma tradição ligada à cortiça nessa população, ao mesmo tempo que na Azaruja a construção de um museu não passa de uma ideia, já comentada, mas sem qualquer concretização.

O parágrafo anterior merece uma reflexão. Na nossa opinião, o património está intrinsecamente relacionado com a identidade; a identidade das especialidades da cortiça, a identidade de famílias locais, a identidade do território... Isso vincula a preservação do património industrial (corticeiro, neste caso) à necessidade de estudar e interpretar a história do negócio que estamos a estudar. Azaruja e San Vicente de Alcántara não têm abandonado o estatuto de fornecedores de cortiça em bruto que tinha caracterizado Portugal e a Extremadura espanhola até o primeiro quartel do século XX. Mas também, hoje, as suas indústrias são já parte de uma história de vida num tempo em que se consolida a liderança dos industriais do Norte de Portugal, uma liderança frente à qual Azaruja não tem sido capaz de se afirmar, tendo permanecido ancorada, nas vésperas da II Guerra Mundial, quando a indústria corticeira portuguesa era nomeadamente preparadora.

37 Até 2009 a maioria dos estabelecimentos corticeiros de Azaruja eram membros da AIEC (Associação de Fabricantes e Exportadores de Cortiça do Sul de Portugal). Esta associação desapareceu ainda em 2009 e os seus membros foram incorporados na atual APCOR.

A reflexão anterior leva-nos a dizer, de forma conclusiva, algumas das razões que justificam a importância deste estudo. A primeira, é a necessidade de dar a conhecer a cultura e a tradição corticeira de Azaruja e San Vicente de Alcántara, onde a iniciativa britânica e o *know-how* catalão foram decisivos para começar o fabrico da cortiça, mesmo em datas bastante recentes. A segunda, é a de enfatizar a importância destes dois territórios dentro da geografia corticeira mundial, uma importância que transcende o campo quantitativo (por ter também um grande valor qualitativo) e que, longe de ser apenas atual, é de grande caráter histórico. Como temos dito, na medida em que conheçamos melhor a história dos territórios corticeiros ficaremos melhor posicionados para defender e proteger o património histórico-industrial que chegou até nós. Em terceiro lugar, tínhamos a intuito de despertar o interesse pela premente necessidade das associações dispostas a proteger esse património histórico e industrial. Na nossa opinião, e à margem das políticas institucionais, estas entidades podem desempenhar um papel fundamental na promoção e na defesa da riqueza corticeira nos seus âmbitos patrimonial, industrial e florestal.

Por último, concordamos que compreender o passado do sector nos ajuda a compreender o presente. Por esse motivo, foi também um dos nossos propósitos dar um fiozinho de história da fabricação da cortiça na Azaruja e San Vicente de Alcántara. Isto é importante, especialmente numa situação temporal e económica como a atual, em que, devido à recente crise económica internacional, uma parte importante dos estabelecimentos corticeiros de Azaruja e San Vicente (alguns deles com grande tradição e riqueza patrimonial) têm vindo a fechar as suas portas. É o momento de salvar este legado histórico e patrimonial.



Memória

REGISTOS DO PASSADO INDUSTRIAL E DO IMPACTO
DA GUERRA NUMA ZONA RAIANA

A partir da leitura de quatro textos procurei tecer algumas considerações e descortinar alguns traços comuns e pontos em que os textos divergem. Três dos textos recorrem à história oral e dão conta de certas realidades e perspectivas que o trabalho de arquivo realizado isoladamente ocultaria. Esses textos partem de investigações que olham para um passado não muito longínquo a partir do tempo presente, através das memórias dos informantes entrevistados.

No texto de Dulce Simões, o recurso a fontes escritas, a documentos oficiais, permite ter acesso a uma maior pluralidade de vozes e de tempos que se sobrepõem numa etnografia histórica realizada junto de três populações raianas, uma do lado português e duas do lado espanhol. O trabalho sobre o sector corticeiro da autoria de Ignacio García Pereda e Francisco Manuel Parejo Moruno, que se debruça sobre o século XIX, parte de fontes escritas, mas constitui um estudo inovador sobre um sector e uma época, comparando a transformação da produção de cortiça em duas localidades, uma em Portugal, outra em Espanha, contribuindo para uma história de empresa, neste caso de empresas, e para o estudo do património industrial corticeiro. No texto de Susana Menezes podemos verificar a importância que pode constituir a construção de um museu para o reconhecimento

e dignificação da memória operária e para o resgate do património material e imaterial de um passado ligado à indústria. Neste caso trata-se do museu da chapelaria, que foi instalado na antiga fábrica, que marcou os quotidianos durante várias décadas dos chapeleiros de São João da Madeira.

O texto de Teresa Sá, que resulta de duas entrevistas em profundidade, de duas narrativas de vida de um ex-operário do sector metalúrgico permite compreender melhor o fenómeno do desemprego do que as análises baseadas em números dos anuários estatísticos. Para se compreender este fenómeno, uma perspectiva mais micro e ao mesmo tempo mais aprofundada, baseada numa investigação densa e fina é muito útil para chegar a um grau de saturação e de pormenor, tendo em conta as consequências e os efeitos que o desemprego provoca em cada pessoa e em cada família a curto, médio e longo prazo. A dimensão afectiva que muitas vezes está arredada das investigações nas ciências sociais, está presente nesta investigação, constituindo uma abordagem humana e compreensiva que dá conta de várias subjectividades que se sobrepõem e se distinguem ao mesmo tempo: da forma como os constrangimentos alheios à vontade de vários trabalhadores, que de um dia para o outro engrossam as fileiras do desemprego, condicionando o seu dia-a-dia e das suas famílias, e, por outro lado, da forma como as pessoas agem perante os constrangimentos provocados pelas mudanças estruturais e avassaladoras, ao nível da legislação laboral, nas duas últimas décadas.

No texto sobre o museu da chapelaria, a autora debruça-se sobre os vários “níveis narrativos” de um elemento expositivo num museu. O primeiro é o objecto em si, que foi guardado ou encontrado

por alguém e que foi exposto no museu. O segundo nível interpretativo de um objecto está relacionado com o facto de este ser associado a outro e essa associação criar um novo significado. O terceiro nível narrativo é o que cada pessoa vê e sente, quando olha para um objecto, ou para um conjunto de objectos e conteúdos expositivos em relação uns com os outros num museu. Como interpreta, como ouve, como cheira, qual a textura? São formas diferentes de interpretar e de sentir um objecto, um filme, uma fotografia que parte sempre de uma lente própria, singular, que advém da experiência de vida e de um background cultural condicionado pela escolaridade, tipo de trabalho desempenhado, pela participação em actividades associativas, pela classe social, que muitas vezes determina o capital social e cultural de cada pessoa, como preconiza Bourdieu.

Quando se elabora e organiza um conjunto de conteúdos expositivos para um museu é da maior importância a forma como se irá escolher, organizar e apresentar esses mesmos conteúdos expositivos. Neste caso, do Museu da Chapelaria de São João da Madeira, o facto de terem convidado ex-trabalhadores da fábrica para fazerem as visitas guiadas ao museu e o facto de se terem recolhido testemunhos orais, demonstra que houve alguma participação e envolvimento dos trabalhadores na concepção do museu. Porém não é referido se a sua opinião foi tida em conta no momento da elaboração da exposição e definição da forma como os objectos foram expostos. Este museu preserva o património industrial, instalando-se no edifício da antiga fábrica de chapelaria e é, ao mesmo tempo, um museu do trabalho, que tenta mostrar ao visitante algumas das vivências e quotidianos destes operários, no tempo em que a fábrica estava aberta. O guia, ex-trabalhador,

conta algumas histórias, contextualiza e explica a função de alguns dos objectos expostos. Através das legendas dos objectos colocadas ao longo da exposição, que contêm excertos de relatos biográficos, o visitante tem acesso a um significado mais lato, que restitui vida aos objectos expostos, conferindo função e importância quer aos objectos em si, quer às memórias partilhadas. Estas iniciativas podem contribuir para um reconhecimento e uma dignificação do papel desempenhado pelos antigos trabalhadores da fábrica, que viram um ciclo das suas vidas terminar com o encerramento da mesma.

Ignacio García Pereda e Francisco Manuel Parejo Moruno abordam a história de um sector produtivo, a produção de cortiça em Portugal e em Espanha, nomeadamente em Azaruja e San Vicente de Alcántara, respectivamente. Uma das explorações de cortiça ibéricas, a de San Vicente de Alcántara, tem sido mais valorizada, porque se construiu um museu. Em relação à de Azaruja, corre-se o risco de se perder a documentação, os instrumentos de trabalho e os métodos de construção das rolhas, a sua história e o papel significativo que desempenhou a nível internacional durante o período focado. A importância da experiência dos rolheiros catalães e o investimento inglês foram características que marcaram estas explorações. Os autores consideram que o início da transformação da cortiça no sul de Espanha e em Portugal tem sido pouco estudado e que têm faltado estudos comparativos entre a indústria corticeira portuguesa e espanhola. Os investigadores encontraram algumas provas da venda de artigos de cortiça, oriundos das duas localidades ibéricas, em exposições nacionais e internacionais em fins do século XIX. A construção da linha férrea que uniu Lisboa a Badajoz, em 1863, e a Cáceres, em 1881, levou a que Azaruja perdesse

alguma importância na exploração corticeira ibérica neste período. San Vicente de Alcántara, durante o século XX até à década de 1940, teve uma posição discreta no sector da cortiça. Porém, a partir dessa década, registou-se um aumento da produção, que estará relacionado com a chegada de algumas famílias catalãs após a guerra civil espanhola. San Vicente de Alcántara, segundo os autores, ainda hoje é “uma das capitais do mundo da cortiça”. Alguns dos motivos apontados é a vinda de um grupo de catalães na década de 1940, uma organização em rede entre produtores de cortiça e entre agentes que pretendem promover a cortiça e outros produtos, como a madeira e o carvão. O facto de terem integrado a Rede Europeia de Territórios da Cortiça e de terem fundado o Museu da Cortiça de San Vicente de Alcántara, terá contribuído para uma maior visibilidade, em comparação com a produção de cortiça de Azaruja. Terminam o seu texto, defendendo a criação de associações, que valorizem o património industrial de ambas as localidades, que, com o encerramento de alguns estabelecimentos corticeiros num lado e noutro, tende a desaparecer.

Teresa Sá, através da recolha de testemunhos orais de um operário em 2006 e em 2011, debruça-se sobre a trajectória profissional de um operário metalúrgico. Questionou em duas entrevistas aprofundadas acerca da importância do trabalho ao longo do seu percurso profissional, pautado pela precariedade laboral. A partir da análise das entrevistas realizadas em tempos diferentes, problematiza o processo de precarização do trabalho e de desregulação ao nível dos direitos laborais.

O operário entrevistado começou a trabalhar numa empresa de metalurgia, que o incentivou a estudar e a realizar cursos de formação no seio da empresa para se ir especializando, subindo na carreira e

chegando, em três anos, a oficial qualificado e, finalmente, a chefe de equipa. Ao falar sobre a sua vida, era inevitável falar sobre o trabalho que desempenhou na empresa metalúrgica que ocupou a maior parte da sua vida. Aos 43 anos, foi despedido e foi sendo contratado temporariamente por empresas que faziam a manutenção da central do Pego. Estas empresas subcontratadas, que contratavam os trabalhadores, iam aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades da central do Pego. Esta situação condicionou a vida profissional do operário em causa, tornando-a muito instável, terminando com o seu despedimento aos 55 anos, após 12 anos de insegurança laboral, marcados pelos contratos a termo certo em diferentes empresas. A sua história de vida profundamente ligada ao trabalho vê-se bastante abalada com o desemprego, contudo a legislação laboral vigente, na altura em que foi despedido, possibilitou-lhe receber o subsídio de desemprego e passar à pré-reforma. Esta situação gerou um sentimento de humilhação e a sua situação de trabalhador sem trabalho gerou reflexões como a seguinte: “afinal já sou velho, afinal já sou velho, já começo a estar inútil, será que a minha vida está a acabar (?)”. Actualmente, os apoios sociais estão a diminuir consideravelmente. Pessoas que tiveram um emprego estável durante décadas e que vão para o desemprego, correm o risco de engrossar as fileiras das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. Esta situação altera completamente a forma como as pessoas interpretam e recordam o passado e o modo como encaram o presente e o futuro. Na segunda entrevista, o operário já relativiza a sua situação, passando a aceitá-la em troca da existência de mais oportunidades de emprego para os jovens, analisando-a à luz do presente cada vez mais instável

e assimilando alguns dos argumentos apresentados para a introdução de legislação laboral que tem evoluído sempre no mesmo sentido, facilitando os despedimentos, aumentando a insegurança, a flexibilidade e a mobilidade do trabalho. A autora resgata a memória do impacto do desemprego na vida de um ex-operário metalúrgico, numa altura em que o Estado-Providência garantia que a situação de desemprego não fosse tão dramática como poderia ser hoje em que se assiste ao desmantelamento do Estado social, que antes previa uma protecção laboral consignada no direito do trabalho e que tem sofrido profundas alterações nas últimas duas décadas.

A tendência actual, com os elevados índices de desemprego, é para esta dinâmica se aprofundar, incidindo no quotidiano dos jovens, que cada vez mais têm optado pela emigração, em vez de escolherem entre o desemprego e o trabalho precário, e no quotidiano das pessoas da faixa etária dos 40 aos 60 anos, que se vêem cada vez mais na situação inglória: “novos demais para não trabalhar e velhos demais para arranjar emprego”.

Dulce Simões, no seu texto sobre a guerra civil de Espanha salienta as memórias raianas sobre fluxos de refugiados espanhóis em território português. Compreender a forma como as pessoas recordam e transmitem a memória de acontecimentos violentos, que marcaram várias gerações, foi uma das tarefas desta investigação. A etnografia histórica incidiu sobre três terrenos: Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera. As memórias desta raia permitiram conhecer uma memória contra-hegemónica silenciada das ditaduras ibéricas e a forma como as populações fronteiriças vivenciaram este acontecimento e o recordam no presente. O quotidiano destas populações pautou-se

pelo recurso a várias formas de resistência quotidiana para combater as desigualdades sociais existentes, através do recurso a redes transfronteiriças informais baseadas em laços familiares, de vizinhança e de amizade. As memórias de solidariedade de Barrancos para com os refugiados espanhóis permitem recuperar uma memória de vários acontecimentos e dar voz aos vencidos da guerra e aos grupos subalternos destas populações. Entre Agosto e Setembro de 1936 milhares de pessoas procuraram refúgio em Portugal. Destes milhares de refugiados, foram entregues aos falangistas centenas de pessoas e várias foram fuziladas. Devido a pressões internacionais e a um conjunto de factores reunidos nesta raia, neste período, criaram-se os campos de refugiados improvisados na Herdade da Coitadinha e na Herdade das Russianas para proteger centenas de refugiados republicanos que se juntaram nesta fronteira. Estes campos permitiram a sobrevivência de cerca de 1020 pessoas. Para estes 1020 refugiados conseguiu-se encontrar uma solução política, por isso foram transportados em camionetas para Moura e de Moura foram para Lisboa. Daí embarcaram no navio Niassa em direcção a Tarragona. Em Barrancos dois militares tiveram um papel importante no desfecho deste episódio: o tenente Seixas da Guarda Fiscal, que protegeu centenas de refugiados do campo das Russianas, e o tenente Oliveira Soares da Guarda Nacional Republicana, que é lembrado, por ter travado o avanço militar dos nacionalistas na Herdade da Coitadinha. Este texto distingue-se dos outros, porque não se debruça sobre a memória operária ou sobre o património industrial, mas sim, sobre uma problemática não menos importante – a guerra civil espanhola, mais especificamente sobre a fuga dos republicanos à perseguição dos nacionalistas, numa zona

raiana perto de Barrancos, e sobre a sua recepção e acolhimento pela comunidade de Barrancos que pressionou o governo central a encontrar uma solução política para a questão humanitária que se colocava aos agentes no terreno. Chegaram vários relatos de fuzilamentos de refugiados republicanos entregues pelas autoridades portuguesas aos nacionalistas. Esse poderia ter sido o destino das 1020 pessoas que se refugiaram na Herdade da Coitadinha e no campo das Russianas.

Estes quatro textos permitem reflectir sobre esquecimento e memória, acontecimento, períodos de excepção, de ruptura do quotidiano, memórias do trabalho, museus, património industrial, patrimonialização, vizibilização e invisibilização de um universo em desagregação que tem modificado radicalmente o quotidiano de várias famílias. Fábricas encerradas, deslocalizadas, despedimentos colectivos e individuais, e insegurança laboral têm devastado antigas zonas industriais com o fenómeno do desemprego que vem fragilizar e abalar a estabilidade e a segurança que um trabalhador ou uma trabalhadora poderia sentir. Actualmente, o facto de se ser um trabalhador esforçado, cumprir e que tenha apostado na formação e na especialização, realizadas ao longo do seu percurso profissional, que permitia subir de escalão na hierarquia da empresa, já não assegura a manutenção do emprego.

A dimensão do conflito está presente no texto sobre os testemunhos orais do desempregado, entre trabalhadores empregados e desempregados, entre trabalhador e patrão, entre mais novos e mais velhos. No texto de Dulce Simões o conflito deixa marcas profundas entre campos políticos opostos, entre os subalternos e as elites, entre as autoridades dos dois países. Porém, nesta zona, a solidariedade transfronteiriça atenuou de certa forma as consequências

extremamente nefastas da guerra civil de Espanha, contribuindo para a salvação de 1020 refugiados espanhóis. A dimensão do conflito, nos outros textos, está ausente, talvez porque, nos processos de patrimonialização, numa fase inicial (texto sobre produção corticeira) ou numa fase já bastante avançada (texto sobre o Museu da Chapelaria), esta tende a ser atenuada, para dar lugar à produção de uma memória consensual em que a memória subalterna e contra-hegemónica tem pouco espaço ou nenhum. Contudo, estes trabalhos são muito importantes e extremamente necessários, porque ao remexer o passado, suscitam discussão e incentivam a elaboração de outros trabalhos, que tenham em consideração outras dimensões e perspectivas, que se possam cruzar ou confrontar com a informação recolhida sobre as empresas e sobre o quotidiano dos trabalhadores na fábrica, constituindo uma base de onde se pode partir para outro tipo de investigações.

